

Estudiantes



34005
R 297e

a 3, n. 4, 1948

1948

0

ARTIGOS DE

ARNÓBIO GRAÇA —
OTÁVIO DE FREITAS
JR. — CLEODON FON-
SECA — LAURENIO
LIMA — GLAUCIO VEI-
GA — VINGT-UN RO-
ZADO — JOSÉ PESSOA
DE MORAIS — CARLOS
FREDERICO MACIEL

POEMAS DE

GUERRA DE HOLANDA
— EDSON REGIS — IS-
RAEL FONSECA — DU-
ARTE NÉTO — JOSÉ
BEZERRA GOMES —
FERNANDO S O U S A
BARROS — MOZART SI-
QUEIRA — RODOLFO
RANGEL MOREIRA

TEATRO DE

ARIANO SUASSUNA

CONTO

V A N I L D O BEZERRA
GOMES

ROMANCE (Capítulo)

GASTÃO DE HOLANDA

INQUÉRITO DE

EDSON NERY DA FON-
SECA

TRANSCRIÇÃO

PROBLEMAS DE BASE
DO BRASIL

ESTUDANTES

RETORIO ACADEMICO DE DIREITO

NO III

OUTUBRO, 1948

N.º 4

Enormemente atrasado, após uma caminhada difícil, surge este número de "ESTUDANTES", quando a maioria não o esperava mais. Deseno de revista de estudantes.

Contudo, aqui está. O essencial é que continua a ser o ofertório de nossa primícias intelectuais, um produto de entusiasmo, espelhando a variedade dos problemas que estudamos para não fugirmos às responsabilidades de nossa vocação e nossa época.

Para o futuro esperamos ser mais pontuais e melhores, contando com o apoio da crítica construtiva, nascida da simpatia, que não se vende aos elogios fáceis, nem se fecha secamente, não recusa a atenção, mas não aprova das alturas, condescendente, fôfa e tranqüila.

Os estudantes cada vez que leem seus trabalhos passados sentem os acassos, mas cada vez que se lançam a um trabalho novo estão tentando intimamente dar-se uma resposta de um problema.

"ESTUDANTES" nega-se a ser considerada como um exercício es-
tar.

de 378831
ex 1
8949068

A SOCIOLOGIA DAS CLASSES

ARNÓBIO GRAÇA

Nos vários períodos em que se divide a história da civilização, a classe tem sido uma realidade permanente, revolucionária e criadora de valores materiais e de cultura. Grupo natural, segundo ANFOINE, integração social baseada numa comunidade de interesses, para MANOILESCO, a classe tem servido de fundamento à organização das coletividades humanas. Na Grécia e em Roma, como em outras partes do mundo antigo, a classe exprimiu condições individuais e grupos, diferentes; e, por vezes, opostos. Brâmanes, xatrias, vaishias, sudras e árias foram castas indúas que existiram sob o peso de uma tremenda desigualdade. Os sudras eram escravos, nascidos simbolicamente do pé de Brama, e os párias representavam o elemento impuro e, por isso, não liam os Vedas, nem se banhavam nas águas sagradas do Ganges. Os nobres e escravos gregos estavam separados pela origem, pela posição social, religiosa e pela cultura, enquanto, na Roma antiga, as desigualdades eram extremamente injustas. Os patrícios, que tinham ser magistrados e senadores, tinham outras prerrogativas, que lhes asseguravam uma situação absolutamente superior à da plebe, que, na opinião de JULIANES, não possuía família, "eira, nem ra". Oprimida e miserável, a plebe, sem dúvida, a mais baixa camada da organização social romana e acima dela, na ordem hierárquica, estavam os patricios, "os ramos mais novos das famílias" e a aristocracia exploradora e cruel.

Na idade média, as classes rurais e urbanas defenderam o direito, a religião cristã, a propriedade privada dos bens materiais e as liberdades, enquanto, com o amanhecer da era moderna, a peleja se tornou mais renhida.

Se é verdade que sempre houve classes, contudo a filosofia e a sociologia destes grupos naturais foram desenvolvidas por CARLOS MARX e FREDERICO ENGELS. Pelo que, alguém já afirmou com exaltação: "As classes foram constituídas, mental e sociologicamente, durante o último século, sobre a base da exploração. Mas, à medida que a exploração for sendo banida como fator normal da vida social entre os povos e as classes, nesta mesma medida, a antítese das classes perderá sua razão de ser".

Se a sociologia classista é, para vários autores, uma genial criação de MARX e ENGELS, todavia muitas críticas não têm sido feitas às concepções destes dois reformadores do pensamento econômico do século XIX. De certo, quem investiga os dados teóricos do marxismo encontra obscuridade naquela combinação mental e sociológica do século passado e na conceituação da existência histórica das classes. Daí, sustentar o notável economista alemão — LUDWIG VON MISES: "Marx s'est abstenu de donner une définition précise du concept de classe qui a pourtant une valeur fondamentale dans son système". Não há limites entre esses grupos naturais e as outras fontes da sociologia e da economia política. Inicialmente,

MARX e ENGELS confundiram a classe, a categoria e a ordem sociais, porém, quando penetraram na intimidade das ideias de SMITH e RICARDO, trataram de estabelecer diferença entre o conceito de classe e o de categoria no plano econômico — o que, aliás, não foi atingido pelos fundadores do socialismo científico.

CARLOS MARX vacila, ao estudar a natureza das classes: se, no Manifesto Comunista, êle admite duas — opressores e oprimidos — que sempre estiveram em gigantesca luta no cenário da história, no volume V da sua obra — O Capital — é dominado por uma angustiosa incerteza filosófica. Pois lembra, a princípio, que as classes da sociedade moderna são três, mas podem ser também inúmeras em virtude dos seguintes fatores: a divisão do trabalho e a multiplicidade dos interesses. E' a negação de uma das bases do materialismo histórico — e que não encontra justificação, nem mesmo na filosofia dialética. Para corroborá-lo, escreveu MARX:

“Los que no tienen sino fuerza de trabajo, los dueños de capital y los terratenientes, cuyas respectivas fuentes de ingresos son el jornal, el beneficio y la renta, es decir, trabajadores retribuidos, capitalistas y terratenientes, forman las tres grandes clases de la sociedad que se funda en el modo de producción capitalista. Asi, desde ese punto de vista, podría decir-se que los médicos y los empleados pertenecen a dos clases distintas . . . Lo mismo puede decirse de la infinidad de intereses y situaciones en que se divide el trabajo social de los trabajadores retribuidos, los capitalistas y los terratenientes — estos últimos, por ejemplo, pueden dividirse en propietarios de viñedos, de terrenos de cultivo, de bosques, de minas, etc. . . . (El Capital — vol. V — pags. 398 e 399 — edição mexicana).

Assim, as classes sociais de MARX correspondem à divisão tripartida dos fatores da produção, mantida pela escola clássica ou individualista mas a divisão ortodoxa destes fatores não é exata em face da técnica, da organização, do Es-

tado e de outras fontes da riqueza. Novos fatos se desenrolaram na Economia e novas conquistas surgiram no caminho da civilização. Concepções e sistemas brotaram, violentamente, no terreno da ciência de Quesnay, Smith e Say.

A distribuição da sociedade moderna em três classes gira em torno de elementos, que não são únicos na Economia e nas coletividades: a renda, o salário, o lucro e o juro. Por outro lado, MARX não ultrapassou os limites de uma das matérias econômicas — a repartição das riquezas — motivo por que os teóricos revolucionários começaram a encarar a distribuição à sombra das relações produtivas, e a classe veio a ser um conjunto de indivíduos desempenhando funções análogas na criação técnica de bens ou no acréscimo de utilidade das coisas: “Voilà pourquoi on doit définir une classe d'après son indice de production” (N. Boukharine). Então, vários critérios apareceram: índice de ricos e pobres, dimensão do poder econômico, nível de vida, processo de repartição, índice de produção, etc., e a classe ficou definida como categoria social, complexo real e sistema.

A divisão marxista das classes não implica distinção entre a grande, a média e a pequena propriedade agrária e industrial, assim como se prende a um sistema fechado composto de u'a minoria exploradora — a dos detentores dos meios de produção. Tal diretriz é um vício de cultura à maneira das imperfeições de HEGEL, COMTE e SPENGLER. E' produto de uma obscura filosofia, apoiada na contradição de HERACLITO, na dialética idealista de HEGEL e no materialismo histórico.

No marxismo, a classe é exigência material. E' reflexo da agitação das sociedades ocidentais da Europa. E' luta pelo direito e pelo triunfo do fato econômico. E' conflito de dois mundos, de dois séculos, de duas filosofias. E' o poder e a revolta contra a submissão, ocasionada pelo individualismo. Nos lineamentos do ideal comunista, ha vida exterior, expansão pela subsistência do átomo da natureza, negação dos princípios espiritualistas e sonho de vitória do proletariado sobre os erros do capitalismo.

Com efeito, os fundadores e prosélitos do socialismo científico, são levados pela convicção de que toda classe, preponderante numa época histórica, toma a si

direção na filosofia para legitimar o governo dos seus interesses, do seu direito, da sua justiça e da sua cultura. Todavia, contestamos a política, o direito, a justiça, a cultura e a moral de classes. Política, por exemplo, é ciência e arte. As suas fronteiras não são impostas pelos sistemas que se chocam. O Estado pode interferir na vida econômica e, por isso, não é jogo desta. As místicas da classe, do partido, da raça ou do sangue se mostram prejudiciais à organização das forças produtivas. Criam um temperamento coletivo exacerbado e fecundo em desequilíbrios sociais.

Se a corrente individualista repudiou os direitos e deveres do homem e aniquilou os ideais de organização, o marxismo, procurando corrigi-la, não conseguiu fins mais práticos. O meio social é complexo. Nele, constatamos elementos materiais, espirituais e éticos: a natureza, a vida, a pessoa e os grupos, os usos, costumes e finalidades. O indivíduo é matéria bruta e organizada. É limite de dois mundos perceptíveis, de duas realidades, enquanto a classe é condição da vida subjetiva, é comunidade de ideias, posição social, cultura, profissões e interesses.



DESABAFO E LOUVOR PARA A FACULDADE

(Para os bacharelados de 1947)

*Reencontrada Amiga
não te bastaram heróis e enamorados vindos de bem longe
Não te faltou um Santo*

*Demócrito morto
Uma bala na testa
Murilo rezando
— Porque lembrar o céu?
O relógio do Diário
toca dobres de finado*

*(algum dia num poema aos relógios do Recife
cantarei o élo de sangue entre a Academia e o Diário)*

*Do teu sangue derramado,
Que êste sangue é teu,
Não nasceram dragões
Mas no porte e em tudo
se fortaleceram homens*

*Na marcha conciente para a Vida
Num trocadilho trágico
lá estava a morte
como um sinal de Vida*

*Faculdade sofrida,
Sem o gosto do sofrimento
que apassiva*

*Faculdade Viva
essa coisa horrível
quando súbito se sente a fuga da Presença
o vazio da palavra o inútil da carícia
Nunca mais acontecerá em ti.*

M Ú S I C A E N E G R O

GLÁUCIO VEIGA

“O erudito que se aventurar por esses domínios tão vastos (folclore musical) e quase inexplorados, terá que estudar as características musicais das várias raças introduzidas, estudar-lhes as transformações e sincretismo ao contacto com outras raças e outro “habitat”. Artur Ramos em *O NEGRO BRASILEIRO* (Etnologia, Religião e Psicanálise) pág. 168”.

Quem intentar uma pesquisa no folclore musical não pode esquecer este conselho, legítimo “conselho de mestre”, de Arthur Ramos. Fácil é enumerar instrumentos africanos, fazendo-se como que um inventário rotineiro de uma cultura. Falar da alegria do negro. Aventar uma apreciação sobre o fado lusitano. Tudo isto já se tem feito com muita felicidade por parte de muitos, a exemplo de Luciano Gallie em “Estudos de Folclore” e — por que não dizer? — catastróficamente, por outros aventureiros intelectuais, mais dispostos à propaganda pessoal do que à ciência.

A aculturação (1) do negro resulta, entre nós, em adaptação, combinando-se num mosaico cultural em que se atenuam os conflitos sociais entre o afro e o luso ameríndio. A música popular brasileira é portanto amalgamação, sincretismo. (2)

A mestiçagem artística afro-brasileira é tão tumultuária quanto a mestiçagem étnica. (3) No choque dos complexos

culturais africanos e luso-ameríndio o negro foi absorvido. Com o contacto social dentro da Casa Grande — influência da negra sobre o menino branco, da escrava — concubina sobre o senhor de engenho — o negro relega seus valores imitando o branco, abrindo caminho para a ascendência do mulato.

Mas, é na mística africana concretizada nos “candomblés” onde iríamos encontrar o que chamariamos de valores puros, ou quase puros, da cultura africana.

O catolicismo do branco, defendido pelo Santo Ofício e pela vigilância jesuítica, deixariam intacto o fetichismo do escravo. Cristo não confraternizou com os orixás. Ao contrário o próprio negro contaminava-se, para usar uma expressão de Roger Bastide — na trama dos dogmas do catolicismo, embrulhando o Padre-Nosso com o seu Angananzambê:

Ai, ai, ai, ai
Padre-Nosso cum Ave-Maria
Quitá Angananzembeopungo

A aptidão do negro para a música é indiscutível. P. Witte, um dos muitos etnólogos germanicos que se embrenharam na África afirma que o negro comum canta mais que o branco (Cifr. *LIEDER UND GESAENGE*, Anthropos, pg. 194-196). Parece-me porém que até um certo ponto, quanto mais se dissolve a linha de cor pela mestiçagem, mais aumenta o talento musical do mulato. A ascensão social do mulato é um capítulo da sociologia da cultura que merece um estudo carinhoso. O mulato

alcançou "posição", galgando uma escada cujos degraus eram a inteligência e o Senhor de Engenho o corrimão. Voltamos ao negro. Ele vive cantando. No porão do navio, no eito, na macumba. Com o tempo seu canto sobe aos coros das igrejas. E não contente, já meio "branquiado", vão como o padre José Mauricio, tocar na Capela Real do Palácio de São Cristóvão para ouvidos reais.

O negro cantava o dia inteiro. Aires da Mata Machado Filho lembra que eles tinham cantos especiais para a manhã, ao meio dia e a tarde.

Numa tentativa de classificação dessa musica que o negro nos trouxe, podíamos dividi-la em dois grandes grupos: o canto religioso ou "sprituals" como é conhecido nos Estados Unidos e os cantos do eito. "ou plantations songs". Entre nós, como canto, tipicamente, do eito temos o "vissungo", difundido em Minas na zona do garimpo. (4)

A riqueza melódica da musica africana tem a particularidade de não se anular diante dos instrumentos, na sua totalidade de percussão: atabaques, agés, caxixés, etc.

O negro luta nos dominios da musica, com duas correntes: a erudita e musica popular do colono e a musica nativa da Africa. O jesuita encarregou-se de introduzir a primeira.

Os irmãos de Loyola não passaram a vida vestindo e amansando indios. Cuidaram dos negros, também. E o primeiro Conservatório de musica que surgiu, quando o Brasil se encontrava quasi no original, deve-se aos padres da S. J. Conservatório somente para negrinhos. "Esta instituição foi inteligentissima no ensino de instrumentistas e cantores tão bons que espantaram D. João VI, Marcos Portugal e Neukomm (Compêndio de História da Musica de Mário de Andrade, pg. 161). Dêsse Conservatório, chamado de Santa Cruz, saiu a figura do mulato padre José Mauricio Nunes Garcia (1767-1830), o Mozart brasileiro.

Muito negro aprendeu a ler colcheias á custa de Senhor de Engenho. Rara era a casa grande que não tinha a sua orquestra pronta para romper no casamento da "sinhazinha" ou quando "yoyozinho", de anelão espetado no

dedo, voltava da cidade, bacharelado, com a cabeça vazia de leis e entupida de republicanismo e liberalismo:

Hoje é dia de pagode
Na fazenda de sinhô
Sinhozinho chega hoje
Com uma carta de doutô.

As missas rezadas nas capelas de engenho eram puxadas a côro. Côro de meninos pretos. Pretinhos da silva. De carapinha e beijo de sola. Essencialmente religiosa foi a nossa musica dos tempos da colônia.

Um dos poucos officios rendosos para os negros foi o de professor de musica. Artur Orlando aprende a inchar as borchechas num saxofone, parece, graças a um negro. Chegou mesmo a engrossar os beijos, num flautim de ébano, recamado de chaves de prata, acolitado por um preto.

Alexandre Calcleugh regista este annuncio num jornaleiro coetaneo de D. João VI: "Quem quiser comprar um Escravo próprio para bolieiro, que sabe tocar piano e marimba e alguma coisa de musica e com principio de alfaiate, dirija-se á botica da Travessa da Candelária, canto da rua dos Pescadores n.º 6.

O negro não perdia tempo. Nas horas vagas, anota Manuel Quirino, aprendia musica de ouvido.

Sem exceção, quasi todos os viajantes que nos olharam ainda engatinhando, embalados no bêrço de colônia, ressaltam o gosto pela musica, tão arraigado na população azeitonada. "O amor pela musica e o canto que faz de cada brasileiro um cantador de modinhas e de sambas é herança de negros escravos que nos deram mestiços de grande talento..." A observação é de João Dornas Filho, autor de uma tese pomposamente intitulada de "A influência social do negro brasileiro", apresentada ao Congresso Afro Brasileiro de Minas em 1938. Diga-se de passagem — o que João Dornas reduziu para 63 folhas daria lugar a um alentado volume, sem encher "linguiça".

François Pyrard, um desses que quasi nos surpreendeu em cueiros, andou aqui por Pernambuco por volta de 1610. Ouviu uma banda composta unicamente de negros e sapecou no seu livro a frase, hoje conhecida pelo mais canhestro historiador: "O negro é uma nota alegre ao lado do português taciturno e do indio sorumbático".

James Cooley Fletcher que saboreou os vinhos e as iguarias do comendador Breves, ao ouvir uma charanga, constituída de escravos, na fazenda desse fidalgo caboclo, disse: "Durante a conversa o comendador contou-nos que dispunha de banda de musica própria. De tal falou modestamente. Mostramos desejos de conhecer a sua orquestra, certo de que ouviríamos alguma rabeca mal afinada, algum pifano e tambor. Disse nos o comendador que á tarde seríamos satisfeitos. Uma hora após a bênção ouvi o vibrar de violino, o som das flautas, toque de diversas cornetas, a vibração dos trombones e todos os sintomas preparatórios do começo de alguma marcha, valsa ou polka. Dirigi-me ao quarto de onde vinham os sons. Aí encontrei quinze escravos musicos. Uma banda regular. Um deles sentava-se a um harmonium e havia um coro de pretos mais moços por trás das estantes decentes onde se viam folhas de musica manuscritas e impressas.

Vi respeitável senhor também de côr (que á mesa se sentara ao meu lado) dando diversas ordens. Era o regente; três pancadas do arco de seu violino determinaram silêncio e então urgiu uma onda sonora (á la Julien) e a orquestra começou a execução de uma protofonia de ópera com admirável pericia e precisão. De todo não me achava preparado para tal cena. Mas a outra peça encheu-me de surpresa. O coro, acompanhado pelos instrumentos, executou uma missa do rito latino. Cantavam por musica aqueles pretinhos de doze anos e dezesseis anos; liam as palavras tão correntemente como os nossos estudantes calouros. Mal podia acreditar no que via e ouvia. Para experimentar a técnica da banda pedi ao maestro que tocasse o "Stabat Mafer". Instantaneamente, respondeu: — Sim, senhor. Mostrou a página aos musicos, meneou a batuta e logo a plangente melodia ressoou pelos corredores da Soledade. Durante o jantar tivemos o regalo da audição de valsas e marchas barulhentas, entre as ultimas, a "Grande Marcha Lafayette" composta nos Estados Unidos".

John Luccock tão severo e tão justo no julgamento da nossa gente topou com uns negros — "uns poucos musicos pretos vieram ter á nossa estalagem e a execução de um deles no flautim e de outro na guitarra, não foi nada desprezível: o terceiro fabricara para si um

instrumento passável, algo de parecido com uma flauta de gomo de taquara". (Notes etc. cap. XVI). E descobre ainda o viajante britânico que nas noites de luar gemem as guitarras porque quase todos sabem tocar". Nem escapou a Luccock o hábito do negro carregar fardos, cantando... "entoam sempre um canto africano de musica breve e simples; no fim respondem todos em côro estridente. O canto servia para promover a regularidade dos esforços e especialmente á cadência dos passos. O canto dura enquanto continua o trabalho e parece aliviar o peso e alegrar o coração". Mário Sete relembra esta função primordial do canto no trabalho do negro quando nos fala nos "carregadores de piano", no seu delicioso "Maxambombas e Maracatús": "Punham (os carregadores de piano) as rodilhas, formavam de quatro em quatro, marchavam de rua afora, de passo militarmente harmonizado, em cadência impecável, cantando:

Yayá me diga adeus
Olhe que eu vou embarcá
O vapô entrou na barra
O Telega deu siná.

II

Cantos de trabalho. Do eito, werk songs, toadas religiosas tudo isto também assistiu Maria Graham. A escrava cantava sempre que uma cara nova aparecia na Casa-Grande e Maria Graham foi recepcionada com um desses coros.

Gilberto Freyre, reforçando a sentença de Pyrdard, não trepida em descarregar este pensamento no balcão da sociologia: "Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria (Casa Grande & Senzala, 4.^a edição, 2.^o vol., 706). Alegria que se derramava nas ruas com os "capoeiras", negros e mulatos rixentos, dispostos para o que desse e viesse, não enfeitando "parada" de briga, vanguardeando as bandas de musica, eletrizando-se com os dobrados. A capoeiragem foi uma tão sólida instituição como as suissas de um aristocrata.

Os Carneiros da Cunha, donos do engenho Monjope, deliciavam-se com uma orquestra colored. Não era somente um Carneiro da Cunha que possuía escravos instrumentistas. Como também nunca se restringiu á Casa-Grande do Norte a arregimentação de musicos de côr. Carlos da Silveira escreve rememorando...

“sei de banda de pretos e escravos, criada pela fazendeira d. Maria Martins e dirigida por um alemão”. (Alguns músicos de Silveiras, Queluz e Circunvizinhanças in *Revist. do Arquivo Municipal*, tomo LXXVII). Carlos Silveira, no estudo já citado, estampa fotografias de vários professores de música do planalto bandeirante. Mulatos e negros, todos. Destacava-se entre eles o Mariano Guarani com a carapinha lá naquelas alturas. E o Manuel Martins Ferreira de Andrade. O nome era desconhecido. Tratavam-no por “Macota”. De São Paulo, ainda, nos vem um rol de negros músicos.

Em *A Música em Tieté* (in *Revst. do Arquivo Municipal de São Paulo*, tomo LXXVII) Benedito Pires de Almeida cita alguns nomes célebres: Mestre Benedito, mulato pernóstico, filho de um escravo-pintor. De Mestre Benedito conta-se uma história que teria acontecido por ocasião de qualquer ofício religioso. Para acompanhar a moda e uso dos sapatos de bico-fino, Mestre Benedito enrolou os pés com tiras de algodãozinho e passou goma-arábica no pichaim para torná-lo liso que só tábuas envernizadas. Em meio do ofício divino, a igreja, literalmente cheia e calorosa, os pés atados deram para latejar e o cabelo ressecado danou-se para repuxar, trazendo ao Mestre calafrios e profundo malestar. “Teria caído, sem dúvida, se não fôsse a presteza do socorro dos seus companheiros de orquestra”. Certamente, o velho brocardo correu, acompanhado de um sorriso de boca em boca: “Quando não é na entrada, é na saída”...

Recorda-nos, ainda, Almeida a banda do Aarão, pretinha de cabo a rabo.

Como já havíamos afirmado, ser professor de música foi uma das ocupações do negro semi-liberto. Mais tarde, pelo “branquiamento”, caberia a liderança ao mulato. Explica-se: o nível cultural, principalmente, dos pretos muçulmanos era bem elevado. Gilberto Freyre nos fala até de negros que discutiam teologia e que conheciam o árabe (Cfr. *Brazil: an interpretation* cap. IV). Na revolta dos Malés, na Bahia, as ordens que circulavam entre os sediciosos eram escritas em garranchos, legitimamente árabes. Daí, não haver o negro se restringido ao trabalho do eito. De ser besta de carga. Logo que pôde sua inteligência agiu no sentido de modificar a rígida delimitação do status de serviçã. Os chamados “negros de ganho”

são um movimento vertical do escravo. Eles ficaram semi-independentes, tornando-se pedreiros, escultores, pintores, marceneiros, ferreiros, etc. E músicos, principalmente, os mulatos. Tal era a maestria e habilidade com que se desincumbiam de sua “arte” que se batizavam, com certo cabonitismo, de “mestres”. Como músicos e, precipuamente, como barbeiros eles ainda, hoje, enfrentam a vida. Na Bahia, onde Donald Pierson procedeu a um interessante estudo de contacto racial, o único feito com inteligência e acurado espírito crítico entre nós, com o seu livro *Negros in Brazil: a study of Race Contact at Bahia*, pôde o ilustre sociólogo americano assinalar que em 98 músicos 68,4 eram mulatos, pretos 23,5, e, finalmente, brancos 8,1. E acentua: — “dois terços aproximadamente dos músicos parecem mulatos, acontecendo o mesmo com três quartos dos barbeiros. No carnaval da Bahia (observação ainda do prof. Pierson) numa batucada de 157 moços, 113 ou 72% eram pretos, 40 ou 25% mulatos: apenas um branco apareceu: uma gota de leite num mar de pixe. Num préstito carnavalesco o sociólogo yankee apontou, entre os músicos, 45 pretos, 51 mulatos e 5 brancos. Tôda a situação racial e cultural da Bahia está assim simbolizada nos festejos do Carnaval, magistralmente ressalta o prof. Pierson. Os músicos baianos na sua totalidade mais renomados, eram mulatos e negros.

José dos Santos Barreto, Damião Barbosa de Araujo que mantinha relações com o padre José Mauricio e Marcos Portugal; Cornélio Vidal da Cunha, João Armando Coutinho Barata que estudou em Milão e por ultimo o celebre Miguel dos Anjos de Santana Torres, verdadeiro gênio musical. Dêle diz Manuel Querino: “Ultimamente só se fazia ouvir a pedido de amigos, executando peças suas, escritas ou improvisadas. Era tão arrebatador; não se ouvia o mais leve ruído de uma chave, uma nota falsa, uma execução indecisa. Dos graves aos agudíssimos os sons saíam todos puros, nitidos, ora livres como um suspiro, alegres como um sabiá, tristes como a saudade, horríveis como a tempestada...” (Manoel Querino, *ARTISTAS BAIANOS*, 1909, pg. 156). Dispensando o pieguismo rebarbativo de Querino, pode-se julgar o Miguel dos Anjos Torres pela sua produção artística: missas festivas, 16; dita de requiem, 1; Polkas, 100; quadrilhas, 50; marchas militares, 80.

Neto da musicologia, produzindo como sapo em lagoa, numa invernada forte.

*

A musica negra implica também numa questão racial, dilatada crimonosamente, no campo da estética. E' o caso do jazz.

Muita coisa mais. Um verdadeiro Coelho A campanha subterranea que pseudos classicistas movem contra a espontaneidade do preto, contra a sua alegria inata, numa tentativa de sobrevivência de superioridade de sangue. Mas, isto é outra história, como diria Kipling. Esta, contaremos em próxima ocasião.

N O T A S

(1) — Três são os resultados da aculturação: aceitação, adaptação e reação. Entre nós o resultado comum é de adaptação do africano. Contudo, existem paralelamente processos de reação: é o caso dos negros maometanos, rebeldes a toda e qualquer miscigenação cultural, insulando-se nos seus padrões de cultura tradicionais e assumindo atitudes agressivas como na revolta dos Malês e nos quilombos. Cfr. M. F. Herskovits, A memorandum for the Study of acculturation — idem, idem The Negro's Americanism — N. V. 1935 — idem, idem Social History — Artur Ramos, As Culturas Negras no Novo Mundo.

(2) — Como se sabe quatro foram os padrões culturais negros, em linhas gerais, que importamos: a cultura yomba, daomelana, negro-maometana e bantu.

No tocante á nossa musica, devemos muito á cultura yomba e bantu. Os yombas nos deram os atabaques, com agogô, o adgá. A musica vocal e lé, o agogô, o adgá. A musica vocal é constituída de uma frase simples. (Cfr. Artur Ramos "O Negro Brasileiro, pg. 223 e O Folk-lore Negro, pg. 150).

Os Bantus mais conhecidos são os tambus e os candongueiros. A culca é

de origem bantu. O nosso samba vai encontrar suas origens no batuque angola conguese (Cfr Artur Ramos As culturas negras no Novo-Mundo, pg. 343).

(3) — Na mestiçagem artistica, dois processos se apresentam: seleção e fusão dos valores estéticos. Um exemplo tipico da mestiçagem artistica é o da criação musical de sincopa q. não existe na musica africana mais que caracteriza a musica afro-brasileira. A apropriação do coral protestante pelos negros, nos spirituals, é a síntese da musica americana e os primordios do jazz. Observe-se que quando um valor artistico transplanta-se de uma cultura para outra êle perde o seu verdadeiro sentido. Por outras palavras revaloriza-se. E' o que Artur Ramos chama de "distorção" Cfr. As culturas negras no novo-mundo, pg. 98).

(4) — Diz Roger Bastide: "...as primeiras formas de arte serão os cantos de ofícios, como os cantos dos tecelões, os cantos das sementeiras, alguns dos quais, ainda subsistem no folclore, como o célebre cântico dos Barqueiros do Volga" (Arte e Sociedade, pg. 60) Cfr. sobre as origens coletivas da arte. Karl Bucher "Arbeit und Rythmus".

SONETO N.º 10

Para Helvia Lordelo

*Ó marinheiro, enquanto a travessia,
Por noite de fantasmas, louca, uivante,
Perfil de antigo nauta renascia
Do abismo, em negras formas, crepitante.*

*Na treva o verde rastro se escondia,
E ao largo, inquieto e desgarrado, instante
Lutuoso e grave o barco conduzia
Em curvas velas, frágil e oscilante.*

*Não temas, nauta, a noite negra embora!
Distante, desabrocha, fresca, a aurora,
Soprando claro o adormecido rumo.*

*Mas sobre o mar, tangido o som plangente,
Chorava o marinheiro o porto ausente,
Lá longe, abandonado, sujo em fumo.*

DUARTE NETO

ANDRÉ GIDE

OTÁVIO DE FREITAS JÚNIOR

Exatamente por se dizer de todo, André Gide se mostra em sua grande complexidade, e é esta sua complexidade que lhe dá validez humana universal, para que Gide seja, não um simples caso na caudal da humanidade presente, mas transborde de seus limites individuais, para cumprir "um destino de Homem, ao passo que nós cumprimos o destino da Humanidade", segundo uma expressão de Mário de Andrade (*Pequena História da Música*). Destino de Homem que abre aos olhos de seus contemporâneos os planos mais profundos de sua alma, numa completa franqueza — numa brutal franqueza, algumas vezes — primeiro através de seus romances, de seus ensaios, de suas memórias, e finalmente do "Journal". E o coloca acima daquela mesma caudal da humanidade contemporânea, como uma estátua se diferencia duma pedra, pela forma atingida.

Destino de Homem que resultou da formação de sua personalidade, como finalidade de vida, como recentemente, com muito acerto, salientou Otto Maria Carpeaux, mostrando-lhe nisto o parentesco com Goethe.

E esta vida e este destino de homem, André Gide atingiu na realização artística, grande e verdadeiro fundamento de sua personalidade, chave da compreensão de sua obra e de sua doutrina — si usarmos aí esta palavra num sentido mais

amplo que o seu verdadeiro — esqueleto de sua experiência. Realização artística que resultou da sua pesquisa de estilo, sobre o qual, talvez, grande importância tenha tido o "Journal", a escrita do Diário, dia a dia, transformando em frase a vida, a experiência literária, a experiência humana; e em consequência, também na sua atitude existencial, eminentemente estética, neste sentido, expressional. (Numa passagem do "Journal" Gide diz que muito mais lhe inquieta a afasia de Baudelaire que a cegueira de Milton, o que é muito ilustrativo do valor expressivo fundamental que sempre o norteou.)

Escrito o mais liberto possível de acessórios e apêndices, que surgem parasitando tudo aquilo que se escreve discursivamente, a intimidade do Diário — escrito sempre, primeiro e sobretudo para quem o escreve — intimidade de monólogo, impossibilita o fraseamento, o desvario verbalístico, o empolamento retórico, que perigosamente se embosca para golpear qualquer produção dirigida a um público, e por isto sequestrada. Até em carta, ou simplesmente num diálogo, certos recursos de eloquência, de expansão, podem ser utilizados — e seduzem, atraem, pelo efeito psicologicamente aproveitável que produzem, recocheteando sobre o autor, o que é o grande drama da oratória ôca — que não sabem num diário, sinão num máximo

de funcionalidade, isto é, significativamente expressivos. Assim, Gide, se libertando do acessório, foge da contingência momentânea da sua obra, torna-a essencial, liberta de contingentes formas de instantes, escolas, grupos ou indivíduos, o que o conduz ao ideal de classicismo. É esta pesquisa, esta valorização do essencial, do verdadeiro, válido em si, e não por suas ressonâncias psicológicas, livre do accidental, que resume sua lição estética, e, também, leva à sua ética. Este ideal éle confessa em vários momentos de sua obra, como, por exemplo, quando, abandonando a impessoalidade do "récit" de "Les câves du Vatican", dirige ao leitor as seguintes palavras: "enquanto não tiver aprendido a diferenciar com mais segurança o accidental do necessário, o que hei de exigir de minha pena, a não ser exatidão e rigor?" (pag. 17 da trad. brasileira).

Isto lhe leva àquela "forme timide", como designou Yves Gandon, à arte "d'exprimer le plus en disant le moins" (Leon Pierre-Quint), a uma exatidão enxuta da frase, a um aplainamento do seu estilo, que é o que lhe dá a plasticidade, o movimento, a liberdade, enfim. No "Journal" (1923) declara "c'est le mouvement de préférence à la couleur que

je souhaitais à ma phase". Movimento da frase que é a liberdade, o não compromisso, a rutura das obrigações com o não essencial, com os acidentes, expressa também naquela frase do Diário de Edouard, cuja importância já René Schwob salienta: "en art, comme partout, la pureté seule m'importe" ("Faux Monnayeurs). Esta pureza que sua arte visa é a pesquisa da forma definitiva, daquele "ponto de perfeição" que há na Arte, segundo La Bruyere, autor muito de seu agrado, na limpidez da forma e na profundidade do espírito; ponto de perfeição que concidiria com a plenitude que acha possível em todas as coisas: "toute chose a en elle une possibilité de plénitude" (Journal, Aout, 1893). Esta plenitude, descoberta pela Arte (que encontraria aí sua finalidade) é obtida mais pela supressão que pela multiplicação: "l'élaboration ne consiste guère qu'à supprimer tout ce qui est inutile à son organisme" (Journal, Feuillet, 1893), diz éle, de seu método de escrever, e significa para Gide alguma coisa como a entelequia aristotélica, aquele "estado final e acabado que assinala os limites da realização possível".

E sua estética se abre, enfim, numa ética, por este caminho.



TENHAM PIEDADE DE MIM

*Vocês que são os meus últimos amigos
os que não me abandonaram na hora nona
nem se perturbaram com a minha vida dissoluta
com os meus amores fora dos códigos e dos mandamentos,
tenham piedade de mim
e vão buscar Zulmira, por favor!*

*Vocês que são os meus últimos amigos
os que absolveram os meus pecados e os meus crimes
sem constrangimento nem pretensa caridade*

[seus leitos

*Vocês que me ofereceram as suas casas e me levaram para
quando eu estava tonto de vinho e de sofrimento,
tenham piedade de mim
e vão buscar Zulmira, por favor!*

*Ela mora na rua que dorme mais tarde
e tem nos olhos a minha angústia
e nos cabelos os meus carinhos
e em seus lábios transfigurados
o triste sorriso de uma criança morta!*

Janeiro de 1945

OITO POEMAS

GUERRA DE HOLANDA

CONVITE PARA O SOFRIMENTO

*Maria, deixa êste copo, enxuga as tuas mãos,
Dá o última beijo em tua mãe,
E vem comigo sem perguntares nada.
Vem comigo colher flores e sofrimentos
E ver a minha estrada como é difícil
Deixa tuas obrigações, teus pais, teus irmãos,
Tua Pátria, e vem comigo Maria,
Porque, agora, ter pais, irmãos e Pátria
É um pecado contra a Humanidade!*

*Vem comigo que eu me servirei de tua beleza
Para fazer os homens traidores.
Êles trocarão o teu corpo
Por mapas, códigos, segredos militares.*

E nós venceremos a guerra, Maria!

*E depois eu me unirei a Ti,
Para sempre
E tú serás tão pura,
Mais pura, Maria,
Do que quando atendeste ao meu convite para o sofrimento!*

Agôsto de 1944

BELEZA ESTRANHA POUSADA NA FACE

*Há uma beleza estranha pousada na tua face
uma beleza que não é da tua própria face
mas que está nela como um perfume que fosse derramado
na fronte, nos olhos, nos lábios, em teus cabelos
pelas mãos de Deus ou pelas mãos de Maria da Penha*

*Há uma beleza estranha pousada na tua face
como se houvesse um lírio vermelho nascido nela
como se um pássaro estivesse cantando nela*

*Há uma beleza estranha pousada na tua face
uma beleza que vem de fora, peregrina, estrangeira,
como se viesse do mar
como se viesse do céu
como se viesse do vinho*

*Há uma beleza tão estranha pousada na tua face
que até parece a vida errante de um marinheiro!*

Abril de 1945

RUA DO BOM JESUS

*Eu ouço o barulho soturno da jazz
E assisto à procissão melancólica das prostitutas
É o desfile cotidiano das esperanças mortas
Das grandes esperanças que morreram com a virgindade das
[mulheres
Das grandes esperanças que ressuscitaram na pequena espe-
[rança de não morrer de fome*

*Há um sorriso parado nos lábios de Madalena.
Um sorriso que se faz hábito na sua boca
Um sorriso que é ver uma flor desbotada
Um sorriso que é um tímido aceno para os homens noturnos
Nos olhos de Cléa a tristeza passeia e vem para nós
Vem para nós e volta para voz do homem cantando na mesa
[do bar
A tristeza de Cléa é a coisa mais belo e humana e mais pura
[que há.*

*Cicatrizes reluzem em pernas ambulantes
Como advertência tremenda aos homens incautos*

*Nos bares, nas ruas, nas escadas, escuras,
mulheres, marinheiros, soldados, paisanos,
Todos se juntam, se apertam, se beijam,
Ninguém se sacia com o amor que lhes dão
Senhor, tende piedade dos homens noturnos!
Senhor, tende piedade das mulheres perdidas!*

Maio de 1945

A ESTRÊLA ZULMIRA

*Ó marinheiro perdido nas ondas do mar
Teu barco furou-se, seu leme quebrou-se
Tu vais sossobrar! Tu vais sossobrar!
Mas olha pro céu, marinheiro perdido,
A Estrêla Zulmira te pode salvar!
Te pode salvar!*

*Soldado da F.E.B., escondido, sozinho,
Escondido na neve, tristonho a vagar
No norte? no leste? no sul? No oeste?
Sem saber onde está! Sem saber onde está!
Olha pro céu, soldado da F.E.B.,
A Estrêla Zulmira te pode salvar!
Te pode salvar!*

*Garota vadia, correndo na rua,
Nos dias de chuva, em noite tão fria
Cadê teu pai? Cadê tua mãe, garota vadia?
Cadê tuas roupas, onde fica o teu lar?
Olha pro céu, garota vadia,
A Estrêla Zulmira te pode salvar!
Te pode salvar!*

*Mulher seduzida por homem sem amor,
Roubada de casa, levada pra vida,
Entregue aos amigos, deixada no bar
Eu sei tua sorte, conheço tua história!
Mas não desespere mulher, seduzida.
A Estrêla Zulmira te pode salvar!
Te pode salvar!*

*Ó Guerra de Holanda, nem sei quem tu és!...
Um diabo descrente? Um estudante boêmio?
Um homem sem pouso? Uma vida deserta?
Ó Guerra de Holanda, nem sei que pensar
Não olhes pro céu, ó pobre poeta,
Nem a Estrêla Zulmira te pode salvar!
Te pode salvar!*

Junho de 1945

O BATERISTA DO CABARÉ

*Seu Alexandre, pastor protestante,
É pai de família exemplar...
De dia, ensina o evangelho
De noite, ele vive a tocar!*

*E ele toca de olhos fechados
Absorto nos mundos de Deus*

*E ele está tão longe da dança
Como as estrelas perdidas nos céus*

*Não fosse a família crescendo
Seu Alexandre, o bom baterista,
Não ia ser músico daquele lugar*

*Ele tem um milhão de irmãos
Descrentes, transviados, pagãos
Que precisa salvar! E precisa salvar!*

*As mulheres de rosto cansados
Serpentes de lascivos coleios
Mostram os braços, os corpos, os seios...
Mas seu Alexandre de olhos fechados!*

*E ele nem ouve a música que sai
De suas mãos tão grandes, tão puras*

*Nem vê os homens que bebem no gin,
No vinho, enganos, amarguras...*

*Seu Alexandre, pastor protestante,
É pai de família exemplar
De dia, ensina o evangelho
De noite, ele vive a tocar.*

Agosto de 1945

OS OBSTACULOS

*Lenôra, Lenôra, !
Tão nova e tão loura
Parada na estrada
Fechando com o corpo
Incertos caminhos
De noivas, sozinhas,
Que ficam a esperar*

*Lenôra, Lenôra,
Tão nova e tão loura
Perversa que é!
Xingando as amigas
Que perdem maridos
Por ela tomados
Nos braços lascivos*

*Lenôra, Lenôra,
Tão nova e tão loura
Não gosta de homem
Só quer desunir
Marido, ela toma
E o noivo seduz
Somente pra ter
E depois enganar*

*Lenôra, Lenôra,
Tão nova e tão loura!*

Abril de 1948

L A D A I N H A

*Lenôra tão nova
Passando de leve
Vestida de neve
Na loura manhã*

*Mais bela que o sol
Nascendo do mar*

*Mais alva que arminho,
Que o manto celeste
Da virgem Maria*

*Estranha visão
De rosto diáfano
Qual rosa polar*

*Lenôra tão nova
Passando na ponte
Deixando a semente
Da morte mais louca
Jogada nos homens
Que pulam no rio
Se fecha o comércio
Os olhos se abrem
Com sua passagem
De imagem tão loura*

*Perigo é Lenôra
No meio da rua
O guarda enlouquece
Os carros se chocam
Socorro não vem
Se dão atropelos
A morte se torna
Desejo da massa*

*(Meu Deus, quem não morre
Por tanta beleza?)*

*Lenôra tão nova
Passando de leve
O morto levanta*

*Tocando-lhe a veste
A sede se acaba
A fome, se esquece
Ninguém tem mais tempo
De ser egoísta*

*O padre mais santo
Celebra com atraso
De cinco minutos
O ofício do dia.*

*Na certa, ele viu
Lenôra sentada
À porta da Igreja*

*(Meu Deus me perdoe
Se estou enganado)*

*Mas infelizmente
Lenôra é assim
Destino de Gilda
Do nosso Murilo
Poeta maior*

*A bela Lenora
É como veneno
Que pra libertar
A morte nos trás
O luto e a dor*

*Não a conhecendo
Ninguém acredita
Que assim ela seja*

*Lenôro tão nova
Tão nova e tão loura!*

Maio de 1948

PROBLEMAS DE BASE DO BRASIL

SUMARIO: 1. A renovação nacional — 2. Equilíbrio e equidade na divisão territorial política — 3. Interiorização da metrópole federal — 4. Rede dos centros propulsores — 5. Distribuição das forças construtivas — 6. Ocupação efetiva do território — 7. Valorização do homem rural — 8. Virtualização do aparelho administrativo — 9. Gabinete técnico da Presidência e reorganização do quadro ministerial — 10. Autonomia e articulação das diferentes órbitas governamentais — 11. Unidade nacional pela unidade da língua — 12. Síntese: a) os objetivos essenciais do momento; b) os instrumentos que o Brasil deverá utilizar para fazer face a crise mundial; c) conclusão.

1. A renovação nacional

A grandeza territorial, o desigual e insuficiente povoamento, a agressividade do meio físico, as endemias reinantes, a deseducação e a morbidade da população brasileira, são fatores, todos esses, que dão aos grandes problemas nacionais — a que poderemos chamar problemas de base do Brasil — vulto desmedido e extrema complexidade, capazes de intimidar os espíritos mais empreendedores. Entretanto, por isso mesmo que assim

se apresentam, devem eles ser os objetivos prediletos do Governo Federal, mormente depois das remodelações políticas por que passou a nação. Essas transformações não foram, por certo, imprevidentes tentativas, visando apenas substituir a fisionomia das instituições. Bem ao contrário, tiveram em mira “renovar” os velhos quadros da vida brasileira, assegurando-lhes a estrutura, as virtualidades e o potencial de energias que capacitem o país a enfrentar precavidamente as suas responsabilidades, na hora histórica que o mundo está vivendo. Mesmo porque, se não o fizesse, deixando intactos os erros e omissões do passado, muito dificilmente realizaria o Brasil os seus destinos. E assim, talvez perdesse a melhor oportunidade para remover grande parte dos fatores negativos que entorpecem o seu progresso, a saber, aquela em que o Governo Federal, tendo ao seu dispor meios mais rápidos de ação, e instrumentos legais eficazes, pode atender, a um só tempo, às advertências do nosso passado e às promessas do nosso futuro.

Por outro lado, ainda porque são assim, aqueles nossos problemas de base — isto é, complexos, entrelaçados e de

“ESTUDANTES” inicia, neste número, a publicação desse estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, infelizmente pouco divulgado não obstante o relevo das questões que aí são tratadas, como sejam: uma distribuição mais equitativa do território brasileiro, a multiplicação dos centros urbanos interiores, a valorização do homem rural, a transferência da Capital Federal, etc.

“ESTUDANTES” firma seus agradecimentos à autorização que nos foi concedida por aquela repartição, para a divulgação deste trabalho.

descomedido vulto, — fôrça é que em duplo sentido suas soluções sejam globais — no que respeita a cada problema considerado em toda a sua significação, e no que tange ao conjunto deles, vistos através de todas as suas inter-relações.

Esta afirmação, longe de ser um paradoxo, como à primeira vista pode parecer, exprime rigorosamente a lógica e a realidade dos fatos.

A grandiosidade da tarefa governamental e a pouquidade dos recursos não são coisas antagônicas nem se excluem reciprocamente, dentro daquele critério. Pelo contrário, por isso mesmo que coexistem, só se podem ajustar no plano de ação que não dissocie os problemas, nem, muito menos, fracione cada um deles em pequenos problemas, particularizados, seja quanto aos objetivos, seja quanto ao âmbito geográfico.

Esse método — que se desenvolve por partes, isolando os problemas e atacando-os fragmentariamente e quase a êsmo — foi o que até hoje prevaleceu. E a sua lógica aparente se dissolve no coito com a realidade dos resultados conseguidos.

Se os problemas são conexos, suas soluções também o devem ser. Enfrentados simultaneamente, os mesmos recursos que se estiverem na aparência dirigindo apenas a um deles, estarão de facto operando em benefício de todas as soluções procuradas. Por outro lado, visionando-se cada problema em seu conjunto, também não se duplicam ou triplicam sem proveito nem os centros de ação nem os recursos mobilizados. Os mesmos esforços e os mesmos recursos, agindo sinérgica e sincronizadamente, atendem a um só tempo a todos os aspectos de cada problema considerado de per si, e num tal encadeamento lógico, que não deixam margem para os hiatos de ação nem para a desconexão de resultados a que dá lugar o método oposto.

Por conseguinte, sendo poucos os meios de ação disponíveis e enormíssimos os empreendimentos a realizar, a diretriz de “ação nacional” apresenta-se, entre nós, com a fôrça de um imperativo indeclinável. Os planos isolados, os empreendimentos limitados na sua envergadura, ou no seu prazo, ou no seu alcance, parecendo ação pragmática, sen-

so de medida ou roteiro prudente, muitas vezes não são, no fundo, senão a perda de energias e recursos da Nação numa obra parcial, dispersiva, frustra, que enfraquece os Governos, decepçiona a opinião pública e leva a República a uma perda de tempo que, na fase presente da evolução mundial, é o maior de todos os riscos.

Dai a significação que têm para o Brasil certos erros em que vem permanecendo.

A ação governamental reparte-se por três planos, que se transformaram em compartimentos estanques em virtude da compreensão errônea do regime, o qual, se outorga legítimas e necessárias autonomias, destas exige, óbvia e correlatamente, que entre si cooperem num grande e racionalizado sistema nacional.

Por sua vez, as três ordens de ação governamental dividem seus campos de ação — de finalidade idênticas ou conexas em grande parte — por meio de barreiras que separaram os diferentes setores exigidos pela prática administrativa. Sobre serem vários êsses sistemas — que visam aos mesmos benefícios, em relação à mesma comunidade, tendo em vista os mesmos destinos comuns, — são também ilógicos, pois deixam a determinados setores atividades tão mal ajustadas aos seus objetivos principais, que ficam dêsse modo irremediavelmente condenadas ao abandono. Pior: ainda em virtude disso, tornam-se insuficientes ou improdutivos os órgãos que têm suas responsabilidades necessariamente relacionadas com as daqueles outros, e tais responsabilidades, assim, deixam de ser atendidas com a compreensão justa e a intensidade precisa. É o mal se agrava com o isolamento em que ficam funcionando lado a lado êsses compartimentos estanques, os quais, por essa forma, agem sem articulação e, por isso mesmo — quando não antagônicamente — por certo sem convergência, sem método, sem cooperação, sem sistema.

Ainda sob um terceiro aspecto, os esforços governamentais fragmentam-se, paralelizam-se, diferenciam-se, sem organicidade; antagonizam-se muitas vezes; sobrepõem-se uns aos outros; — quase tudo tumultuariamente. É no seu desdobramento geográfico. No plano federal, as atividades que deveriam visar ao mesmo

objetivo, já se achando às vezes afetas a dois ou mais Ministérios que entre si não mantêm estreito contacto, são em cada um dêles desdobradas em escala, profundidade e maneira divergente, de Estado para Estado. No plano estadual, as atividades já exercidas por vinte e duas entidades diferentes, segundo organizações diversificadas e diretrizes que nada têm de comum — nem sequer continuidade no mesmo Estado — são distribuídas segundo variáveis esquemas e entre os órgãos superiores da máquina administrativa, reproduzindo-se, além disso, em cada Estado, os erros da organização federal. No plano municipal, a dispersão de esforços e a falta de uma orientação coordenadora chegaram a tal ponto, que já houve o começo de reação com o instituírem-se os Departamentos de Municipalidades, infelizmente mais propensos a fiscalizar do que a assistir. Ali, com efeito, a multiplicidade dos tipos de organização crescia de ponto, retirando ao panorama da vida dos municípios brasileiros todo o sentido de progresso orgânico. A diversidade dêsses tipos, a falta de preparo especializado da maioria dos dirigentes, a ausência costumeira de controle, a acarretar prejuízos e irregularidades, e ainda a divisão dos serviços segundo a velha fórmula dos “compartimentos estanques”, faziam — e ainda fazem — do nosso municipalismo, em certos casos, um critério de governo desatento aos interesses da população.

Donde a paisagem pouco animadora da realidade brasileira. A obra governamental, dispersando os seus esforços, através de uma organização ineficiente, não pôde ainda prestar à coletividade a assistência que fora mister. E as massas humanas, entregues a si mesmas, submetidas a forças múltiplas, oriundas dos interesses particulares avulsos, ou solidarizados em sistemas sem nenhuma preocupação do bem comum, deslocam-se às cegas. Condensam-se aqui, desagregam-se ali, para se distribuírem segundo impulsos desorientados, ou mal orientados, vindo a apresentar, afinal, os aspectos impressionantes e ameaçadores que observamos no povoamento do país, origem da desocupação da maior parte do território nacional. De um lado, — uma população de analfabetos ou semi-analfabetos, sub-alimentados, doentes, sem capacidade para as atividades pro-

ductivas, condensada em núcleos mal constituídos, sem educação cívica, nas mais desfavoráveis condições de trabalho e de vida. Do outro lado, — uma grande massa, de baixo teor de existência, dispersa nas zonas rurais, desassistida, mas, apesar disso, sustentando a nação com o seu débil labor e o seu inglório sacrifício, sem direito à felicidade e sem poder contribuir sequer para a verdadeira grandeza do seu país. Finalmente, a uma terceira face, — o deserto de milhões de quilômetros quadrados que uma população mal distribuída não pôde e não soube ainda ocupar.

A estatística, entretanto, já tornou patente toda essa desalentadora realidade. E essa simples revelação aponta os rumos novos em que poderá agir a Nação, segundo diretrizes sistemáticas e harmônicas com o pensamento construtivo que decorre da observação da vida nacional.

Esas diretrizes da nova política brasileira não contrariam nem os princípios democráticos, nem a organização federativa, nem o salutar critério da descentralização administrativa. Pelo contrário: ela se estabelecerá com o concurso do povo e para o bem do povo, segundo os melhores princípios democráticos; ela assentará seus alicerces sobre a autonomia das três órbitas administrativas, mas uma autonomia que não seja isolamento ou antagonismo, e sim auto-determinação, segundo os imperativos da mútua compreensão, da solidariedade e da racional divisão do trabalho nas tarefas comuns; finalmente, essa nova estrutura política não será uma centralização absurda e de compreensão primária, como sinônimo de indiferenciação, mas será, sim, a adequada descentralização executiva, de caráter orgânica, com a natural e lógica convergência para um órgão superior de comando, instituído em harmonia com os dois outros princípios — o do governo do povo pelo povo e o da organização deferativa.

Assim, a reorganização brasileira postula um novo quadro territorial, administrativo e social, em condições de permitir normalmente o livre desenvolvimento e uma vida melhor ao povo brasileiro. E isto pressupõe que, desde a discriminação da base geográfica, passando pela discriminação das forças propulsoras de governo, até a discriminação dos direitos e deveres reais do povo, — tudo se faça mediante fórmulas justas e inter-vinculadas por seus termos

de espaço, de tempo e de ação.

Será isto possível? Resposta afirmativa, como se vai provar.

Eis aqui os essenciais e complexos objetivos a serem liminarmente conseguidos na reestruturação racional do Brasil, em obediência aos imperativos de preservação dos destinos nacionais:

a) equilíbrio e equidade na divisão territorial política;

b) valorização do homem rural pela saúde, pela educação e pelo trabalho, utilizando-se para esse efeito as Colônias-Escolas;

c) centros de propulsão suficientemente numerosos e adequados à sua missão, localizados de modo a constituir uma rede de malhas uniformes;

d) forças construtivas distribuídas segundo os critérios de equidade e de solidariedade e unificação nacional, isto é, na razão inversa do grau de civilização já conseguido em cada ponto do país, e na razão direta do vulto que oferecer a obra fundamental de ocupação territorial e de organização a ser realizada em cada região;

e) ocupação efetiva do território por meio da redistribuição das sobras demográficas das metrópoles, utilizando-se suas populações marginais, para esse fim incorporadas, regeneradas e mobilizadas pelo Exército do Trabalho;

f) interiorização da metrópole federal em condições de lhe garantir a maior segurança possível, e ao mesmo tempo a relativa equidistância em referência às várias regiões periféricas do país, mas de maneira compatível com as possibilidades atuais da Nação e as suas necessidades de ordem e harmonia interior;

g) forças construtivas eficientes, racionalmente diferenciadas e organicamente articuladas, como contribuição do aparelho administrativo que o Poder Público põe em movimento;

h) unificação, racionalização e técnica da direção suprema emanada do Poder Executivo;

i) articulação, solidariedade e interação das órbitas governamentais autônomas;

j) unidade nacional apoiada na unidade da língua.

Fazer essa enumeração — hoje quase intuitiva à luz das revelações geográfico-estatísticas — importa em reconhecer a impossibilidade de destacar os objetivos e seriá-los, seja em ordem de sucessão temporal, seja em ordem de preferência para as regiões mais necessitadas. Impossível tentar resolver quaisquer desses problemas sem solucionar concomitantemente os demais. Impossível também resolver cada um deles, ou todos, sucessivamente para cada região do país. A obra há de ser de conjunto, na sua compreensão conceitual, na sua compreensão geográfica, na sua compreensão dos grupos sociais. Qualquer parcialismo que se lhe introduzisse, levá-la-ia à impotência financeira, à impossibilidade política, à injustiça social. Ou será ela global, ou se complicará em meio a choques e dificuldades sem conta, e nada conseguirá, a não ser, talvez, agravar ainda mais a situação que se procura remediar.

Compreendida em seus aspectos gerais, a empresa renovadora será possível, será fácil, será grandiosa. Possível, porque os mesmos poucos recursos que temos, racionais e habilmente aproveitados, atenderão com poderosa suficiência à solução simultânea e harmônica de todos os nossos problemas. Fácil, porque atacados todos os objetivos essenciais em um plano orgânico, cada empreendimento auxiliará naturalmente os que lhe forem correlatos e propiciará as realizações que se lhe devam seguir em relação ao conjunto dos objetivos visados. Grandiosa, porque os esforços conjugados postos em ação conseguirão encaminhar uma obra política modelo e levá-la a cabo em pequeno prazo, erguendo muito alto uma das Nações de maior e melhor base territorial, de população otimamente cimentada na sua unidade, e da mais acentuada capacidade de progresso na paz, no trabalho e na prosperidade.

Mas, se a obra há de ser simultânea em relação aos diferentes objetivos, cumpre que o seu delineamento se faça por partes, sem embargo da interdependência dos temas tratados.

Vejamos, um por um, os objetivos su-

pra-referidos. Eles formam o que poderíamos talvez chamar os "mandamentos da realidade brasileira".

2. Equilíbrio e equidade da divisão territorial política

Partindo-se do princípio de que a distribuição regional dos esforços de governo deve repousar na autonomização das regiões que chamamos Estados, e admitindo-se, ou que essa autonomia seja outorgada pelo Poder ou Soberania Nacional (critério histórico), ou que este Poder ou esta Soberania decorra da solidariedade daqueles, formando uma sociedade confraterna (critério formal); — certo é, e indiscutível, que, numa ou noutra hipótese, aquelas entidades autônomas devem ter os mesmos direitos e deveres. E é óbvio que numa sociedade qualquer — e mais ainda numa sociedade política, como é o caso da Federação Brasileira, — além da igualdade dos direitos e deveres, deve haver relativa equipotência entre as entidades associadas ou irmãs. Porque sem isto não haverá justiça e equilíbrio, nem, portanto, verdadeira e voluntária solidariedade entre elas, a gerar, como necessário, a unidade da Nação e a sua sobrevivência histórica.

Ora, a "equipotência", como condição para que a ordem política se fundamente na justiça e na livre adesão da comunidade nacional, não é, como alguns supuseram, a equivalência, necessariamente efêmera, quanto à população, ou no que toca à produção, ou no que se refere às arrecadações; nem muito menos um nivelamento complexo — e também êle, momentâneo — por meio de combinação entre êsses variados fatores. A equipotência que se requer há de ser, e só pode ser, a "equivalência territorial".

Assim é, primeiro, porque o território é o que representa o fundamento físico da Nação, o seu ambiente, o seu patrimônio. E isto é que deve ficar equitativamente distribuído entre as entidades associadas na Federação. E a equivalência territorial há de ser estabelecida da única maneira justa que é possível. Isto é: não segundo a valorização transitória do ecúmeno, mas segundo o simples tamanho físico — a superfície, o único elemento estável como suporte de uma construção política efetivamente nivelável. Se é certo que determinados territórios va-

lem menos ou oferecem menores possibilidades de exploração e ocupação do que outros, isto não se poderá tomar em consideração, a não ser de maneira muito geral. E como as condições desfavoráveis se localizam ao acaso e sob os mais variados pontos de vista, bastará, para que o equilíbrio e a justiça subsistam, que a divisão se faça segundo um "gabarito" não muito restrito, a fim de que funcione a lei das compensações, e a "valência" global dos territórios do mesmo âmbito permaneça — ainda que de início apenas em potência — satisfatoriamente nivelada.

E ainda tal como se afirmou, porque qualquer outra equivalência, transitória como seria necessariamente, tenderia a transformar-se numa progressiva desigualdade, a gerar descontentamentos e desequilíbrio, seja no caso de manter-se o âmbito geográfico segundo a distribuição primitiva, seja na hipótese de ficarem previstos novos e sucessivos reajustamentos, através de medidas difíceis de estabelecer e transferências de territórios ainda mais difíceis de efetuar sem gerar crises políticas.

E a afirmação subsiste, a um terceiro aspecto, porque a equivalência territorial, sendo por si mesma estável, pode e deve azarretar as demais equivalências. Basta, para isso, que, como é justo e natural aconteça, a solidariedade nacional se aplique e se esforce no propósito de levar às unidades inicialmente desfavorecidas dos elementos de vitalidade, aqueles contingentes de recursos, tirados do patrimônio comum, que possam conduzi-las em marcha rápida ao mesmo nível de progresso, por isso que tais contingentes procurarão assegurar às diferentes entidades territoriais "populações" quase niveladas e "economias" — ainda que diversificadas — equipotentes na resultante final das suas geratrizes.

Portanto, — é a preliminar conclusão a que chegamos, no exame do primeiro ponto focalizado — o equilíbrio, a justiça e a estabilidade só poderão existir e subsistir na estrutura do organismo político nacional, não apenas sob a condição de uma redistribuição territorial entre as Unidades Federadas, mas ainda se efetuada esta conformemente ao critério da equivalência entre os respectivos âmbitos geográficos. E como sem justiça, sem equilíbrio e sem estabilidade no seu quadro político, nenhuma comunidade humana se pode manter e mu-

to menos engrandecer-se — e aí está a lição de numerosos povos modernos (a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a França, a Espanha, Portugal, o Chile) —, forçoso é reconhecer que o Brasil estará fugindo aos seus destinos enquanto não fizer a redivisão política.

Cumpre verificar, por conseguinte, qual a bitola ou o "gabarito" que deveríamos adotar em a nova divisão.

O critério a preferir para fixar esse padrão deve, evidentemente, procurar atribuir-lhe os seguintes característicos:

a) Não ser pequeno demais. Por três motivos: primeiro, para que o maior número possível de unidades tenham desde logo recursos bastantes para que seus governos possam exercer a missão civilizadora ou propulsora que lhes deve caber no regime federalivo, dispensando-se, ou reduzindo-se ao mínimo, a assistência da União; segundo, para que o âmbito territorial das Unidades Federadas não fique sujeito à contingência de constituir-se por determinado espaço geográfico excepcionalmente desfavorecido de recursos naturais; terceiro, para que não se tenha de dividir grande número dos Estados do antigo quadro, nem, sobretudo, se desmembrem aqueles que, como São Paulo e Rio Grande do Sul, sem serem grandes em excesso (pelo menos na situação econômica e demográfica atual), não só perderiam seu potencial de progresso no desmembramento, em virtude da acentuada unidade da sua estrutura econômica e social, mas ainda suscitariam fortes embaraços ao reajustamento se, sem motivos plausíveis, vissem destruída aquela unidade e sacrificado seu progresso com uma injustificada mutilação.

b) Não ser excessivo. Primeiro, porque já agora, e muito mais no futuro, algumas Unidades da Federação, se esta se constituísse apenas de grandes Estados, tenderiam desde logo a bastar-se a si mesmas, entrariam em choque com o Governo Federal na ânsia de atrair os benefícios da União em detrimento das mais fracas (menos populosas ou menos ricas), e cultivariam, inevitável e perigosamente, a idéia separatista. Segundo, porque também, se viesse a ser muito grande o padrão adotado, se reduziria em excesso o número das Unidas Federadas, levando a União Brasileira insensivelmente para a forma confederativa, ou se-

ja, também nesse caso, a destruição do Brasil pelo seu desmembramento.

c) Ser tal que não dê lugar a novas injustiças e permita fazer a transposição do antigo para o novo quadro pela maneira mais fácil. O que importa em postular a instituição de um padrão flexível, atendendo às seguintes exigências: 1. certa variabilidade, para permitir acomodações tendentes ao prevailecimento máximo das jurisdições atuais, mas dentro de limites que não admitam pronunciada superioridade de umas Unidades em relação às demais; 2. fixação de extremos de variação dentro dos quais fiquem São Paulo e Rio Grande do Sul, e, se possível, mais alguns Estados; 3. condições tais que, na grande maioria dos casos, permitam efetivar o reajustamento, ou pela divisão dos grandes Estados em dois, três ou mais, sem cessão de territórios a alguma das antigas Unidades, ou, ao inverso, pela juxtaposição de pequenos Estados que entrem, integralmente, como unidades sub-federadas, na composição das novas unidades a instituir.

Ora, estabelecer estas três condições o mesmo é que escolher o padrão de 250 000 a 350 000 km² (em números redondos), porquanto:

a) a diferença entre o maior e o menor não passará de 40% (ou bem menos da metade) deste, — o que é perfeitamente razoável e não invalida o fundamento da equivalência territorial;

b) dentro desses limites enquadram-se não só Rio Grande do Sul e São Paulo, mas ainda Maranhão e Piauí;

c) na conformidade de tal padrão podem constituir-se, por associação, os novos Estados que compreendem, um, o Paraná e Santa Catarina (Iguaçu), e o outro, o Ceará, o Rio Grande do Norte e Paraíba (Nordeste);

d) de acordo com ele podem desdobrar-se, Goiás em dois Estados, Mato Grosso em cinco, Pará em cinco e Amazonas-Acre em seis;

e). respeitando o padrão podem reajustar-se em fórmula felicíssima os territórios restantes (Distrito Federal, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco), que formariam, os quatro primeiros três Unidades Federadas (Paranaíba, Minas

Gerais e Mucuri) e o novo Distrito Federal, e os quatro últimos, dois Estados (Bahia e São Francisco).

Como se vê, esse padrão e esse método satisfazem plenamente o objetivo político a que se visa, tão felizes as fórmulas que permitem adotar e tão lógico é o quadro final que oferecem.

Os Estados que se não alterariam — e são quatro (Rio Grande do Sul, São Paulo, Maranhão e Piauí), — sem nada perder, ganhariam com a melhoria da situação do país. E lucrariam eles também com o definitivo afastamento da hipótese de qualquer hegemonia no seio da Federação, à base da grandeza territorial. Da parte desses atuais Estados, portanto, nenhuma oposição. Os Estados de descomedida extensão — e são também quatro (Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás) — para os quais a imensidão territorial é um formidável peso morto, e em cujo benefício não seria justo e prudente que a União Nacional fizesse sacrifícios sem primeiro os dividir — teriam a vantagem de se libertar de pronto das responsabilidades a que não podem fazer face, entregando-as à União em condições que a esta permitissem levar aos territórios desmembrados, sem risco nem injustiça, todo o amparo de que carecem. E isso se daria sem ferir melindres nem interesses quaisquer, pois que:

a) os atuais Estados não cederiam território a nenhuma outra unidade do quadro atual, — hipótese essa que a experiência nos demonstra ser a causa única da oposição aos reajustamentos territoriais e à liquidação das questões de limites;

b) as populações dos quatro grandes Estados referidos teriam sua influência e suas possibilidades multiplicadas por 6, 5, 5 e 2 respectivamente, vendo-se cada uma dessas parcelas beneficiadas com uma capital bem mais próxima e com uma assistência desdobrada do Governo Federal;

c) as unidades matrizes, conservando para si a área mais povoada do território primitivo, o que lhes manteria a quase totalidade dos recursos atuais, ver-se-iam libertadas de encargos além da sua capacidade e que, entretanto, precisam ser enfrentados;

d) e essas Unidades, finalmente, continuariam no mapa político do país com os seus antigos nomes, conservando ainda as mesmas capitais, — o que retiraria, tanto às populações desmembradas, como às que permanecessem sob sua jurisdição, qualquer motivo de desgosto, trazendo-lhes, ao invés disso, as mais felizes perspectivas e a certeza confortadora de estarem concorrendo para resolver gravíssimo problema seu e do Brasil, servindo aos próprios interesses e aos da grande Pátria comum.

Os Estados que se associariam a outros ou a partes de outros, bem como os que cedessem essas partes, nada perderiam e tudo ganhariam.

Os primeiros teriam por esse meio — o único, aliás, possível, numa fórmula pacífica — o engrandecimento por que anseiam com razão e que lhes é, em verdade, essencial para que adquiram a força política e econômica que lhes falta. A associação nesse caso, como toda livre vinculação política realizada no mesmo pé de igualdade entre as partes que compactuam, não é uma diminuição nem uma subordinação. É, ao contrário, a valorização da autonomia ou auto-determinação, que por meio dos vínculos consentidos — vínculos de coordenação — consegue o objetivo político que se pretende atingir. O governo geral da sub-federação de que aquelas unidades são partes não subalterniza nenhuma delas a qualquer das outras, porquanto uma não é incorporada a outra; nenhuma passa a ter como capital a capital da outra; nenhuma dá o seu próprio nome à nova unidade, a não ser no caso especial de Minas Gerais, como resguardo de uma tradição nacional. Pelo contrário: todas conservam sua integridade, seu nome, sua capital, sua autonomia. Associando-se pelo uso desta mesma autonomia, formam uma espécie de liga política que lhes dá a “potência e a “valência” que devem ter em benefício do equilíbrio do conjunto e no interesse de cada um e de todos os Estados Federados. E a nova unidade, assim formada com um nome diferente do das suas componentes e tendo sua capital em um “município neutro”, em ponto central, no encontro dos territórios de duas ou mais das sub-unidades associadas, exerce uma autoridade delegada, por meio de um governo em cuja constituição todas colaboram sem privilégio, que a todas beneficia por igual

e age no seio da Federação em nome de todas.

Por outro lado as partes do Estado que se autonomizam para entrar na constituição de novos Estados de origem composta, — por isso mesmo que antes adquirem personalidade política, e com ela a livre determinação, — estão sendo “promovidas”, politicamente falando. E sem passar à subordinação de nenhuma outra entidade do antigo quadro, vão formar, pela livre associação com outros elementos na mesma situação de autonomia, uma nova grande Unidade Política da Federação. Enquanto isso, os grandes Estados atuais, que a bem dizer outorgam essa autonomia a uma grande parte ou a algumas partes do seu território, beneficiando-as e enobrecendo-as com isso, por imperativos do equilíbrio político do país e necessidade de impulsionar a civilização brasileira, permanecem, eles mesmos, na situação mais privilegiada que o novo quadro nacional comporta, com os seus nomes, seus foros e suas capitais. Vêm-se, ainda, participantes na constituição de novas Unidades Federadas, onde sua cultura e sua influência se vão prolongar, estabelecendo vinculações preciosas no terreno econômico, social e político. E, pois, não sofrerão à evidência, nenhuma “capitis diminutio”, como não sofreu São Paulo por exemplo, que se revê com orgulho como unidade matriz de mais quatro unidades da Federação. Além do que, contribuirão, também, para o engrandecimento do Brasil, aceitando a ordem de coisas que os imperativos do progresso e da unidade nacional determinam, mas sentindo-se construtores de uma ou mais de uma nova unidade política do país, em cuja composição os seus contingentes, sua contribuição, longe de sofrerem subordinação a qualquer das unidades vizinhas, a umas tantas destas se associam no mesmo pé de poder político, a fim de livremente dispor dos seus destinos e colaborar, por meio do novo membro da Federação que passam a formar, na grande vida da Pátria.

Segundo o equilibrado e prudente critério exposto, o Brasil seria facilmente redividido em um Distrito Federal (na região de Belo Horizonte, onde ficaria desde logo interiorizada a metrópole federal) e 29 Unidades Federadas. Destas, as que estivessem aquém de certo mínimo de povoamento e riqueza ficariam provisoriamente sob a tutela da União,

como Território, ou mesmo em uma de duas situações diferenciadas — a de Províncias e a de Território. Isto é, semi-autônomas ou não autônomas, conforme o grau de auxílio e o vigor do impulso de que carecessem — menor no primeiro caso maior no segundo — para atingir rapidamente o nível necessário à definitiva incorporação ao quadro dos Estados Federados.

Esse mínima de 30 governos regionais e outras tantas grandes metrópoles, conquanto seja a base imprescindível para toda a obra de reconstrução do país, não bastaria, porém, ao Brasil. Convém prever o desdobramento desse quadro, mas sem aumentar o número das grandes Unidades Federadas, pois esse aumento tenderia a agravar o desequilíbrio e a desordem. Donde o alvitre de outro quadro político — o dos “Estados Associados”, articulando-se com aquele de um lado, e com o dos municípios do outro. Esse quadro seria a chave não só para se realizar sem abalos a primeira transformação e dar-lhe todas as virtualidades, mas ainda para conseguir-se a revitalização dos municípios e as “bases de operações” indispensáveis à grande obra de ocupação, colonização e civilização que o país precisa empreender quanto antes em sua vastíssima hinterlândia.

Da mudança da Capital e da criação dessa rede de centros urbanísticos interiores e adequadamente dispostos, ocupar-se-ão os dois capítulos seguintes.

3. Interiorização da metrópole federal

Menos pela eficiência bélica do que pelo efeito psicológico dos assaltos às grandes cidades, é de indiscutível vantagem para qualquer país ter a sua metrópole resguardada quanto possível dos ataques diretos de um eventual inimigo e a coberto, igualmente, da subversão da ordem por fáceis agressões do exterior ou movimentos internos que hábeis intervenções estrangeiras podem facilmente provocar.

Ora, nenhuma dessas vantagens tem o Brasil neste momento. Sua capital é periférica, e francamente hostilizável por mar, por terra e pelo ar, podendo ser atingidos elementos essenciais da sua economia e da sua subsistência. Além do que, sendo o centro onde estão localizados recursos industriais de importância vital para o país, os ataques que lhe forem dirigidos terão o duplo efeito

de perturbar a ação dirigente — militar, administrativa e política — de toda a República, e de suprimir-lhe elementos essenciais de subsistência e defesa.

Parece, pois, que não se pode pôr em dúvida a necessidade de interiorizar a capital, como medida de segurança nacional, tanto interna como externa.

Para onde, entretanto, se poderá fazer esta mudança?

Também parece fora de dúvida: para o Planalto Central de Goiás, perto da cidade de Formosa, onde já está demarcada a área do futuro Distrito Federal, área essa que, em relação ao novo quadro territorial proposto, está situada entre quatro Estados — os dois em que Goiás se dividirá, de um lado e Paraíba (o Oeste e o Triângulo de Minas) e Bahia, do outro. A escolha desse ponto é uma dessas medidas deliberadas em hora afortunada, pois constitui solução definitiva e perfeita para o problema. O ponto em questão está no que se poderá chamar o centro de gravidade do mapa político do Brasil, que é, fisiograficamente, também um ponto simbólico, pois dêle fluem as águas que se vão repartir pelas três grandes bacias brasileiras — a franciscana, a do Tocantins-Amazonas e a platina. Situa-se em um planalto maravilhoso pelo clima, pela irrigação, pela beleza das paisagens, pelas possibilidades de turismo, pela riqueza das terras (campos, florestas, áreas de cultura). Está no local mais protegido do território nacional quanto à possibilidade de uma agressão aérea ou terrestre. E a metrópole ali situada facilmente poderá ligar-se a todas as Unidades da Federação, e manter, com um dinamismo poderoso, a grande unidade da vida nacional, mediante influência uniforme sobre toda a extensão do território brasileiro — de norte a sul e de este a oeste.

Mas, se tudo isto é fora de dúvida, há outros fatos não menos ponderosos, que desaconselham a mudança imediata para aquele privilegiado local.

Convirá que a interiorização da nossa metrópole não sofra maior retardamento. E retardamento haverá se ficarmos na dependência da construção da nova cidade — Brasília, digamos — no planalto de Formosa. Mais: essa construção, que deve ser projetada com a maior perfeição, e caprichosamente executada, para não prejudicar o futuro do país,

seria, além de muito cara no momento, bastante difícil em virtude da falta de comunicações e do despovoamento da região.

Ora, problemas prementíssimos estão a pedir todos os recursos e todas as energias do Brasil, os quais, assim, não se poderiam ver agora canalizados sôfregamente para uma obra que deve ser executada com carinho e primor, de sobre-mão, como objetivo sem pressa, para um tempo de serenidade e de paz.

Assim, a solução há que ser pragmática e temporizadora. Façamos a interiorização, sim, mas em duas etapas, deixando-se a segunda e definitiva, a da mudança para a Brasília maravilhosa do futuro, como o fecho de ouro da grande obra de revitalização do Brasil a ser iniciada agora. Essa primeira etapa, então, teria por objeto deslocar desde logo a sede do Governo para o interior, mas segundo uma orientação sábia e prudente, que não fizesse da medida uma precária solução de emergência, a oferecer poucas vantagens e muitas desvantagens. O que é preciso, ao contrário, é fazer dessa primeira mudança, não apenas a medida de segurança que se torna mister, urgentíssima, mas ainda um dos meios para facilitar e encaminhar, com inúmeras vantagens e nenhuma desvantagem, a execução do plano orgânico da reconstrução brasileira.

Cumprе, pois, escolher a nova sede — que será talvez a Capital do Brasil durante uns cinquenta ou cem anos, — mediante as seguintes condições, quanto ao local preferido:

a) que ofereça o máximo de segurança possível com o mínimo de deslocamento, a fim de que, pela vizinhança da atual metrópole, não exija a mudança de toda a administração federal, mas apenas dos órgãos de Governo e dos aparelhos superiores da direção administrativa;

b) consequentemente, que já tenha comunicações fáceis com o Rio de Janeiro, de modo que a nova vida metropolitana se dissocie o menos possível da vida da atual Metrópole e assim também não lhe enfraqueça o salutar dinamismo, tão útil à vida nacional;

c) que esteja situada na direção do Planalto Central, permitindo, destarte, que os estímulos de povoamento e pro-

gresso — decorrentes imediatamente da mudança — em benefício do Brasil Central, estejam também logo preparando a grande esteira que leve a civilização ao local da metrópole definitiva, e dêem assim dupla e prática finalidade a tudo que se houver de fazer em decorrência da nova localização do Governo;

d) que, por ser tal, se torne ainda um elemento para facilitar a execução do plano de redivisão do Brasil, uma vez que essa localização trará disputadas vantagens imediatas para a região a que ela diretamente beneficiar, sendo capaz, portanto, de provocar da parte dos seus habitantes uma atitude de transigência em face de outras condições a serem estabelecidas concomitantemente;

e) que se trate de uma cidade higiênica, de bom clima, confortável e com recursos bastantes para servir de sede ao Governo Federal;

f) que se situe ainda num ponto em favor do qual se torne útil um poderoso estímulo à organização industrial — como é a vizinhança da Capital — provocando um surto econômico onde a necessidade de sua ocorrência se estiver fazendo realmente sentir;

g) que esse surto econômico não traga concorrência prejudicial ao Rio de Janeiro, mas lhe seja um motivo de engrandecimento a mais, fazendo da sua influência um fator decisivo no povoamento de todo o Brasil Central, tributário do seu porto, do seu comércio e da sua cultura.

Reconhecer esses fatos, aliás evidentes de si mesmos, é apontar a cidade que tudo, absolutamente tudo, num conjunto felicíssimo de circunstâncias, está indicando para sede provisória do Governo Brasileiro. É Belo Horizonte, evidentemente.

Com efeito.

Belo Horizonte está a 600 km do Rio, ao qual se acha ligada por ferrovia, estrada de rodagem e linha aérea (não falando no telégrafo, no rádio e no telefone). Dista daqui 16 horas por via terrestre e 1 hora e quinze minutos por via aérea. A posição e a distância trazem a possível segurança, mas não im-

pedem uma perfeita articulação com o Rio (ou Guanabara, segundo a nova denominação lembrada com muita felicidade), podendo esta, sem inconveniente, conservar todos os órgãos administrativos que não forem de imediata e direta colaboração com a Chefia do Governo. Com isto ela satisfaz às duas primeiras condições. Mas, atende ainda:

— à terceira, — pois que fica exatamente no eixo Rio-Formosa, e com os foros de metrópole federal suscitará, a cerca de um terço de distância entre os dois pontos, um foco poderoso de povoamento, organização rural e industrialização, estendendo na direção de Formosa a “esteira” de civilização necessária à construção futura da capital definitiva;

— à quarta, — porque a escolha de Belo Horizonte permitirá fazer a redivisão do Brasil, levando para aquela cidade o Governo Federal e trazendo para o Rio o Governo Mineiro como o primeiro governo do grande e novo Estado de Minas Gerais, o que facilitará assim, obviamente, os entendimentos para a divisão de Minas Gerais atual;

— à quinta, — porque Belo Horizonte possui todos os requisitos e recursos para receber a capital federal, uma vez que dela sairá a parte do funcionalismo mineiro que se não puder transformar, mediante as facilidades de permuta oferecidas, em funcionalismo federal;

— à sexta, — porque o surto industrial de Belo Horizonte se fará numa zona privilegiada e que precisa ser industrializada ao máximo, para que o Brasil tenha também no interior, fora do alcance imediato de ataques externos, as indústrias essenciais que, em consequência mesmo das possíveis agressões, nos podem faltar em virtude da paralisação dos núcleos de atividade fabril situados em zonas mais expostas;

— à sétima, — porque esse centro industrial se tornará tributário do centro comercial do Rio de Janeiro, contribuindo assim para a grandeza econômica desta grande cidade, que continuará a ser, portanto, a Capital bio-dinâmica do país.

Finalmente, a mudança importará na transferência pacífica à jurisdição federal de toda a área dos depósitos ferri-

feros, a qual, constituindo o maior patrimônio do país, deve ficar sob a égide do próprio Governo do Brasil, formando a princípio o Distrito Federal da Capital Política, e depois, o Distrito Federal do grande centro industrial brasileiro que se desenvolverá nas vizinhanças de Belo Horizonte.

4. Rede dos centros propulsores

Nenhuma grande Nação — no sentido territorial do termo, o qual, aliás, é hoje também condição do seu sentido político — pode pretender formar-se “como uma mancha de óleo”. Espíritos primários e ingênuos querem que os esforços de extensão e desdobramento espacial da organização social se condicionem pelo progressivo adensamento demográfico das zonas vazias, adquirindo-se assim, aos poucos, novos “espaços sociais”. Mas, é claro que o mundo moderno não admite que se mantenham em reserva, para benefício de povos prudentes e metódicos, espaços territoriais que eles possam ir socializando ao sabor do que considerarem, em cada momento, da sua conveniência e ao seu alcance. Porque para lá das linhas até onde o espaço social se apresente fortemente estabelecido, outros espaços sociais, ou, quando menos, fortes espaços políticos tendem a estabelecer-se, levantando obstáculos que o expansionismo dos retardatários e lerdos só poderia transpor à custa de enormes sacrifícios, quase sempre em lutas armadas que geram ódios sobre ódios, a erguer por sua vez barreiras psicológicas cada vez mais altas ao entrelaçamento de relações entre os povos vizinhos.

Assim, as matrizes das “grandes Nações” têm sido sempre lançadas em arremetidas ousadas, em relação a “espaços” eventualmente disponíveis ou a âmbitos geográficos fracamente ocupados, no sentido político, por outros povos. Criados, porém, por essas arrancadas históricas, os grandes espaços de “dominação”, que precisam ser mantidos de maneira forte e decisiva pelo núcleo donde partirem as forças geratrizes da Nova Nação, então se há de criar imediatamente, numa segunda arremetida, mais metódica, mas não menos ousada, o “espaço social”, dentro do “espaço político”. Assim é preciso para que esse “espaço político”, tornado ele próprio forte como “espaço social”, não custe ao seu núcleo gerador, ou mantenedor, enormes, perigosos e não compensados sacrifícios,

em face da contingência expansionista de outros povos, que a precária posse de vastos “espaços desocupados”, — portanto, não “socializados” — pode eventualmente suscitar.

Ora, o vigor do nosso generoso tronco étnico garantiu ao Brasil em condições de rara felicidade histórica, a posse — que é uma predestinação — de um admirável espaço de dominação. O espírito de conquista de almas e o espírito de conquista de riqueza proporcionaram ao Brasil recém-nascido o ímpeto da ocupação, visando a um só tempo ao domínio religioso e ao domínio político. E a Nação pôde assenhorear-se, na mais afortunada aventura, de meio continente, mantendo um “espaço político” de 8 $\frac{1}{2}$ milhões de quilômetros quadrados, do qual só correspondem ao seu “espaço social” talvez não mais de 1 300 000 km², ou 15% da superfície total do país.

Erro grave, conseguintemente, seria para o Brasil a política da “mancha de óleo”. Ao ímpeto da conquista pelas arrancadas dos jesuítas e dos bandeirantes, há de seguir-se agora a arremetida da ocupação, da colonização, da “socialização”. Assim como Portugal não tratou de saber se tinha gente e recursos para conquistar este meio continente e mantê-lo contra tudo e contra todos, também hoje não havemos de medir a extensão do nosso esforço colonizador pelas nossas supostas ou visíveis possibilidades. A estas, numa compreensão primária e pequenina da vida e das forças históricas, muitos considerarão verdadeiras impossibilidades. Mas, nada obstante, com a gente que temos e os recursos que já são nossos, certo é que poderemos ocupar, colonizar e socializar os 7 200 000 km² que, a dentro das nossas fronteiras, nos oferecem a árdua mas sedutora aventura, que outros povos enérgicos têm ido procurar em continentes distantes, entre outras raças, em meio das mais duras competições e contingências. E se a nossa tarefa é mais fácil que a deles; e se ela já não é nem cobiça nem simples obra de previdência econômica, porque é um dever nacional e uma condição de sobrevivência; se temos o sugestivo exemplo dos antepassados lusitanos; e se nós mesmos já nos mostramos capazes de empreendimentos que bem valem este, — tudo indica que não há motivos para temer as dificuldades e sacrifícios que a empresa oferece.

Mas, o esforço de colonização não se realiza a distância. Ele precisa de um

centro de governo e de operações bastante próximo. E esse centro, a mais disso, precisa ser um núcleo social capaz de criar em torno de si o ambiente propício à obra colonizadora, apto a desenvolver as forças estimuladoras e de ajustamento, e, enfim, em condições de formar os campos de gravitação de interesses que radiquem ao meio os novos elementos a fixar, sem lhes faltar a assistência, o conforto e as facilidades que só organizações urbanísticas poderosas podem proporcionar.

Verificar isto, é tirar uma série de conclusões da maior importância. Para combater o urbanismo nefasto e malsão que temos, com os quadros citadinos superlotados de desajustados sociais e “sem trabalho”, ou mesmo “ocupados”, mas de modo miserável ou parasitário, precisamos de um sadio urbanismo interior. E para corrigir o insuficiente e ineficiente ruralismo que possuímos, precisamos criá-lo, também artificialmente, em condições racionais. O que vale dizer: em torno exatamente daqueles centros urbanísticos interiores, e com eles na saudável e indispensável simbiose, a fim de que o trabalho agrário se tonifique economicamente falando, e se regenere sob o ponto de vista humano, criando a “área social” total, em que se deve transformar o território pátrio, ainda que de início com fraca densidade demográfica.

Há, pois, que fazer um grande esforço de translação de massas demográficas. Mas, a par disso, é preciso corrigir as deficiências sanitárias, educacionais e de formação profissional que essas massas oferecem. E para tanto cumpre ocupá-las primeiro, com objetivos de readaptação ao trabalho, e por fim, fixá-las em misteres urbanos ou atividades rurais, incorporadas definitivamente às comunidades que se devem organizar e manter adequadamente distribuídas por todo o território da República.

É preciso, dêsse modo, cogitar de instituir um organismo destinado ao enquadramento das massas a regenerar, transportar, reajustar e fixar; é preciso dar a esse organismo objetivos de trabalhos públicos que tornem suportável e proveitoso o ônus que a sua manutenção requer; é preciso ainda fazer com que tais massas trabalhem nos “meios” ou áreas que se deseje povoar, a fim de que, durante a fase de regeneração e reajustamento, se vão adaptando a esses novos ambientes e neles radicando-se; é pre-

ciso, finalmente que a própria realização dêsse esforço tenda a instituir, de logo, os centros urbanísticos que assegurarão o êxito e a perenidade da obra de fixação e colonização que se tem em vista.

Logo, associada a essa obra há de estar a urdidura de uma rede de postos em torno dos quais gravitem necessariamente as massas mobilizadas, assim arrebataadas à atração dos centros urbanos localizados na orla marítima.

Esses postos, evidentemente, em virtude do custo de sua instituição e do valor e significado da obra que devem realizar, não podem ser nem tão numerosos quanto os municípios, nem tão poucos quanto as metrópoles do novo quadro político proposto. E se o seu esforço deve ser uniforme em intensidade e raio de ação, cobrindo todo o território nacional, é óbvio que os respectivos campos de operação devem ter um padrão tal que, dispondo-se esses postos em localização adequada dentro dos âmbitos jurisdicionais que lhes forem atribuídos, fique o seu inter-distanciamento variável dentro de limites bastante próximos e oferecendo uma média cuja metade corresponda a um bom raio de ação para cada pôsto.

Ora o reajustamento do quadro territorial das Unidades Federadas postula para facilitar sua execução, que os pequenos Estados, ou as partes de grandes Unidades que se associarem a fim de formar novos Estados Federados, mantenham ou adquiram autonomia política. Isto para que não sofram uma diminuição penosa ou não se vejam em inconveniente posição de inferioridade. O que evidentemente prejudicaria o ambiente de solidariedade, livre consentimento e legítima satisfação que deve ser aquele em que se processe a instauração da nova organização política brasileira. Essa autonomia daria lugar, portanto, a uma nova entidade — o Departamento ou “Estado Associado” — intermediária entre o “Estado Federado” e o Município.

Para que fique atendida a finalidade que sugere essa criação, é preciso que os Departamentos, ou Estados Associados, tenham a seu cargo uma parte das atuais atribuições do Estado Federado; mas, por outro lado, para que não sejam um duplo dêste, e pois, uma superfetação, é preciso também que passem a ter atribuições outras, que só podem ser re-

tiradas do âmbito governamental dos municípios, mas sem que daí resulte, nem, também, a duplicidade do Governo municipal, nem a inutilização dos municípios.

Esses condicionamentos traçam a fisionomia e o papel dos Estados Associados, como consórcios inter-municipais. Em favor deles, os Estados Federados se despojarão de algumas tantas rendas, exonerando-se concomitantemente dos encargos municipalizáveis de que todos eles estão sobrecarregados, ficando seus objetivos voltados totalmente para a "região", visionada em conjunto, e não para os rincões municipais, individualmente considerados. Com isso ficariam os Estados Associados, os Municípios e os Distritos constituindo um trinômio governamental no centro do qual estariam os municípios. Estes, por delegação política, instituiriam os Estados Associados; e, por diferenciação administrativa, desdobrariam sua ação pelas células do quadro primário formado pelos distritos. De maneira que o distrito continuaria a ser a expressão primária da vida local; o município sua expressão fundamental e a matriz das duas outras expressões — a inferior e a superior; e o Estado Associado assumiria então a expressão superior ou política, propriamente dita. A importância territorial, demográfica, econômica e financeira do Estado Associado (isto na sua situação normal) dar-lhe-ia condições para representar com autoridade e prestígio o princípio da autonomia localista em face da autonomia regional (Estados Federados) e da soberania nacional (União); mas para que não seja ele, como se disse, um simples duplo, sob o ponto de vista administrativo, do Governo Municipal, é preciso que o campo da ação governamental de alcance local sofra uma nítida divisão e diferenciação entre o Estado Associado e o Município.

E como essa ação governativa tem de fato dupla manifestação — a de construir ou criar serviços novos e a de conservá-los — aí está o fundamento racional da diferenciação que se deseja. O Estado Associado, por dispor de maiores recursos, e tendo como sede um centro metropolitano importante, possui, sob todos os pontos de vista, um potencial de ação mais elevado. E esse potencial deve voltar-se, evidentemente, para a administração "dinâmica", referente às obras novas ou de reconstrução, por natureza mais caras, e exigentes de crédi-

tos, de técnicos e de maquinário aperfeiçoado. Mas, tal capacidade, resultante de uma espécie de consórcio entre municípios, e exprimindo, por conseguinte, o fruto da cooperação inter-administrativa, aplicar-se-á, obviamente, em benefício de todos os associados, ou seja em rodizio para cada gênero de serviço, numa distribuição equitativa de melhoramentos, segundo o controle do Conselho de Prefeitos, que deverá ser o órgão legislativo do Estado Associado. Ao município então ficaria a administração dos serviços executados e a sua conservação.

Assim concebidos os Estados Associados, e assim explanado quanto é vantajosa a sua instituição, torna-se claro que a organização deles não deveria limitar-se apenas aos novos Estados do quadro político, mas estender-se a todo o território da República, onde por igual se fazem sentir as necessidades de revitalização do municipalismo atual, a que tão excelentemente se presta o novo quadro sugerido.

Mas se a divisão em Estados Associados formar um novo quadro geral, isto é, que compreenderá todo o país (exceto o distrito ou distritos federais), e se ele visa a instituir centros de coordenação da vida municipal, a fim de lhe levar impulsos poderosos de progresso e assistência é evidente que também esse quadro como o dos Estados Federados, deve basear-se em uma distribuição equitativa e estável do território. E para não falhar à sua missão, seja por insuficiência numérica, seja pela pobreza de recursos, precisam aquelas novas unidades não ser nem grandes demais, nem pequenas em excesso, além de ter sua ação impulsionadora suplementada, quando necessário em virtude do despovoamento da região, seja pelo Estado Federado (constituindo então territórios estaduais), seja pela União (formando sub-territórios dos territórios federais, sendo estes os futuros Estados ainda sob tutela da Federação). O âmbito territorial dos Estados Associados, assim, haveria de ser, não somente estável em alto grau (sob garantias constitucionais) para evitar fracionamentos ou desmembramentos que quebrassem os critérios de uniformidade nacional e a própria razão do respectivo quadro mas fixado de tal forma que entre os seus limites de variação se colocassem todos (ou, ao menos, quase todos) os pequenos Estados que entras-

sen. na composição das novas unidades federadas.

Isto, à evidência, importa em indicar, para “gabarito” da divisão em Estados Associados, um tamanho variável apenas entre os limites de 20 a 60 mil quilômetros quadrados, ou, em média, de 40 000 km², o que dá cerca de 200 unidades para o quadro respectivo (precisamente 213, segundo um estudo já feito). Ora, este quadro é de quase sete vezes o novo quadro das Unidades Federadas e cerca de um oitavo do quadro atual de municípios. Quer dizer: o quadro que se organizasse nessa base, a oferecer as suas 200 e tantas metrópoles fortemente vitalizadas como sedes de eficientes aparelhos governativos, e dos órgãos federais e estaduais necessários à regionalização administrativa da União e dos Estados Federados, — tal quadro constituiria, na medida exata e em condições ótimas, a rede de pontos de apoio para o esforço de redistribuição demográfica, reajustamento social e restauração econômica, a que o país precisa urgentemente dedicar-se. O raio médio de ação para os Governos departamentais, (ou dos Estados Associados) — e, portanto, para os centros ou bases da obra colonizadora e reconstrutiva — ficaria sendo de 100 km, pois corresponde à metade da distância média de sede a sede (calculada essa média grosso modo).

Conclusão, portanto: à obra de ocupação e colonização do Brasil convém a ins-

tituição prévia do quadro departamental, ou de “Estado Associados”. Essa medida, de um lado facilitará e completará o reajustamento do quadro político; do outro lado revitalizará o municipalismo brasileiro e lhe resgatará os erros e deficiências. Introduzirá extraordinário potencial de progresso em toda a vida nacional e equilibrará admiravelmente o tríptico da obra governamental do país — governo nacional, governo regional, governo local, — todos eles fortes, todos eles aptos a realizar o seu destino, todos eles harmônicos entre si e capazes de um inter-relacionamento equilibrador, em condições de acarretar suplementações, estímulos e corretivos onde acaso necessário. Além do que, a instituição dessa rede de centros governativos, isto é, metropolitanos, seria, primeiro, o objetivo inicial e, depois, a condição para que se desenvolva com segurança e continuidade a empresa colonizadora e integradora do Brasil. Quer dizer: a obra colonizadora se desencadeia para criar ou melhorar as metrópoles estaduais, territoriais e departamentais, e, em seguida, apoiada nessa rede de centros urbanísticos modernos, bem aparelhados, a constituir mercados, entrepostos e conjuntos de forças sociais, se prolonga e se estende inter-ligando aqueles centros e ruralizando as suas zonas de influência em condições já então fáceis* e de resultados na verdade excelentes.



S O B R A D O V E L H O

MOZART SIQUEIRA

*Amic, que t'en bas au péis!
Bet temps passat que ne l'ey bis!
Douman, en route
Dat tu qu'y bourri bien ana!
Mes co qu'em retien d'y tourna
Ros sabe, escoute!
ISIDORE SALLES (Le Maysoun Blanque)*

*Sobrado velho, malassombrado,
Tu tens um aspecto senhorial!*

*Se a meia-noite dorme em silêncio
No calçamento de tua rua,
Teu rosto longo, triste, espichado,
Se anima e vive;
Então recordas
Os velhos tempos em que eras jovem:*

*E nos terraços silenciosos
Vibram uns passos misteriosos...
Rangem uns passos lentos, saudosos,
Dos velhos tempos.*

*Então sobrado desabitado
Já estás povoado!*

Nos quartos velhos dos janelões,
Que têm espelhos... espelhos velhos...
Distingo risos... risadas!
São gargalhadas, breves e claras.
— São infantis!

São gargalhadas alegres, claras,
— São juvenis!
Percebo vozes: pausadas... graves...
Vozes suaves... maviosas vozes...
Dardejam gritos fortes, ferozes,
Gritos atrozes nos corredores!

Os estertores dos sofredores
Dão arrepios...
Distingo vultos... brancos... sombrios...
Delgados... frios...
Mulheres altas, longos vestidos...
Meninas magras, olhos perdidos
Nos tempos idos, nas noites agras...
Olhos tristonhos...
Como nos sonhos... como nos sonhos ..

Sobrado velho, depois de onze anos
Aqui revenho para te ver!
Mas... mas parece que enlouqueceste!
Levantas sombras, levantas gritos,
Para sorrir, p'ra ver sofrer!
Sinto-me estranho e perturbado
Diante de ti
Qual como a gente quando se sente
Encurralado por um demente!
Sobrado velho, tu enlouqueceste!?!...
Tu me arrepias,
Eu tenho medo, pavor de ti!
Velho sobrado desabitado
Gargalha e ri!
Velho sobrado malassombrado
Tens meu passado dentro de ti!

..Ai! que estes passos... leves... ligeiros...
Pelos terraços,
Ai! que estes passos, Virgem Maria!
São os meus passos!
Ai! que estes vultos, quem pensaria?!

Papai! Papai! mana Maria!
Foi neste quarto, foi nesta cama,
Que mamãesinha partiu sozinha,
Partiu p'ra os céus!

Ai! que êstes gritos desesperados
São os meus gritos, são gritos meus!
Velho, sobrado, velho maldito!
Umas passadas descompassadas
Pelas calçadas fazem-se ouvir...
Um vulto longo, desconjuntado,

Sai apressado, como a fugir...
O vulto dança, vagueia, treme,
Na escura rua...
O som dos passos se entende apenas.
De espaço a espaço, que no ar flutua...

Neste momento
A noite dorme
• Desnuda e fria
No calçamento...

Neste momento...



LITURGIA

CARLOS FREDERICO MACIEL

A recente encíclica "Mediater Dei", de Pio XII, veio trazer apoio e incentivos especiais ao movimento litúrgico, que é uma das características do despertar católico deste século.

Como é fora de dúvida a incultura religiosa de maioria, mesmo no ambiente universitário, poucos se dão conta da importância de um documento, como este, posto que se refere a uma questão longínqua e desprovida de repercussão vital, aparentemente.

Valendo-me de algumas leituras recentes pretendo trazer aos colegas um resumo da doutrina sobre o culto e a Liturgia.

Partimos da constatação de que, o universo é um conjunto de vestígios dos valores divinos. A bondade e a beleza das coisas refletem a perfeição de Deus. Aliás, não existe outra finalidade transcendente do universo, que não seja esta, de imitar a Deus, ser a sua glória extrínseca. O Criador não conhece nenhuma causa que lhe seja superior, e que pudesse determiná-lo a criar o universo. Logo, criou-o, exclusivamente, para manifestar a sua Glória absoluta.

Deste modo, compreende-se que o universo inteiro rende culto ao Senhor, ou melhor, convida-nos a prestá-lo conciente e expressamente. A posição do homem é a seguinte: de um lado, pelo simples fato de existirmos, prestamos este culto objetivo, de toda a criação, e de modo excelente, pois abaixo dos anjos, é o homem a obra mais perfeita do Oni-

potente; de outro lado, como seres racionais e livres, nós assumimos a responsabilidade do culto em nosso nome e como pontífices da natureza.

O próprio fim do homem é, também, Deus; coisa, que, aparentemente, repugna, posto que, dirige o homem para fora de si, de seu desejo supremo que é a sua própria felicidade. Mas, uma tal repugnância desaparece, quando vemos, que a felicidade humana coincide com a glorificação da Bondade Suprema.

Ainda mais, se uma tal coincidência não se desse, já não poderíamos acreditar, seguramente, na bondade deste personagem, que não seria Deus de Verdade, Deus Bom, pois começava por trair as aspirações, mais íntimas, de suas criaturas, e digo trair (não apenas desprezar) porque tais aspirações, igualmente, são obra Sua.

Pensar diferente, seria um erro, análogo ao daqueles que não compreendem o respeito às leis morais emanadas da Vontade Divina, como se esta fosse uma vontade arbitrária, quando, na verdade, ela confunde-se com a própria essência da moralidade, com a Justiça e o Bem.

O homem quer o bem. A comida, quando tem fome; O agasalho, quando tem frio; e enfim, todos os bens que respondem a necessidades do corpo, ou, do espírito. Porém, a inteligência abstrai. A partir da apreensão dos bens particulares, percebe o bem como conceito abstrato, o bem em si, absoluto, bacano.

No seu íntimo, o homem aspira a este

bem, que dá a plenitude da felicidade. Ora, o Bem Absoluto é Deus. E o homem deseja-o e terá nele a sua felicidade.

Mas, se no plano ético, procurarmos a causa, que impele o homem a cultuar encontrá-la-emos na virtude da Religião; que é uma virtude "anexa da Justiça, porque nos faz prestar a Deus o culto que lhe é devido; como porém, lhe não podemos tributar as homenagens infinitas a que tem direito, não preenche todas as condições da virtude da Justiça; e assim, não é, em sentido próprio um ato de justiça, mas, aproxima-se dela o mais possível". (1)

Entramos, agora, no problema das modalidades do culto. Este pode ser interno e externo. O interno é constituído por qualquer ato de amor, pensamento, etc que fortaleça a nossa união com o Pai. Ele gera e dá sentido ao culto externo.

Em que se fundamenta e justifica o culto externo?

Quatro são as respostas:

a)—o corpo também deve cultuar, e não, só o espírito;

b)—na realidade o corpo e o espírito formam uma só substância, de modo que os atos deste, tendem a manifestar-se por aquele, e por sua vez ganha o espírito em intensidade e exatidão com as riquezas sensíveis. É evidente, que numa catedral, com o coro cantando, temos muito mais possibilidades de nos concentrarmos e dirigirmos a vontade para um contacto directo com a Divindade, de que numa arquibancada de futebol. Além disso a natureza humana é tal, que o conhecimento e o afeto nascem no domínio de sensível, passando daí ao domínio intelectual. A Igreja tomou da psicologia, este princípio decisivo para toda a sua parte externa: pelo visível ao invisível;

c)—O culto externo serve de exemplo e testemunho ao próximo;

d)—O homem cultua (como já se disse neste artigo) em nome de toda a natureza.

Afirmamos, assim, os fundamentos do culto e de suas modalidades. Podemos, agora colocar uma questão: haverá uma forma de culto superior, diante da qual as outras ficam subestimadas?

É evidente, que na ordem subjetiva, pertence a cada um, em cada momento, rezar conforme as circunstâncias materiais e espirituais indicam. Também, não se pode afirmar que um tipo de oração dispense os outros, pois todos respondem a uma necessidade humana. Sobretudo, o essencial é manter a consciência de que a eficácia da oração, depende primeiramente do sopro do Espírito Santo.

Na ordem objetiva, no entanto, pode-se afirmar a existência de uma forma de culto mais eminente e majestosa, mais adequada aos cristãos, considerados como membros do Corpo Místico de Cristo. É a Liturgia. O culto público e oficial da Igreja.

A Igreja é essencialmente comunidade, organismo, ou para usar a expressão lapidar, Corpo Místico de Cristo. Ora, o culto, como salienta Pio XII, na encíclica a que nos referimos, é além de um dever pessoal, um dever coletivo.

Por isso Ela tem a Liturgia que é o culto da comunidade, enquanto comunidade. Reflexamente, esta põe em evidência particular a doutrina do Corpo Místico.

"A Liturgia não diz "Eu" mas "Nós" (2). Aliás, o senso comunitário no catolicismo é tão presente, que as próprias orações particulares, são consideradas como respondendo, ainda, à utilidade da comunhão.

Dêsse carácter social da oração, especialmente da oração litúrgica derivam, desde logo, alguns caracteres salientados por R. Guardini, que procurarei apresentar sucintamente.

Assim, a moderação e o equilíbrio dos sentimentos, pois estes são os fenómenos psicológicos mais particularisáveis, donde não podem se incorporar a uma

(1)—Tanquerey — *Compêndio de Teologia Ascética e Mística*, pág. 658 — § 1045.

(2)—Romano Guardini — *O espírito da Liturgia* — pág. 43.

oração permanente e coletiva senão depois de se libertarem de seus caracteres particulares ao indivíduo, a época, ao meio, ficando apenas o seu conteúdo universal, mais profundo. A não ser assim, diz ele, numa oração de forte dose sentimental, ou o fiel provocaria em si, sentimentos artificiais, para corresponder ao texto que reza, ou, friamente, deixaria o culto externo de corresponder ao interno, que é a sua alma.

A Liturgia regula as manifestações exteriores dos cristãos, para que não haja hesitação e timidez, ou excesso e disparidade, entre eles. Aqui Ela aproxima-se do conjunto das regras de civilidade; elegância e reserva.

Outra consequência se manifesta na forma como a oração é praticada: a forma dramática, ativa e progressiva. Os fiéis dividem-se em dois côros ora dialogantes, ora unissonos, conduzidos por elementos (ex. o mestre das cerimônias) encarregados de executar os trechos mais difíceis, ou que simbolizam a união ou a autoridade.

Outro aspecto fundamental é que “a Liturgia é a Verdade rezada” (3) mantém “um estreito elo” com o dogma (4). Nas suas orações, estão apresentadas à contemplação do fiel o conjunto das verdades declaradas como dogmas. Mais ainda. No catolicismo, singularmente, existe um aumento, um crescimento do objeto da Fé. É certo, que todas as verdades estão contidas implicitamente na revelação que nos foi dada; mas pelo fato, de ter a Tradição, dentro do catolicismo, uma relevância única, no decorrer dos tempos vão sendo declaradas, explicitamente, aquelas verdades implícitas. Para esta formulação dogmática colaboram dois fatores: a Igreja docente elemento ativo (o papa e os bispos) e o elemento passivo, a Igreja discente, a comunidade da Fé e da oração. O papel desta, é experimentar a Fé pela oração, pela lei da oração que é a Liturgia. De modo que a lei da Fé (*lex credendi*) é superior e precede em causalidade a Lei da oração da comunidade (*lex orandi*) mas esta em geral precede aquela em tempo.

Um outro aspecto, muito citado e simpático, é a relação existente entre a Liturgia e a Arte (aliás a Cultura toda). “A cultura da arte é natural ao catolicismo como o respeito ao corpo e à natureza” (5). E isto, precisamente, por ser catolicismo, isto é, universalidade. Como

sabemos a Igreja é Católica (universal) em dois sentidos:

—primeiramente, porque se dirige a toda a humanidade, militante, padecente ou triunfante; (na terra, no Purgatório e no Céu — viva o céu)

—ademais, porque abrange o homem integral, em todas as suas faculdades, inteligência, vontade e sensibilidade, e o patrimônio que é a cultura em seu sentido mais amplo.

No culto, este caráter de universalidade da Igreja manifesta-se, claramente, no modo pelo qual ele enche o espaço e o tempo.

Há um sacramento para o nascimento, outro para a morte, outro para a família, outro para o sacerdócio. Cada dia tem uma devoção particular, e quase sempre, um santo a comemorar. Os vários acontecimentos em torno do drama da Redenção são sintetizados no decorrer do ano Litúrgico, e as horas canônicas do Ofício Divino preenchem as várias fases do dia. Os grandes acontecimentos da vida individual e coletiva (p. ex. Bodas Nupciais, jubileu, passagem do ano, primeira Comunhão, etc.) são solenizados com cerimônias particulares. No espaço, a Igreja multiplica os templos, desde as Catedrais às capelas, as grutas, os cemitérios consagrados, as cruses das sepulturas de aldeia; abençoa os campos, as casas e os veículos; consagra as pessoas, lugares e profissões aos Santos Padroeiros; multiplica as bênçãos, as medalhas, o uso da água benta. O culto é pleno, ininterrupto e geral.

No caso da arte, especialmente, há um pegiro. Há pessoas que se deixam impressionar pelo imponente aspecto artístico da Liturgia, e lentamente começam a perder a noção de que Ela é, antes de tudo, oração, e que a arte está ordenada ao incremento da piedade. Quando o caráter artístico predominar sobre os fundamentos ontológicos ou substan-

(3)—Romano Guardini — OP — Cit. — pág. 30.

(4)—Pio XI — Encíclica “Divini Cultus” — pág. 1.

(5)—Karl Adam. — A Essência do Catolicismo — pág. 221.

ciais do culto, teremos uma blasfêmia. Em um brilhante capítulo, intitulado "A Gravidade da Liturgia", adverte R. Guardini, que me permito citar mais uma vez por ser um autor batatal, contra este perigo. Na arte litúrgica deve se manifestar de modo particularmente evidente a definição de S. Agostinho; "o belo é o esplendor da verdade".

Falamos em fundamentos ontológicos da Liturgia. É o seu problema primordial. Dizemos que a Liturgia possui um conteúdo, que a distingue de todos os outros cultos não — cristãos. Nós católicos, não somente proclamamos a Glória de Deus e imploramos sua Misericórdia, mas ainda, produzimos pelo poder do sacerdócio de Cristo, os meios eficazes de santificação.

Aqui locamos a doutrina dos Sacramentos, conteúdo básico da Liturgia. Afirmamos que os Sacramentos são meios de produção da graça, infalíveis, isto é, que não dependem da ação do operante, mas da simples realização do ato ritual, para que se produza a graça sacramental santificante.

Por isto, nós não só cultuamos o Filho de Deus, em preces, oferendas e imagens mas trasemo-lo ao altar e comemos o Seu Corpo e bebemos o Seu Sangue, ainda quando o Sacerdote celebrante fosse um cretino, juntamente, com todos os fiéis. O grande valor da Liturgia torna-se evidente, quando sabemos que o seu domínio próprio é o dos Sacramentos e o de umas entidades parecidas chamadas Sacramentais, cuja eficácia advem do poder da Igreja, enquanto Espôsa de Cristo, ou melhor, considerada independentemente dos fiéis individualmente.

Uma última observação é a de que a Liturgia não tem finalidade imediata: Ela como tal não é de necessidade estrita. Os ritos Sacramentais, em sua essência, são simplíssimos e a santificação não é obra do exterior, aliás, inteiramente condenável, quando se transforma em formalismo vazio, ou farisaísmo hipócrita.

A Liturgia não é moralisante; não é ascética, embora esteja longe de dispensá-la. É antes um clima, onde o indivíduo se desenvolve naturalmente, pelo simples fato de estar vivendo nele. Não tem, pois, finalidade imediata mas tem sentido. (6) Aproxima-se do jogo da criança, que não tem finalidade, mas tem o sentido de ser a expressão da inocência e da alegria, ou da obra de arte, que não é feita para o lucro, ou para a edificação, mas para satisfazer o amor do belo. A Liturgia compreende aquelas frases do Evangelho, que recomendam as criancinhas, os lírios dos campos e as avesinhas de Pai.

D. A. Vonier (7) estabelece um critério de "catolicismo clássico", dando a esta palavra o sentido costumeiro, que indica perfeição, acabamento, expressão adequada de um ideal particular. Não é o clássico pela qual se diz que Mozart é clássico e Debussi não é, mas no significado pelo qual se diz que Picasso é o clássico do cubismo.

Para ele, um cristão que consegue falar das graças, dos dons sobrenaturais gratuitos, da habitação do Espírito Santo, sem demonstrar timidez, enleamento ou hesitação este é um católico clássico. O fiel, porém, que fala da filosofia, da doutrina sócio-política da Igreja, mas não atinge a intimidade com estes outros aspectos, mais eminentes, este não é o cristão clássico.

Voltando-nos, agora para o que ficou dito atrás, da Liturgia, compreendemos, porque este mesmo autor, pode afirmar que a Liturgia é a obra da Igreja, onde ela se reflete mais classicamente. É este o seu grande sentido.

(6)—R. Guardino — op. cit. — cap. —
A Liturgia como Jogo — O capítulo
citado "A Gravidade da Liturgia",
também faz parte desta obra.

(7)—D. A. Vonier — A Nova e Eterna
Aliança — págs. 15 e 18.

CERTOS BECOS DO MEU PAÍS

JOSE BEZERRA GOMES

*Becos do meu caminho escuso
de casas iguais e mulheres iguais
que nunca mais acabei de andar...*

*Beco do Engole...
Beco da Lama...
Beco do Vai Quem Quer...*

*Becos das pontas de ruas
de tôdas as cidades do meu País
que me botaram doença do mundo
que me ensinaram a beber
que me fizeram homem...*

*Becos de portas
abertas
ao primeiro homem
que não ficou de vir
para a festa do amor...*

*Becos de tôdas as Marias
anônimas
da longa noite da minha existência profana...*

— *Maria-Maria...*

*Becos de casas iguais e mulheres iguais
que nunca mais acabei de andar...*

O POETA E O CRÍTICO

LAURENIO LIMA

Quando Robert Southey, historiador já célebre e poeta laureado, publicou em 1829 os dois volumes do "Sir Thomas More; or Colloquios on the Progress and Propects on Society", que pretendia ser todo um compendio de filosofia política romanceada, Macaulay dedicou-lhe um ensaio minucioso, como o sabia fazer este exuberante pesquisador dos detalhes, em que refuta, uma por uma, com calma e pachorra, tôdas as ideias românticas e até certo ponto fantasistas — pelo menos assim pareciam aos homens de bom senso de 1830 — do velho poeta de "Joan of Arc".

O livro de Southey reunia de forma ordenada, e de certo modo graciosa tôdas aquelas suas favoritas ideias de uma volta ao passado do homem; àqueles estadios iniciais da sociedade que o poeta e historiador recebera como uma revelação de Rousseau, da sua teoria da bondade natural.

Na boca de "sir Thomas More", ou antes, do seu fantasma, ao poeta aparecido aí por volta de 1817, Southey coloca tôdas as ingenuas perguntas que poderiam ocorrer a um homem do século XVI lançado, de repente, no meio da sociedade inglesa do princípio do século XIX. Uma serie de fatos desconhecidos e até nem imaginados por uma imaginação tão livre como aquela que criou a Utopia. Southey coloca-se então no diálogo, sob o nome de Montesinos, para explicar a "sir" Thomas More todos os fatos da vida inglesa que um homem morto em 1835 não poderia entender muito bem,

admitindo mesmo a sua qualidade especial de espirito.

Queria Southey explicar e criticar os erros que o seu espirito, simpático às coisas e instituições do passado, encontrava igual ao crime na sociedade do seu tempo, quando se iniciava a febre do industrialismo e o mundo aparecia aos políticos, sobretudo aos políticos ingleses (poucos anos depois súditos da rainha Vitória) como tendo encontrado, por fim, depois de percorrer sendas e atalhos, o caminho amplo e infinito da perfeição e do progresso. E nesse mundo a Inglaterra seguia seguramente serena como alguém que tivesse encontrado a formula da felicidade completa. A ciência prometia resolver todos os problemas já em equação e garantia a eficacia da solução que não admitia quasi sacrílegas dúvidas. E' o próprio Macaulay, apesar de sua ciência, dos seus conhecimentos dos problemas historicos e políticos, ou por isso mesmo, quem termina o seu ensaio afirmando: "A História está cheia dos sinais dêste progresso natural da sociedade. Vemos, em quasi tôda parte, nos anais da humanidade, como a intelligência individual, lutando contra guerras, impostos, fome, conflagrações, proibições fraudulentas e mais fraudulento protecionismo, cria mais rapidamente do que os governos podem desbaratar, e repara tudo aquilo que invasores podem destruir. Vemos a riqueza das nações aumentar, e tôdas artes da vida aproximarem-se cada vez mais da perfeição, a despeito da mais

grosseira corrupção e da mais bárbara profusão no que diz respeito às leis.

Para completar com uma profecia, desculpando-se todavia de não ser profeta: "Se quizessemos profetizar que no ano de 1930 uma população de cinquenta milhões de habitantes mais bem nutridos, mais bem vestidos e melhor abrigados do que o inglês do nosso tempo, cobrirá estas ilhas, que Sussex e Huntingdonshire serão mais saudáveis do que a mais saudável parte do West Riding ou Yorkshire agora, que o cultivo da terra, tão rica, como um jardim, será levado até os altos cimos de Ben Nevis e Helvellyn, que máquinas construídas sobre princípios ainda não descobertos, estarão presentes em cada lar, que não haverá mais altas estradas porém ferrovias, que ninguém andara a pé mas a vapor, que nosso débito, vasto como nos parece, parecerá aos nossos bisnetos uma coisa insignificante, que pode ser facilmente pago em um ano ou dois, muita gente pensaria que estávamos loucos".

— Tratando do livro de Southey, Macaulay passa sobre toda sua obra para negar-lhe qualquer valor científico e até elegância de estilo. E não se limita ao livro que examina, vai muito além — estende sua observação aos outros livros do poeta e não somente os de história mas também de poesia ainda célebres. É possível sentir uma espécie de má vontade do historiador Macaulay, que exigia certas capacidades fundamentais para interpretar e escrever a história — a capacidade do filósofo e do cientista — para com o "pseudo" historiador Southey, que Macaulay julgava apenas poeta, e não grande poeta, valendo-se antes da fantasia do que da observação e da lógica.

Numa impiedosa diatribe, este parlamentar acostumado aos entreveros dos debates na Câmara dos Comuns com o ultra-revolucionário Whig, lança-se com uma lógica inflexível sobre cada um dos pontos menos rasoáveis do trabalho de Southey, dissecando-os e os expõe nus, ridiculamente despidos das boas razões que fariam uma obra dessa espécie valiosa. Nesse trabalho de análise minuciosa, vale-se de documentos, de números da estatística, para tirar suas conclusões logicamente incluíveis.

Aliás o ensaio de Macaulay deixa-nos a clara impressão duma natural antipatia do crítico pelo autor da "History of Brazil". Ausência de simpatia que o faz iniciar o seu ensaio com estes rudes períodos: "Seria dificilmente possível a um ho-

mem com o talento e conhecimentos de Mr. Southey escrever dois volumes tão grandes como estes diante de nós, destituídos de informação e de graça. Contudo não nos lembramos de ter lido com tão pouca satisfação igual quantidade de matéria escrita por um homem de reais habilidades. Estamos há algum tempo observando com grande pesar o estranho enfatuamento que leva o poeta laureado a abandonar aquelas partes da literatura nas quais ele poderia sobressair e ensinar o público ciências das quais ele precisa aprender ainda todo o alfabeto."

Palavras como estas repetem-se em todo o longo artigo. Todavia ao leitor de hoje todo arrazoado lógico de Macaulay, a despeito dos seus números e dos dados estatísticos, parece ingenuo, como ingenuo ou criminoso nos parece agora o liberalismo econômico como fator da felicidade dos Estados ou dos povos, ou como meio de distribuição de riqueza. Aqueles males que via Southey onde eles ainda existiam, talvez apenas com a visão em ordem do tempo perturbada, são os males de hoje, que preocupam os homens não somente no âmbito de cada país mas sobretudo numa consideração da espécie humana — ou do homem como tal — em todo o mundo. Aqueles problemas que se escondiam por debaixo duma aparente prosperidade geral surgiriam depois agravados seriamente pela decepção do fracasso do remédio. O industrialismo nascente, os princípios científicos aplicados à política não viriam oferecer ao homem comum aquela felicidade que lhes parecia garantida no início do século XIX. A decepção foi rápida e dolorosa.

A visão de Southey não era exatamente do sociólogo ou do político era antes do poeta e do profeta que pressentia na modificação da sociedade, um caminho para o pior.

As casas de campo (que ele queria uma "cottage", como pensava existir para cada lavrador, ou talvez "uma casa dorica no meio de um jardim", como já citou Gilberto Freyre) transformadas em habitações uniformes, desgraciosas e todavia construída segundo os rígidos princípios da higiene e da climatologia. Esta simples transformação da arquitetura em um sinal evidente do início de degradação do homem, da sua transformação em um instrumento que não era simplesmente de Deus mas dos outros homens e das coisas. O homem perdendo sua condição quasi divina. Na mudança de ocupação — o agricultor deixando o campo, o ara-

do, deixando os cavalos, os bois, a paisagem rural, que se produzia o quadro poetico das Georgicas e que aos olhos do poeta vinha transfigurada num reino ideal onde a imaginação colaborava mais que a observação do historiador e do sociólogo, para viver numa fazenda mecanizada, regulada pelo apito das máquinas e não mais pelo cantar do galo e pela sombra das arvores como relógio — nessa mudança de ocupação via êle a servidão sem remédio e uma fuga á natureza. O artesão abandonando sua humide tenda, propriedade ínfima mas cheia de significação, para engajar-se como anônimo operário no mecanismo complicado e poderoso da grande indústria, perdendo o sentido ainda estetico da obra feita, acabada por suas mãos para limitar-se a produzir uma única e insignificante peça para a gigantesca máquina. Todos estes males de hoje e que repugnam sobretudo ao esteta nem sempre desdenhoso do progresso da ciência e da indústria, Southey os via com profética lucidez quando eram ainda promessas informes no grande ventre do tempo.

É o poeta não poderia buscar outro espírito, sinão o próprio Thõmas More para contar-lhe, como em confissão, aquelas visões que o perturbavam. Somente o criador dum mundo de beleza e bondade ideais como a Utopia poderia compreender as terriveis alucinações dêste outro poeta temeroso da sorte dos seus irmãos no futuro, e nunca um homem frio, analítico que só compreendia os fatos como objeto de raciocínio e conclusões tal Macaulay.

A verdade é que sem querer, nem de longe, seguir o romantismo do poeta damos hoje razão áquilo que lhe parecia ser uma fantasia sem controle. Não dizemos no que tange á terapêutica mas pelo menos no que diz respeito ao prognóstico de um mal que era ainda incipiente e em que não atentaram homens de ciência e politicos empolgados pelo entusiasmo e a quem um conjunto único de fatos conduzia a pensar que por fim o raciocínio e a inteligência tinham encontrado solução para os eternos problemas do homem vivendo em sociedade.



TENHA PACIÊNCIA “SEU” BERNARDO!

(CONTO)

VANILDO BEZERRA CAVALCANTI

Bernardo entrou no refeitório trazendo o pão com doce comprado na venda que ficava perto do colégio.

Padre Miguel vendo-o entrar, bradou com raiva:

— Sr. Bernardo o senhor não sabe que é proibido aos alunos internos sair do colégio e comprar na venda sem licença superior?

— Sei sim senhor. Respondeu Bernardo.

— E porque desobedece? perguntou o padre, ficando mais vermelho ainda.

— Porque estou com fome e me deram para comer os ovos fritos que eu não quiz de manhã. Eu estou aqui para comer coisas sadias e não porcaria, fique o senhor sabendo desta.

Padre Miguel bufou. Acostumado com respostas temerosas dos outros meninos, sentiu desagradáveis as palavras arrogantes do meninote e bradou levantando-se.

— Atrevido!

— É o senhor, respondeu Bernardo afoitamente.

O outro não se conteve. O hábito e a raiva impulsionaram a sua mão gorda e alva indo chocá-la bem no ouvido do atrevido.

Bernardo sentiu-se meio zozzo. Aquela tapa era demais. Era preciso ter sangue de barata para não reagir. O refeitório ficou num silêncio medonho. Podia-se ouvir o barulho das moscas voando pela sala.

Depois que levara a tapa ele ficara com a orelha e parte do rosto quente e meio

doído. Viu a figura do padre crescer e diminuir na sua vista, jogou-se para a frente e quando deu acôrdo de si as palavras de Joel, entravam nos seus ouvidos dominando a zuada dos camaradas que torciam. As palavras de Joel chegavam como um conselho:

— Pega o seixo da porta e quebra a cabeça desse bicho, Bernardo!

Ele ouvia bem aquele conselho mas não queria soltar o pescoço gordo e escorregadio do contendor. Era preferível ficar se enrolando com ele ali pelo chão a vida inteira pois, naquele golpe estava toda a sua vantagem. Se o soltasse ficaria à mercê do inimigo. Por isso continuou segurando.

Agora era grande a balbúrdia ali no refeitório.

Padre Miguel se debatia aplicando murro e procurando livrar-se das mãos do meninote que apertavam o seu pescoço a ponto de já estar lhe faltando o ar. Bernardo sentia-se cansado, ninguém o auxiliava. Fez um esforço tremendo para não deixar o padre ficar por cima dele. Foi quando a gritaria dos meninos parou de repente.

As palavras do Diretor foram “como água na fervura”, dominaram por completo o barulho. Até Bernardo ouviu a sua voz profundamente modificada, indagar:

— Que é isto aqui?

O rapaz teve uma sensação de alívio, achou aquela pergunta uma proteção. Largou o seu agressor e levantou-se ra-

pidamente. Ele sabia estar presente o Diretor e consequentemente acabara a briga não temendo por isso mais nenhuma agressão.

Padre Miguel também levantou-se. A sua figura era de causar medo. O rosto estava transformado pela ira e ele respirava forte e descompassadamente. Lembrava um touro enfurecido. Mas não era para menos. Aquela reação do menino fora uma surpresa. Não estava acostumado a ser repellido nas suas pequenas agressões. Ali no colégio era obedecido e temido. Mas surpreso ficou quando ouviu o Diretor indagar como censurando:

— O que foi isto, padre Miguel?

Perguntava como quem não vira o acontecimento, como quem não o presenciara às voltas com o Bernardo, pelo chão, sendo desfeiteado perante todos os internos justamente quando mantinha a disciplina e a autoridade da congregação. Respondeu ainda com raiva:

— Não viu, padre Diretor, este menino me desfeiteando?

— Ele me deu uma tapa, acusou Bernardo chorando.

Depois de resguardado pelo Diretor, o menino começou a chorar.

— O senhor se acalme, padre Miguel — disse o superior apasiguando, — e você, Bernardo, vai passar uma semana de pé. Pode ir para o "Canto".

O "Canto" era o lugar costumeiro para aquele castigo. Ficava no canto da sala, daí o seu nome, ao lado da porta que dava para o terraço e recreio.

O padre Diretor depois de dar esta ordem, retirou-se do refeitório, acompanhado de padre Zacarias e do Irmão Leitão que também tinham vindo ver o barulho.

Logo depois os meninos formavam a fila para sair da sala.

Padre Miguel ainda bufava e, de quando em vez, olhava o desafeto já no "Canto" cumprindo o seu castigo e observando o cordão em duplicata dos seus colegas que passavam à sua frente dispensando-lhe, na maioria, certa admiração.

Bernardo era agora, para aqueles que chebavam a olhá-lo com carinho, o vingador de muitos cascudos, de muitas tapas, de muitas injustiças. Outros porém, achavam que ele fora um doido, pois a figura do padre era inacatável, sendo por isso merecedor do castigo e olhavam-no

como um rebelde, como um castigado. Só Bernardo estava indiferente e triste. Pareciam-lhe um rebanho de carneiros.

O refeitório foi ficando vazio e silencioso.

O último a sair da sala foi o padre Miguel. O rapaz mirou com rancor a figura negra que findou desaparecendo na larga porta sem lhe dirigir o olhar, como fizeram os outros padres. E era por causa dele que ia ficar ali uma semana inteira perdendo os seus recreios.

Constantino entrou na sala arrastando as alpercatas. Parou, olhou para Bernardo como quem olha um criminoso preso e foi recolher os pratos silenciosamente. E enquanto fazia o seu mister comentava consigo mesmo: "Este rapazinho é um doido. Como é que se tem coragem de atacar um padre e ainda mais o padre Miguel que não é de brincadeira. Isso tem coragem de matar um".

A gritaria dos meninos no recreio enchia de sons longínquos a grande sala vazia do refeitório, fazendo despertar inveja no castigado ao mesmo tempo que lhe aumentava a revolta contra o seu inimigo, aquele que podia brigar e não ter nem um "Pai Nosso de penitência".

Constantino saiu levando uma pilha de pratos sujos. As alpercatas do empregado raspavam o cimento do chão como uma vassoura de piaçava e Bernardo ficou mais só.

Depois de algum tempo Joel apareceu na porta, espiando para todos os lados, temeroso de estar sendo observado e por isso o amigo aconselhou:

— Cuidado, Joel, se não tu vens fazer companhia a mim.

— Que nada, homem. Ninguém viu não. Eu vim te dar os parabéns. Vale o castigo, sabes? Aquele chipanzé merecia isto mesmo. Tóca.

Trocaram um aperto de mão. Joel continuou:

— Eu vou começar uma campanha para ver se conseguimos acabar com o castigo ou pelo menos reduzi-lo.

— Vocês arrumam nada...

— Ora vamos ver. Não custa tentar. Eu penso que a turma toda tópa. Tu és o homem do dia tanto no futebol como na romana. Aguarda-te. — E saiu rindo com a sua piada.

Bernardo acenou para o colega, agradecido, mas sem nenhuma esperança de se livrar dali. Era assim que o colégio agradecia o que ele fizera para elevar-lhe

o nome mostrando ser um sujeito de fibra e que por isso mesmo não podia ficar apanhado. No entanto a sua recompensa era o "Canto" como prêmio. Antes recebera os cumprimentos do diretor, quando depois do jogo passara carregado por junto dele. Agora tinha de ficar de pé, uma semana. Se não pegasse os dois "penaltis" o colégio teria perdido o campeonato. E todo esforço, todo o risco corrido foram pagos, em princípio, com os dois ovos fritos que estavam podres por certo, e no fim aquela injustiça. E concluiu: "Mas não tem nada não, isto é para eu aprender e deixar de ser besta. Era só o que faltava, eu apanhar e ficar por isso mesmo; nem papai quer, e quem me der leva".

Constantino entrou de novo no salão. Ele não gostava do velho carola e afeiminado. Se ele não estivesse ali empilhando os pratos podia ir se sentar num dos bancos mais próximos. Mas não, o sujeito tinha que fazer aquele serviço, que repetia, segundo diziam, há vinte anos. Para Bernardo, ele era uma espécie de padre sem batina, um anfíbio religioso que não tinha coragem de ser nem uma coisa nem outra, nem civil nem sacerdote. Um carola. Um encenqueiro. Ninguém gostava dele ali no colégio, só alguns padres. Felizmente estava terminando e ele poderia realizar o seu intento. Já sentia-se cansado. Uma semana daquele jeito era horroroso.

Constantino pegou numa grande pilha de pratos e ia sair quando a figura esguia do padre Almeida, o primo do rapaz, apareceu na porta. Constantino abriu-se num riso beático e saiu, mas com bem vontade de ficar e ouvir o que o padre ia dizer, pois este encaminhara-se logo para o "Canto".

Bernardo vendo aproximar-se o primo, criou alma nova, pensando que ele vinha tirá-lo do castigo, mas teve logo nova desilusão. O parente cheio de furor veio lhe censurar:

— Você está me envergonhando. Você é a vergonha da família.

Aquilo era demais. O primo em vez de ficar ao seu lado tornava-se um inimigo. Além de sofrer um castigo injusto ser ainda insultado.

O sangue subiu-lhe à cabeça. Parecia que tinha levado outra bofetada. Não sentia o lugar dolorido, nem quente, mas, a impressão era a mesma, e por isso não pôde ficar calado.

— Quer saber de uma coisa? Vá para

o diabo, ouviu? Para o diabo, para o diabo, "seu" merda.

— O que?

— É o que estou lhe dizendo. Vá para o diabo e me deixe em paz.

— Pois bem. Você vai ficar em paz mas é fora daqui. Ou eu ou você neste colégio. Voltou-se e saiu ligeiro.

Bernardo ficou impressionado logo depois da saída do primo, mas, agora, passado meia hora ele estava mais calmo. Seu pensamento havia se dirigido para outros pontos e a discussão com o parente ou a briga com o padre Miguel caíram num segundo plano. Quando seu pai soubesse que tinha brigado para não ficar desmoralizado havia de perdoar. E só agora se lembrava que devia ir sentar-se um pouquinho para descansar. Mas Joel apareceu-lhe comunicando que conseguira muitos adeptos e contou também que um menino tendo recebido um castigo do padre Miguel se vingara dizendo que ele só agia assim com os pequenos e mandou que viesse dar em você para ver uma coisa. E concluiu:

— Eu gozei pra burro com a encenação. Dando muitas esperanças na campanha deixou o amigo novamente só.

A princípio Bernardo ainda sentiu alguma animação, mas lembrando-se das palavras do primo, perdeu todo o otimismo sobre o caso, concluindo: "Tenho quase certeza que ele fará encenação. É um hipócrita. Quando está na frente de papai é todo amigo e por trás é isso que eu vi. Um hipócrita é o que ele é", rematou por fim.

Positivamente não se sentaria para descansar. Já estava próximo ao banco quando apareceu na porta o padre Zacarias. Bernardo olhou para ele como querendo descobrir-lhe o seu intento. Lembrou-se logo da campanha de Joel.

Mas o padre nada lhe disse além da ordem:

— Sr. Bernardo, o Diretor chama-o. Pode vir.

O rapaz sem saber o que pensar, ora lembrando-se de Joel, ora do parente, chegou à porta do terraço.

O pátio do recreio cheio de sol e de meninos estava alegre e para ele, agora, tinha uma beleza toda nova. Uma grande vontade de ir brincar naquele pátio alegre fê-lo parar. Mas seu condutor bradou logo:

— Pode vir sr. Bernardo.

Teve de continuar andando e o fez

olhando para o recreio que era agora um fruto proibido. A turma de maiores, a sua turma, jogava bola lá no campo. Os menores estavam interessados no "gude" juntos com os médios, ou brincavam de "quadrado". Quando alcançou o corredor da diretoria ficou triste. Teve vontade de perguntar ao padre Zacarias o que queriam com ele, mas o silêncio deste e a sua cara sempre séria não lhe deram coragem para tanto e foi com certo temor que obedeceu ao convite de entrar na diretoria.

O Diretor estava tão sério como o seu condutor.

Bernardo ficou olhando para o chão sem coragem de fazer nada. O desenho do tapete não tinha nenhuma significação. Era somente um amontoado de riscos. Em verdade seus olhos não viam nada. Todo o seu pensamento estava voltado para descobrir o que o Diretor queria.

Finalmente a voz dele veio mansa como sempre:

— O que foi que o senhor fez sr. Bernardo?

— De que padre? perguntou a esmo.

— Que mudança foi esta? O senhor que era um rapaz tão bem comportado que nunca me deu um motivo de queixa, tirou o dia de hoje para mostrar quem é, foi?

— Não senhor. É que o senhor sabe, eu... Papai sempre me diz...

— Ora, não venha acusar seu pai, sr. Bernardo. Assuma a sua responsabilidade.

— Mas padre Diretor...

Estava confuso. Não sabia o que dissesse. Foi quando o Diretor esclareceu:

— Seu pai nunca lhe disse que o senhor mandasse um parente e sobretudo um padre, para o diabo?

Compreendera tudo. Aquele encenqueiro tinha cumprido a sua promessa. O Diretor continuava:

— O senhor fez muito sr. Bernardo. O senhor fez muito. Padre Almeida tem toda razão em pedir que o expulsa. Infelizmente assim é. Já mandei chamar seu correspondente para levá-lo. Nós preferimos seu primo à sua pessoa. Tenha paciência sr. Bernardo, mas é o jeito. Nós não podemos ter mais o senhor em nossa casa.

Bernardo, sem saber porque, chorava. Nunca fora expulso, nem mesmo dum campo de futebol. Não sabia se era medo ou vergonha sabia somente que chorava.

A voz do Diretor veio mais mansa ainda:

— Vá arrumar suas coisas e despedir-se dos seus camaradas. Tenha paciência "seu" Bernardo.



C O N T I N U I D A D E

ISRAEL FONSECA

(Para meu filho Rossini)

*Pode bem ser que mais adiante mudes,
que outro pareças e outro sejas. Vai,
cada dia, variando de atitudes
o pobre ser que neste mundo cai...*

*As surpresas da vida são tão rudes,
que um riso vale menos do que um ai...
Mas crê, de qualquer modo, nas virtudes
do homem que sonha, e sofre, e se retrai...*

*Pode bem ser que mudes e eu me inclino
a não ver meu destino em teu destino,
nos meus sonhos de poeta os sonhos teus...*

*Mas sôbre a terra, sejas o que fores,
não queiras nunca voar, como os condores,
não faças versos, pelo amor de Deus!*

RESPOSTA A UM INQUÉRITO

EDSON NERY DA FONSECA

Volta-se a falar hoje, mais do que em qualquer outra época, em retôrno da poesia às normas clássicas.

Em 1922, quando mais se acentuava o movimento modernista no Brasil, a facilidade aparente que a libertação do metro oferecia, fez com que figuras de valor secundário, vivendo até êsse momento na obscuridade, fossem subitamente arrastadas para a fama e para o prestígio nacional. Inúmeros foram os poetas aparecidos. Inúmeros os "gê-nios". Inúmeros os "eternos". O exagero de alguns levou nos á uma espécie de anarquia literária, a que não se furtaram mesmo os grandes poetas do movimento, conforme verificamos nos seus escritos, marcados acen-tuadamente pelo travo da época.

Com o correr do tempo, grande parte dos "fenômenos" foi se cançando, a fama apodreceu pelos porões dos poucos livros publi-cados, ficando êstes senhores relegados para um plano de simples referências nos suple-mentos dos jornais amigos. Dizia-se que a poesia entrara em declínio, não conseguira, como fôra do intuito dos cultores do movi-mento, expressar o verdadeiro sentimento da época, dia a dia se distanciando da compre-ensão do povo, que não distinguia, nos no-vos fazedores dos versos de pés quebrados, aquela "saudosa" comunicação que lhe tra-ziam os parnasianos, e os simbolistas em me-nor escala.

Este é ainda o panorama em que nos de-batemos, agora reunidos num manifesto vivo de descrédito e insatisfação, conforme docu-mentamos nas recentes revistas orientadas pe-los "novos", e nos suplementares literários

dos jornais, onde os próprios poetas da rea-ção modernista, aqueles de mais fôlego, já deixam entrever a próxima reação na qual os poetas novos reclamarão os seus lugares.

O momento, cremos ser de indecisão e expectativa, dividindo-se as opiniões, por aqueles que conside am o instante presente como de seleção e a consequente cristaliza-ção da forma livre nas suas bases definiti-vas; e por um outro grupo que considera to-dos os trabalhos em versos publicados a par-tir de 1922, como não passando de simples experiência no campo poético, cabendo á no-va geração a tarefa de aproveitá-las para a elaboração da obra poética autêntica e dura-doura, o que talvez esteja se tentando, com a reabilitação do soneto, e dos versos curtos, de cinco e sete sílabas, mais frequentes, e on-de se agrupam as preferências da maioria.

Queremos concluir daí que o mérito evi-dente do movimento modernista não tenha sido a libertação das formas rígidas do me-tro clássico, mas sobretudo consistiu numa reforma temática, chamando o poeta mais pa-ra perto do Brasil, tornando-o um intérprete das aspirações do povo dentro da realidade social existente...

Mas... vejamos o que a êsse respeito vai nos dizer Edson Nery da Fonseca, jovem en-saista pernambucano, sem nenhuma dúyda, uma das vozes autorizadas a se manifestar sôbre o assunto, inaugurando a série de de-poimentos com que a revista ESTUDANTES procurará trazer à foco os problemas que mais inquietações tem trazido ao espírito da nova geração.

1. Qual deve ser o comportamento do poeta em face do crítico, e até que ponto pode a crítica exercer influência na criação poética?

R. O quesito tem duas perguntas. Confesso que não sei responder à primeira. Saberíamos dizer qual o "comportamento" do crítico em face do poeta, isto é, como deve o crítico estudar a obra poética. Mas falar em tese sobre o "comportamento do poeta em face do crítico", digo francamente que não sei. Sómente poderia responder aos casos práticos. Por exemplo: um poeta da categoria de Carlos Drummond de Andrade, diante de um crítico insignificante como Eloy Pontes, só pode ter zero no "comportamento", isto é: só pode manda-los às urtigas... E Drummond respondeu antecipadamente a críticos como o citado, quando disse num poema:

"Se o meu verso não deu certo, foi seu ouvido que entortou.

Eu não disse ao senhor que não sou senão poeta?"

Quanto à segunda pergunta, é preciso distinguir, como o crítico I.A. Richards, *statement de expression*. *Statement* é a intenção, aquilo que o poeta quer dizer e *expression* é o modo pelo qual o poeta fala, a expressão. A meu ver, a influência da crítica na "criação poética" não alcança a *expression*: fica no *statement*. É isto porque a *expression* está mergulhada naquela transformação mais alógica da Poesia, e sendo a crítica uma atividade lógica, discursiva, não conseguirá jamais influenciar o que é por natureza alógico. Na atitude do poeta, podemos distinguir facilmente as influências de ordem lógica, mas no poema realizado, essas influências, se existem, estão de tal modo transformadas pela emoção individual, transfiguradas em símbolos, que ficam irreconhecíveis. Mais fácil seria verificar a influência de um poeta ou de vários poetas sobre o outro, do que a de um crítico, ou mais generalizadamente, "da crítica", sobre a "criação poética". Pode a crítica orientar melhor um poeta, mostrando-lhe novos caminhos, esclarecendo certas tendências das quais o autor muitas vezes não toma consciência. Conselhos como os de Rilke, nas suas famosas cartas, são sempre úteis a qualquer poeta. Mas o que não pode é transformar completamente, fazer de um poeta menor, poeta maior. Isto aliás, nem os próprios poetas maiores conseguem. O sr. Guilherme de Almeida, por exemplo,

continua a ser poeta menor, mesmo influenciado por Verlaine. Da mesma forma o sr. Araujo Filho, para citar um exemplo de casa: considera-se e é considerado por muita gente como discípulo de Khayyám, mas a distância que há entre os seus versos e os do grande persa é enorme.

2. Agora que parece existir um movimento generalizado em todas as artes para o retorno às formas clássicas, acredita você na sobrevivência do verso livre?

R. Acredito na sobrevivência do verso livre. Discordo, aliás, da proposição inicial. Não existe "um movimento generalizado em todas as artes para o retorno às formas clássicas". Em nenhuma arte há esse "movimento generalizado". Na arquitetura, por exemplo, ninguém pensa em desprezar as soluções técnicas e estéticas de um Le Corbusier, por exemplo. E lembramos logo a arquitetura porque o Brasil conta hoje com um grupo de arquitetos que de modo nenhum pensa em "retorno às formas clássicas". Não por desprezar estas "formas", mas porque acham com razão que a um estilo de vida novo deve corresponder um estilo de arte também novo. Pertencem a este grupo Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Carlos Leão, Flavio de Carvalho, Marcelo e Milton Roberto, Correia Lima, Antônio Bezerra Baltar e outros cujos nomes não me ocorrem no momento. Em Música, também ninguém pode ficar indiferente às conquistas revolucionárias: de um Debussy, por exemplo, que eliminou a melodia e a harmonia tradicionais. E quem pode falar em "retorno às formas clássicas" diante das obras de um Schoenberg, de um Satie, de um Milhaud, de um Honegger, de um Hindemith, de um Bartók, de um Copland? É verdade que em uma parte da obra de dois grandes músicos modernos — o russo Stravinsky e o brasileiro Vila-Lobos — nota-se a influência de Bach. Mas não se trata de um simples "retorno" ao velho Johann Sebastian, mas, de um aproveitamento de certas normas, formas e construções do grande organista da igreja de Santo Tomás que ainda hoje permanecem revolucionários. E na Pintura — com um Braque, um Chagall, um Dalí, um Picasso, um Portinari, um Cicero Dias, um Segall, — pode falar-se em "retorno às formas clássicas"? No ro-

mance moderno também não houve “movimento de retorno”, mas um avanço considerável, com as obras de Proust, de Gide, de Joyce. Gide fala muito em classicismo, mas nós sabemos que o classicismo gideano não significa retorno aos clássicos, mas, auto-domínio, vigilância constante sobre a inspiração descontrolada. Não vejo, portanto, um “movimento generalizado em todas as artes para o retorno às formas clássicas”. Há, isto sim, movimentos individuais, atitudes, passadismo sentimental dos que pensam que qualquer tempo passado fué mejor”. Na Poesia houve de fato, nos começos do século, um movimento de retorno, sobretudo na Inglaterra, mas que fracassou lamentavelmente. E o motivo deste fracasso está na confusão entre *statement* e *expression*, como demonstrou o crítico Otto Maria Carpeaux nos ensaios “Poesia e Ideologia” e “Última Canção — Vasto Mundo” (vide *Origens e Fins*). Esqueceram que o parnasianismo o romantismo, e suprarrealismo, não passam de atitudes. E “a transformação do mundo impõe ao poeta outra atitude”. O exemplo de Eliot — um que empreendeu o “retorno” — é significativo: a sua obra ficou inatual, demonstrando, claramente — são palavras de Carpeaux — “que o bêco sem saída da convulsão moderna não pode ser aberto para um caminho que conduz para trás, para a velha tradição”.

Na poesia brasileira tenho notado que ultimamente um “retorno” ao soneto. Houve, primeiro, uma renovação no soneto, apresentado em versos brancos pelo sr. Augusto Frederico Schmidt, a meu ver com excelente resultado. Depois, outros poetas modernos — começando, se não me engano, pelo sr. Vinicius de Moraes — passaram a fazer sonetos “clássicos”, bem rimados e metrificados. Parece que a moda pegou. Há, de fato, um “movimento generalizado” entre os poetas mais novos, de preferência pelo soneto. Embora este movimento já nos tenha dado os sonetos admiráveis do sr. Vinicius de Moraes e do sr. Alphonsus de Guimarães Filho, eu tenho muito receio dele. Não que eu despreze o soneto. “Scorn not the sonnet”!, disse Wordsworth, se não me engano. E o sr. Gilberto Freyre tem razão ao dizer do soneto que a sua técnica “não chega a ser tradicional porque é de sempre” (vide “Prefácio a um livro de versos”, in *Diário de Pernambuco* de 21 de março de 1948). Mas o que me in-

quieta nesse movimento é o exclusivismo. O que prejudica os sonetistas não é soneto: é a incapacidade de abandonar o soneto. Parece que muitos poetas jovens estão sofrendo dessa incapacidade, que é lamentável. Porque as portas da Poesia nem sempre se deixam abrir por chaves de ouro.

3. Faz alguma distinção entre Modernismo e Post-Modernismo?

R. De um modo geral, não há diferenças a destacar, porque o “estilo de vida” da fase modernista — 1922 a 1930 — continua o mesmo da fase atual. Tanto que a geração atual não se chocou com a de 22, mas, ao contrário, confraternizou com ela. Esta circunstância, por outro lado, já constituiria uma diferença entre a nossa geração e a geração modernista, porque esta foi obrigada a combater e a destruir uma ordem de coisas que não podia mais ficar de pé, enquanto a nossa não tem, aparentemente, nada a combater. Mas só aparentemente, porque aquela ordem de coisas, apesar de derrotada em 22, ainda tenta sobreviver, impondo aos escritores de vinte anos uma vigilância permanente. Os velhos que os modernistas combateram em 22 — alguns ainda estão bem vivos — se alegram com o apêgo dos jovens poetas ao soneto e começam a reeditar seus livros de versos, uma poesia decorativa, própria para enfeitar os albums das mocinhas e as festas de aniversário. Não é possível que semelhante deturpação da arte poética, escondida atrás de uma falsa fidelidade ao soneto, tente voltar como os *revenants* de Ibsen, com a complacência dos escritores jovens.

4. Quaes os poetas brasileiros de sua preferência no momento atual?

R. Coloco em primeiro lugar, Manuel Bandeira, porque a sua obra, além do valor intrínseco, tem importância histórica. Tenho, entretanto, igual preferência por Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Jorge de Lima (o dos poemas nordestinos) e Vinicius de Moraes.

5. Deu a Faculdade de Direito do Recife, nos últimos anos, algum nome de grande expressão para a poesia brasileira?

R. O fato de alguns poetas brasileiros terem sido alunos da Faculdade de Direito do Recife não dá direito a que essa escola os apresente como glórias suas. De alguns podemos dizer que foram poetas apesar da Faculdade, ou mesmo em oposição à Faculdade. Já esqueceram que Castro Alves foi reprovado na Faculdade de Direito do Recife? O caso de Deolindo Tavares, entretanto, é muito recente para ser esquecido. Há de doer sempre na consciência dos professores que o reprovaram e dos alunos que o hosti-

lizaram. Deolindo Tavares foi o maior poeta brasileiro da nossa geração, mas não podemos dizer que a sua obra foi uma dádiva da Faculdade de Direito do Recife à poesia brasileira. Seria ofender a memória de um morto. Não encontramos, aliás, nenhum vestígio da influência dessa escola e do contacto com os seus mestres na obra de nenhum dos grandes poetas brasileiros que passaram pelos seus bancos nos últimos anos, como Odorico Tavares, Tomás Seixas, Mauro Mota, José Tavares de Miranda.



O ERRO DE DIREITO NA ANULABILIDADE DO CONTRATO (*)

CLEODON FONSECA

O contrato é uma convenção pela qual uma ou mais pessoas se obrigam, uma em relação a outra ou a outras, a uma prestação determinada, de dar, fazer ou não fazer alguma coisa. É, mais ou menos textualmente, o conceito admitido pelo Código Civil Francês, cujo art. 1.101 disciplina:

“Le contrat est une convention par laquelle une ou plusieurs personnes s'obligent envers une ou plusieurs autres, à donner, à faire ou à ne pas faire quelque chose”.

E, de acordo com o seu art. 1.102, “le contrat est synallagmatique ou bilatéral lorsque les contractans s'obligent réciproquement les uns envers les autres”.

Do conceito de contrato, formado, geralmente, pelo concurso de duas pessoas, de cujas vontades conjugadas nasce o liame convencional, observa-se que um dos seus elementos essenciais é o consentimento das partes obrigadas. É, pois, essa vontade bilateral um elemento necessário, sem o que, inexistirá uma válida convenção, ou, em outros termos, em cuja falta, ausentar-se-á o liame voluntário, ficando, pois, o contrato, sem causa ou fim, dado que, na opinião de CAPITANT, “toute personne qui consent à s'obliger envers une autre est déterminée par la considération d'un but qu'elle se propose d'atteindre par la voie de cette obligation” (1).

É quando a vontade do obrigado não se pode manifestar livremente.

Dai, a teoria da anulabilidade do contrato, que perde sua causa (but) em presença de um daqueles vícios de consentimento, capazes de operar a anulação ou anulabilidade do ato jurídico realizado.

Uma das causas essenciais à anulabilidade do contrato — especialmente do contrato sinalagmático, gerador de obrigações recíprocas — é o erro de um dos convenientes, na consideração do fim ou causa da convenção formada. A falta de consentimento, pois, “il n'y a point de consentement valable, si le consentement n'a été donné que par erreur” (Código Civil Francês, art. 1.109).

E o art. 1.110 do mesmo Código, diz, em um conceito inicial sobre o erro:

“L'erreur n'est une cause de nullité de la convention que lorsqu'elle tombe sur la substance même de la chose qui en est objet”.

(*) — A Cleodon Fonseca, espírito honesto e culto, tão prematuramente desaparecido, essa homenagem simples dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife.

(1)—HENRI CAPITANT — “De la cause des obligations” — Paris — 1924 — n. 1 — pg. 17.

Trata-se, pois, como se observa da norma reguladora da matéria, na lei civil francesa, da consideração do erro de fato, sem nenhuma referência ao erro de direito — ignorância da lei — como se vê na orientação do Código Civil Brasileiro, que, depois de admitir, no art. 86, que são anuláveis os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial, adota mais ou menos critério idêntico:

“Art. 87 — ‘Concidera-se erro substancial, o que interessa à natureza do ato, o objeto principal da declaração ou alguma das qualidades a êle essenciais”.

De qualquer modo, não se descobre, nas linhas do Código Civil Brasileiro, qualquer referência, mesmo implícita, sobre o *error juris* como causa de anulabilidade do contrato. Isso quer dizer que, no direito nacional, só se leva em consideração o erro de fato — *error facti*. — sem a necessária análise do erro de direito, que se apresenta, em sua generalidade, como uma consequência da ignorância da lei.

A consequência é que, atenciosa à doutrina dominante, a Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de Setembro de 1942), em seu art. 3.º, admite:

“Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

A mesma orientação é adotada no Código Civil Colombiano, em seu art. 9:

“La ignorancia de las leyes no sirve de excusa”.

E o Código Civil Espanhol, em seu art. 2:

“La ignorancia de las leyes no excusa de su cumplimiento”.

E o Código Civil Mexicano de 1932, em seu art. 1.813:

“El error de derecho o de hecho invalida el contrato cuando recae sobre el motivo determinante de la voluntad de cualquiera de los que contratan, si en el acto de la celebración se declara

ra ese motivo o si prueba por las circunstancias del mismo contrato que se celebró este en el falso presupuesto que lo motivó y no por otra causa”.

Vale ressaltar um relatório do ano de 1925, em que o Colégio de Cassação Civil Soviético, interpretando o art. 5, do Código de Processo Civil da U.R.S.S., afirmava que o tribunal não estava autorizado a fundar-se na ficção do conhecimento, por todos os cidadãos, de todas as leis, decretos e ordenanças do governo. Em seu relatório de 1925, declarava aquele colégio judiciário, criticando o dogma da ficção legal, expresso naquele princípio tradicional:

“Pour le législateur et le juge bourgeois, ce principe est indiscutable, ils se fondent sur lui pour légiférer aussi bien que pour juger... Notre législation ne connaît pas le principe absolu que personne ne peut invoquer l'ignorance de la loi. Dans tous les procès ou cette question se pose devant les tribunaux, ils doivent se guider d'après la position sociale des parties, leur degré d'éducation et les autres circonstances de chaque cas particulier” (2).

O Código Civil Italiano, em seu art. 1.109, disciplina:

“L'errore di diritto produce la nullità del contratto, solo quando ne é la causa unica o principale”.

COVIELLO depois de afirmar que é indiferente, em público, equipará-lo ao erro de fato, indica os atos que não podem ser anulados por erro de direito. Na sua autorizada opinião, não podem ser anulados por erro de direito, o matrimônio, a transação e a confissão. Sobre o matrimônio, o eminente autor italiano admite, apenas, a sua anulação por erro de fato. Aliás, vale a pena invocar o dispositivo do art. 120, do Código Civil Italiano de 1938:

(2)—ELIACHEVITCH-NOLDE — “Traité de Droit Civil et Comm. des Soviets” 1 — pg. 152.

“L'errore sulle qualità dell'altro coíuge non é causa di nullità del matrimonio se non quando si resolve in errore sulla identità della persona”.

Interpretando o art. 1.772, § 1.º, do Código Civil Italiano, escreve COVIELLO, que “não se pode invocar o erro de direito para impugnar a transação, porque, tendo esta por fim terminar ou prevenir uma controvérsia, qualquer que seja, se funda numa incerteza de fato ou numa dúvida de direito, cuja incerteza precisamente se trata de excluir (3).

“É de importância salientar — escreve o eminente EDUARDO ESPÍNOLA — que a doutrina civil moderna, afastando-se do direito romano, equipara, quanto aos seus efeitos, o erro de direito ao erro de fato” (4).

Essa nova doutrina, admitida em vários sistemas legislativos, revela o sentido realista e positivo de um princípio que se aproximou da realidade social e humana, da qual o direito não poderá distanciar-se, sob pena de fazer rigorosa aplicação da lei cujos efeitos devem traduzir, antes de tudo, a verdadeira integração entre o próprio direito e a vida moderna.

Venceu, pois, a tese de que o erro de direito anula o contrato.

O citado COVIELLO, analisando a matéria, chega a observar, argutamente, que “uma coisa é dizer que a lei tem força obrigatória, independentemente do conhecimento que dela hajam os que lhes estão sujeitos; e outra afirmar possa ser invocado o erro de direito” (5).

ENEZIAN observa, tentando o aspecto distintivo no campo jurídico:

“O princípio que — a lei, transcorrido o tempo da *vacatio*, é obrigatória para todos os cidadãos, independentemente do conhecimento que tenha qualquer pessoa, deve entender-se, unicamente, no sentido que a ignorância da lei não pode ser alegada para escusar a ignorância dela, e fugir às consequências; o erro e a ignorância do direito podem ser invocados, a par do erro de fato, quando se trata de mostrar a existência de um pressuposto, do qual a própria lei faz depender a admissão ou a exclusão de determinados efeitos jurídicos; isto é, quando a alegação do erro

se destina a tornar sem efeito atos em que foi ele que determinou a vontade, ou a aproveitar os efeitos legais da boa fé” (6).

Caso discutido — em que demonstrávamos ter, o *error juris*, as mesmas consequências que o *error facti*, na anulabilidade do contrato, teve, no Juízo da 9.ª Vara da capital pernambucana, decisão procedente, anulatória de contrato de doação, derivado, por *error juris*, da vontade viciada da autora que, julgando tratar-se de uma tutela que visaria, aparentemente, a proteção econômica de seus filhos menores, em realidade descobriu, depois, ter assinado uma escritura pública de adoção, mercê da qual, os réus, interessados na aquisição de um imóvel pertencente à autora, fariam, por acordo amigável, a rescisão da dita escritura que dera aos réus plenos poderes sobre os menores. Erro de direito, da parte da autora.

Está, pois, evidente, na situação em que se encontra o direito contemporâneo, que a admissão do clássico princípio — *nemo jus ignorare censetur* — traduz ficção violenta contra a realidade das coisas, como asseverou, em oportuno acórdão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, o eminente Ministro GOULART DE OLIVEIRA (7).

Razão assiste, pois, ao eminente EDUARDO ESPÍNOLA, ao reconhecer:

“Acreditamos que o legislador brasileiro admitiu o erro de direito como causa de anulabilidade dos atos jurídicos.

O art. 90 do Código Civil, ao declarar que “só vicia o ato a falsa causa, quando expressa como razão determinante ou sob forma de condição”, compreende,

(3)—COVIELLO — “Doctrina general del derecho civil” Trad. mexicana — 1938 — pgs. 421 e ss.

(4)—EDUARDO ESPÍNOLA — “Sistema do Direito Civil Brasileiro” — II pg. 96.

(5)—COVIELLO — Op. cit. — pg. 422 e ss.

(6)—ENEZIAN — “Codice Civile annotato” — I — n. 32 — pg. 91.

(7)—GOULART DE OLIVEIRA — Rec. extr. n. 7.690 — “Revista Forense” — CII — 1945 — pg. 55.

dados os termos gerais que emprega, não sómente o erro de fato, mas igualmente o erro de direito. O art. 965 do Código Civil também abrange o erro de direito, em relação ao pagamento indevido" (8).

Em consequência, verifica-se que, no atual direito brasileiro, a velha regra portadora da concepção reacionária do contrato, operou a decadência e os consequentes efeitos da antiga máxima — *nemo jus ignorare censetur*, em face da nova doutrina realista e positiva, agora visionada pelo Ante-Projeto de Código de Obrigações, que, na disposição do seu art. 20, que disciplina:

"É anulável a declaração de vontade que emane de erro de fato ou de direito sobre o seu principal objeto".

E, como acrescentam os seus redatores, eminentes Ministros FILADELFO AZEVEDO, OROZIMBO NONATO e HAHNEMANN GUIMARÃES, na exposição de motivos, o "erro na declaração de vontade poderá resultar de fato ou de direito (art. 20) tendo sido levado em conta o interesse negativo prejudicado de boa fé

nos casos de anulação do ato jurídico por vício de vontade (art. 26).

Uma realidade incontestável: a simultaneidade dos efeitos do erro de fato e do erro de direito, na anulabilidade do contrato, quando não se realiza, integral, o consentimento — um dos seus elementos essenciais, opera a justiça harmônica, nascida daquele direito, de que falou, com a sua visão profética, o eminente EMMANUEL LEVY:

"Le droit accorde à chacun, non ce qu'il veut, mais ce qu'il veut légitimement" (9).

E, o que aspira o contratante, vítima do erro de direito, é a realização da harmonia em que conserva sua natural expectativa, atingida na anulabilidade de um contrato que esconde, atrás das aparentes formalidades legais, a desharmonia tendente a estabelecer aquilo que constitui a verdadeira finalidade da convenção privada — o necessário equilíbrio na vida econômica daquele que reclama a justiça positiva.

(8)—EDUARDO ESPINOLA — Op. cit. — II — pg. 98.

(9)—EMMANUEL LEVY — "La Vision Socialiste du Droit" Paris — 1926 — pg. 29.



A S V I A G E N S

EDSON REGIS

IV

*Vou-me embora, amiga,
vou morar bem longe,
vou para o destêrro
no país do sonho.*

*Quero ver o circo
como antigamente,
quero o velho espêlho
para ver-me antigo.*

*Vou-me embora, amiga,
que eu não sou o diabo,*

*não aguento a vida
como aqui se vive.*

*— Onde está meu mundo
que sonhei há tempo?
Meu pai foi embora,
foi morar nas nuvens.*

*Vou-me embora, amiga,
como um cão sem dono.
Poderei ser guarda
na cidade morta.*

V

*Afinal é preciso ir, amiga,
a filha do pescador soprando nos búzios,
o filho pensando no pai morto,
deixar tudo isto, amiga, tudo,
e viajar para o país do sono,
para o campo das imagens partidas,
onde ficaremos com a estrêla da morte,
sem nenhum desespero, unidos, úmidos e parados.*

O PROBLEMA SEXUAL NAS PENITENCIÁRIAS

JOSÉ PESSOA DE MORAIS

O tratamento dos delinquentes nas modernas penitenciárias tem sofrido a influência das idéias científicas hoje dominantes. Por isso, não é de se estranhar que o problema sexual ocupe um lugar importante no assunto em questão.

Não há dúvida que a orientação atualmente dominante em matéria de sistemas penitenciários, muito tem evoluído à luz dos novos conceitos do Direito e da Criminologia. E, a finalidade precípua de reintegrar o criminoso na vida social, é a função normal dos presídios, que deixaram de ser os antros tenebrosos e cruéis, dos quais os indivíduos saíam doentes ou ainda mais pervertidos. Hoje, a penitenciária é uma escola, que obedece a um plano científico de corrigir a conduta do delinquente para colocá-lo em condições de viver na sociedade. Nada de idéias de castigo e de espiação; o que se procura, é corrigir o indivíduo que incidiu no crime. E, como por isso, é preciso submetê-lo a um regime especial de educação, os presídios são organizações técnicas, que obedecem a uma orientação científica para alcançar a sua alta finalidade.

Tivemos o prazer particular de conhecer de perto algumas penitenciárias modelos do Brasil. Divulgamos mesmo na imprensa algumas proveitosas experiências que colhemos na nossa missão de estudos penais aos estados sulinos em 1946, presidida pelo caro mestre professor Anibal Bruno. E, mesmo em Pernambuco, tivemos ocasião de conhecer a penitenciária agrícola de Itamaracá, o que nos permitiu fazer um paralelo com o

que vimos no sul notadamente na modelar penitenciária de Neves, perto de Belo Horizonte. Ficamos verdadeiramente encantados com tudo que observamos. Não ha dúvida, de que já progredimos muito no Brasil a esse respeito.

No entanto, ainda há um ponto nevrálgico do problema, que preocupa os cientistas, moralistas e técnicos, que não encontram, para os seus pontos de vista, uma idéia razoável e conciliatória. Queremos nos referir ao caso, tão palpitante quanto intrincado, do problema sexual nas penitenciárias. Na análise dessa questão, chocam-se os pontos de vista, por exemplo, da ciência pura com a moralidade positiva.

Assim, é que, se alguns estudiosos acham que a função sexual no homem, é absolutamente vital e imprescindível, e por isso, deve-se resolver o caso sexual nas penitenciárias, outros pelo contrário baseados em fundamentos religiosos e morais, acham que tais medidas implicam numa depravação de costumes que não pode ser tolerada ou defendida. Ambas as correntes de pensamento se exacerbam, defendendo com veemência os seus pontos de vista, e o peor é que no final das contas, quando ninguém se entende, o problema é que fica nos ares insolúvel, desafiando as inteligências e merecendo uma solução plausível.

Não nos propomos, a trazer para esse terreno pouco iluminado e confuso, a lâmpada maravilhosa de Aladim, para clarear tudo, e permitir que se veja claramente a realidade. O que tentamos, é apenas tecer algumas considerações

sobre o assunto, baseadas todas na ciência e na lógica comum. Como, para isso, é preciso uma certa isenção de ânimo, o cientista ou sociólogo conciente, tem que se colocar acima das idéias subjectivas ou puramente convencionais. Não nos apegamos à concepção Freudiana de explicação pelo sexo de toda vida social. Já tivemos até ocasião de combater essas idéias em artigos de jornal. Entretanto, se é válida a premissa, hoje admitida sem relutância pela ciência, de que o sexo tem a sua influência marcante no comportamento humano, deixar de levá-lo em conta é contrariar princípios universalmente aceitos.

Nenhuma ordem de idéias será capaz de torcer a natureza, porque esta se manifestará de qualquer modo, impondo fatalmente as suas leis inexoráveis, que obedecem aos desígnios supremos da vida e do mistério do mundo. Por isso, é falsa toda concepção que não assente as suas bases na ordem natural, e não tenha os seus fundamentos na própria natureza. O sexo como uma solicitação de ordem biológica, está a merecer, nas penitenciárias por parte dos cientistas, criminalistas e técnicos, um maior cuidado. Do contrário, a degenerescência e a perversão sexual, continuarão a ocupar um lugar, que um regime razoável e científico, faria quase desaparecer por completo. Mas, a continuar assim, teremos como consequência a reação da própria ordem natural e biológica, as depravações de toda ordem, a desintegração mesmo da personalidade dos delinquentes, os complexos e toda uma série de anomalias, que nenhum cientista sério pode deixar de conhecer. Se é em nome da moral, ou de uma pretendida moral que se argumenta, nada justamente mais contraditório desses mesmos princípios do que o que atesta a crônica comum das penitenciárias cheias dos casos mais variados de perversão sexual. Se é imoralidade, um regime científico de contemplação do sexo, por que não será incomparavelmente mais imoral o estado atual de depravação das penitenciárias? Os que duvidam dessa argumentação, que visitem os presídios, que estabeleçam as estatísticas e que procurem verificar de perto o quadro lamentável que desconhecem ou querem

desconhecer. Será tudo isso um mero acaso? Será que o delinquente tem uma tendência natural para a anomalia sexual, ou é o regime penitenciário que favorece essa anomalia? A ciência desconhece qualquer tendência a esse respeito, como estarão de acordo os próprios opositores desse nosso ponto de vista. E, se assim o é, depois de todas essas considerações e raciocínios, resta evidentemente por exclusão, o próprio meio penitenciário, como responsável direto por esse caso de alta indagação sociológica. A razão está principalmente no regime de vida imposto pelas prisões. Não queremos com isso dizer que a influência individual não entre em conta e não contribua para que o próprio meio do presídio degenera a conduta do delinquente. Apenas desejamos falar de modo genérico, e assim sendo, não temos dúvida em afirmar que a parte capital do problema em questão se encontra no seio da própria organização penitenciária.

Um certo diretor de penitenciária que vem aliás desempenhando com mérito indiscutível o seu posto, nos afirmou certa feita, que se podia abafar o fator sexual pelo que Freud chama de sublimação, ou seja, no caso em apreço, pelo desenvolvimento da energia em outras atividades como o trabalho prolongado e intenso. Refutamos imediatamente tal idéia, afirmando que a concepção Freudiana não se aplicaria ao caso, porque não se pode inibir uma tendência natural. É ou não o sexo uma tendência natural? E se o é, pois não ha dúvida a esse respeito não podemos desviá-lo por outros meios, do mesmo modo que não se pode desviar a fome e a sede pelo trabalho ou por outra qualquer prática artificialmente empregada.

Resta portanto dar ao sexo a sua devida importância para resolver o melindroso problema das penitenciárias. Nada de convencionalismo e de subjetivismos a esse respeito. A conduta do sociólogo e do homem de estudos, deve ser somente a da indagação concreta do caso através de uma análise positiva e lógica. Com essa orientação, muito se espera dos estudiosos, criminalistas e sociólogos do Brasil, para resolver esse problemas de tanta magnitude.

DOCUMENTÁRIO ABOLICIONISTA

VINGT-UN ROSADO

Mossoró foi o primeiro município do Rio Grande no Norte a libertar os seus escravos. Fazendo-o a 30 de Setembro de 1883, antecipava-se de cinco anos ao Brasil e a quasi todas as suas cidades. Alguns dos grandes nomes do passado de Pernambuco tiveram conhecimento e estimularam os esforços da geração magnânima que escrevia, então, a página maior de nossa História. No Instituto Arqueológico de Pernambuco, cujas portas Mario Melo sempre deixará abertas aos estudiosos, encontramos, ao tempo em que estudávamos no Recife, alguns documentos, de interesse para estas notas. Joaquim Bezerra da Costa Mendes, cearense que foi das mais expressivas figuras da nossa campanha libertária, escrevia a João Ramos, em 28 de Maio de 1884: "Fui mimoseado com suas apreciáveis linhas que tenho a pressa em responder-lhe. Perfeita saúde com sua Exma. família, é o que muito tenho a desejar-lhe. Vou lutando com os infames e nojentos negreiros, não só do interior como daqui!... Ainda que nesta terra não tenha um só escravo. Não é v. só que é ameaçado. Tenho sido.

Sofro aqui uma guerra desabrida por esta questão começando dos infames negreiros que desejavam-me toda sorte de infortúnios. Remeta os 31 tais a Libanio da Costa Pinheiro, na Barra que os encaminhará para a terra. Faço a idéia com quantos sacrificios v. tem acarretado. Eu tenho chegado ao impossível, que 86 que possuía esta terra eu fiz rugir e mugir contanto que se disse e realizou-se depois do Ceará livre só tem Mossoró,

que só eu e Deus sabem quanto me tem custado este efeito. Temos por cá quem queira grande respeito à lei negreira. Sou pobre e portanto pequenino, Joaquim Bezerra da Costa Mendes." Ficamos sabendo pela carta de Bezerra Mendes, o numero de escravos libertados em Mossoró. Mas a importância da nossa campanha foi regional. Não foi local. Mossoró era centro para onde se remetiam negros livres e "roubados". Daqui seguiam eles para Fortaleza. Aqueles 86 não davam a medida exata da intensidade de Abolição em Mossoró.

Queremos mencionar um caso narrado em um trabalho de Carneiro Vilela, Revista do Instituto Arqueológico, 1925—1926. Os do Club do Cupim haviam "roubado" uma família de 13 pessoas, do engenheiro pertencente ao Barão de Gurjaú. João Ramos resolvera enviar esta gente para lugar seguro. Mas como, se a Polícia estava vigilante? Descobriu finalmente, um velhinho que ia para Mossoró, em uma barcaça. Convenceu o ancião de que devia procurar o Guarda-Mor e o Inspetor da Alfandega e lhes dissesse que viera buscar a família de um irmão, há pouco falecido. No dia marcado, para a viagem, todos vestidos de preto, representaram tão bem a comédia que puderam chegar em paz a Mossoró. Deste bom entendimento entre abolicionistas de Mossoró e do Recife, bem indica o fato de merecer minha terra a saudação de um orador, naquela tarde histórica em que o "Club do Cupim" pela primeira e última vez, apareceu percorrendo as glo-

riosas ruas do Recife. No Porto de Arcaia Branca, Libanio da Costa Pinheiro era o embaixador da "Libertadora Mossoroense". Seu nome se acha entre os do auxiliares externos do Club do Cupim, como representante de nossa terra. A proclamação do Club do Cupim, anunciando o fim da sua benemérita existência, dizia que "terminará a passeata na Rua da Conceição defronte da casa do cidadão Pessoa, aonde o orador do Club do Cupim, Dr. Fernando de Castro saudará os portos gloriosos que receberam os hunguenotes, Fortaleza, Aracati, Camucim, Mossoró, Macau, Natal, Macaiba, Belem, Manaos, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Montevideo e lançará solenemente, em nome do Club do Cupim, à luz desse luar imenso que iluminou centenas de vezes os mares por onde passaram as barcas redentoras, que iam em busca do Canadá brasileiro, o perdão que não merecem, aos capitães de Campo, Marcolino, Manoel Major, J. Pestana e Cirilo. Libanio da Costa Pinheiro era o 51.º socio do Club do Cupim. Do Rio Grande do Norte, receberam medalhas comemorativas, do "CLUB", Joaquim Honorio (mestre do hiate Jeriquiti), Juvino Cezar Pais Barreto (Natal), Libanio, (Mossoró), José Alves da Silva (Macau), João Avelino Pereira de Vasconcelos (Natal). Agora, um parentesis.

Jovino Barreto e João Ramos, em 1.º de Agosto de 1886 e se referia a um "pretinho talvez filho de Cotegipe." E depois, "Concluirei retribuindo um viva ao contrabandista da liberdade João Ramos"

José Correia do Amaral, do Ceará, 1.º de Outubro de 1887, a João Ramos: "Certos do carregamento que fêz via Mossoró, pelo navio "Liberdade", de 96 pessoas de tripulação". Outras notas do Arquivo do Inst. Arqueológico:

"A pagar ao mestre do hiate Jeriquiti": Junho 19 importâncias da passagem de 2 americanos Rs 6.660; Junho 21 Importância da passagem de 1 americano ... 3.330. Recife, 30 de Junho de 1887 Guilherme Pinto".

A sinonimia de negros libertados é, como se vê, vasta. Hunguenotes chamava-os a proclamação do Club do Cupim. Abacaxis era como os designavam os abolicionistas de Mossoró, em 1883.

Americanos dizia-os Guilherme Pinto, 1887.

Inglese chamava-os João Cordeiro. Nesta figura curiosa de cearense ilustre nos deteremos um pouco. Cheio de lamen-

táveis ranços anticlericais, talvez reflexos de acesas lutas entre maçons e catolicos, no século de Dom Vital, mandava êle dizer a João Ramos em 9 de Junho de 1881: "Creio que nestes cinco anos esta terra poderá dizer ao sr. Pedro II: não temos escravos; mandai-nos excluir do vosso Império, que tem frades, freiras e escravos. Somos incompatíveis com esses elementos que simbolizam o Passado." E a 22 de Dezembro de 1883 informava João Ramos de que "Em Mossoró podem receber Inglese o Frederico A. de Carvalho ou Romualdo Lopes Galvão". Frederico Antonio de Carvalho, Vice-consul de Portugal em Mossoró foi o primeiro a lançar, na loja Maçonica local a semente libertária. Romualdo Lopes Galvão é o Presidente da Câmara que confraterniza com o Povo, com os negros de Mossoró, na sua grande festa. Vice-Presidente da "Libertadora Mossoroense," de que era Presidente Joaquim Bezerra da Costa Mendes, foi um dos esteios do abolicionismo mossoroense. João Cordeiro era um velho amigo de Mossoró.

A casa comercial do Barão de Ibiapaba, a "Mossoró & Cia" teve-o como auxiliar. Agora encontro na REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1945" apontamentos biograficos de João Cordeiro escritos por êle próprio.

A convite do Barão de Ibiapaba e do Visconde de Caupe veio para Mossoró dirigir a "Mossoró & Cia.", que comprava algodão e outros artigos.

Aqui esteve em Julho de 1868 até meços de 1871 Vejo a informação de que fundou o Mossoroense. Ora o MOSSOROENSE foi fundado por Jeremias da Rocha Nogueira, auxiliado por José Damião de Souza Melo e Ricardo Vieira do Couto em 7 de Outubro de 1872. Não sabemos como conciliar estes fatos com o que relatamos acima. João Cordeiro tendo deixado Mossoró em 1871 não poderia fundar um jornal em 1872. Depois nos primeiros numeros desse jornal nenhuma referência há à participação de Cordeiro na Empresa.

João Cordeiro teria fundado também uma sociedade "com o fim de tratar de engrandecimento moral e material de Mossoró, em cuja inauguração teria comprado duas escravinhas por Cr\$ 100,00 para libertá-las". Certa vez, desentendendo-se com o delegado José Joaquim Seve, que o quis prender, inverteu os papeis conduzindo o delegado preso até à Ca

deia, em nome da "Opinião Pública". O Delegado teria mandado dizer ao Chefe de Polícia que João Cordeiro havia "proclamado a República em Mossoró". O chefe de Polícia enviara um contingente de 40 praças, sob o comando de um oficial do Exército que encontrando João Cordeiro em Areia Branca ficara a par dos acontecimentos. Informado o chefe de Polícia, foi o delegado demitido. A "Mossoró & Cia." exportava algodão para a Inglaterra, negociando os seus saques com a firma "Marques Barros & Cia." do Recife. Havendo esta firma "quebrado" o falido, desgostoso, o Barão de Ibiapaba liquidou a "Mossoró". João Cordeiro regressou a Fortaleza em Março de 1871. Levava 152,00 como saldo da sua honesta administração á frente da casa do Barão Ibiapaba.

Também a imprensa pernambucana deu o seu estímulo ao movimento mossoroense. O DIARIO DE PERNAMBUCO em diversos numeros se referiu á cam-

panha. O de 16 de Outubro de 1883, publicou a seguinte nota: "Da Cidade de Mossoró escrevem que a festa que ali teve lugar a 30 de Setembro do mês findo, pela libertação do Município, foi uma festa esplêndida, e assim devia ser, porque era a realização do cumprimento do preceito de Cristo, que proclamou a igualdade dos homens perante Deus. A escravidão que é a exploração do homem pelo homem é um principio anticatólico, que deve ser condenado, porque é a consagração do direito da força e Cristo veio trazer a paz e justiça ao mundo. "O Libertador" em 27 de Abril e 26 de Junho de 1883 se referia com a maior simpatia ao movimento abolicionista. "O Binocular" de 28 de Setembro do mesmo ano informava que o sr. Antonio Nunes de Melo proprietario da Sorveteria Familiar, á Rua Nova, em "solenização á libertação de Mossoró prepara o seu estabelecimento e o oferece á admiração pública."



VERSOS AO MOÇO QUE COMPLETA DEZENOVE ANOS

FERNANDO SOUSA BARROS

*Estranhos momentos vives por certo,
Quando apalpas e procuras outro corpo
Desfeito na realidade
De tua alma náufraga.*

*Quando te oprime
O perímetro cada vez mais apertado dos horizontes,
Mortalmente te abraçando
Para sempre.*

*E te sentes fugir,
Na passividade patética de uns dedos
Que não buscam mais;
Na resignação dos membros lassos;
Nas pálpebras caídas dos olhos cansados;
Na voz enrouquecida
Que não chama mais;
Na vontade de dormir... na indiferença...
Cedo te compadeces
Do herói da tua existência, que pouco a pouco expira.*

CAPÍTULO DE ROMANCE

GASTÃO DE HOLANDA

Junho espalha sobre a cidade um frio húmido.

Debruçado na balaustrada que cerca o rio, Leopoldo conversa com uma rapariga. Ele fala calmamente e as suas palavras caem como bátegas sobre as águas. A moça escuta-o e ambos se prolongam numa conversa agradável e tranquilizante. Ela está de costas para o rio, apoiando os cotovelos no cimento áspero da balaustrada, e, de vez em quando, contempla o perfil de Leopoldo. É mais ou menos da idade dele. Mas baixa, loura de mel, desembaraçada.

— Quando você se voltou eu nunca pensei que você fosse me propor um namoro.

— Mas você se engana, diz Leopoldo quase rindo. Eu não lhe vim propor um namoro. Eu lhe proponho uma amizade. Quero conversar com você porque você me parece inteligente. Tenho horror a mulher burra. Você não. Senti que no seu caso, era bom. O tempo passa agradável.

— Mas eu não sou inteligente. Todo mundo lá em casa diz que eu sou preguiçosa e desleixada. Até mesmo para a escola eu nunca tive inclinação, sabe? Detesto os livros, mesmo aqueles romances que toda mocinha gosta de ler. Romance de amor, com heróis melíferos. E você?

Leopoldo não responde logo. Olha demoradamente o rio, uma larga fita de óleo que se estende sob as pontes, com reflexos de luz. Uma faixa movel que se desloca mansamente entre as margens. A moça repete a pergunta. Leopoldo vi-

ra-se, com lentidão, gosando qualquer coisa que o brilho dos seus olhos revelam. Fica de frente para ela e pergunta como se iniciasse a conversa naquele momento:

— Como é que você se chama mesmo?

— Eu já lhe disse: Madalena.

— Ahn! Você tem hora para chegar em casa?

— Tenho, meu caro. Não vá pensar que eu poso lhe dar o braço e sair por aí, ao leo, como dois comprometidos, como duas pombinhas, ou como dois artistas de cinema francês.

— Porque francês?

— Por nada. Lembrei-me do cinema francês, porque nele há mais liberdade, mais realismo. Gosto dos tipos franceses. São gente mesmo. Muito melhores do que esses americanos adocicados.

— E do povo, do espírito francês?

— Ah! Esses não conheço. E é para admirar. Eu lhe conto: os meus avós paternos eram franceses. Mamãe e papai, minhas duas irmãs lêem francês com facilidade. Eu não. Não tenho queda para linguas, para estudos em geral, como já lhe disse. O meu pai sempre repete: “Não compreendo como essa menina saiu assim, Zorina (Zorina é a minha mãe). Que bichinha errada! Detesta a língua do avô e faz questão fechada de não querer se civilizar”. Tem tantos romances lá em casa. Queria que você visse. É uma estante que não tem mais tamanho. Oitenta por cento de franceses. Até “Os Miseráveis”. Conhece? Eu nun-

ca li mas conheço a história por causa do cinema. Um belo drama.

— Vamos andar Madalena, disse Leopoldo pousando a mão no braço dela.

— Não, não. Aqui está bem, Perto de casa. As dez horas eu devo entrar. Se não é pior. E a noite está agradável daqui mesmo.

As meninas me deixaram com você e não é nada interessante que cheguem em casa sem mim. São minhas irmãs e a vizinha.

— Mas eu quero que você se comprometa.

— Com você?

— Não, moralmente.

— Parece um doido, esse menino.

Leopoldo ri, serenamente, do seu jogo. Dissera aquilo para espantar a namorada, para escandalizá-la. Havia uma espécie de satisfação íntima em perturbar a moça. A amiga, como queria ele. Sacudia os testes como se estivesse submetendo-a a um exame. E recebia as respostas como uma satisfação refrigerante. Farto do ambiente da pensão, dos hóspedes, alguns deles tão odiosos, Leopoldo saía, à noite, para não sufocar. Deixava, na pensão, a sua mãe, as suas tias, como velhos animais ineptos, esquecidos pelo mundo. E, nessas sortidas, nessas pequenas aventuras — menos amorosas que infantis — mergulhava o seu espírito torturado.

Sentia-se feliz naquele momento, junto de Madalena, junto do Capibaribe. Tudo nela exalava simplicidade. Nada de complicações de atitudes exageradamente femininas. Ela transmitia a ele a despreocupação pelo mundo, pela vida, o esquecimento de si próprio. Olhando-a mais atentamente (ela se julga atraente sob o olhar de Leopoldo), o rapaz sorri, levanta aquela mãozinha fria e beija-a. Madalena não reage, encarando tudo com naturalidade, embora sinta a atração que vem dele, que os dois olhos brilhantes do rapaz perguntam qualquer coisa que ela sabe e que fica no ar, envolvido por um halo de impossibilidade e de mistério.

Ambos, por um momento, silenciosos. Depois dessa pausa, ela crusa os braços, forçando a mão de Leopoldo.

— Que frio. Você gosta do frio?

— Gosto sim. É na estação chuvosa que me sinto melhor. Menos nervoso, mais tranquilo. Por esse tempo, sinto o mundo mais poéticamente. Os homens me

parecem melhores, as mulheres mais formosas, as crianças mais... crianças. Todos nós, no inverno, somos mais irmãos, percebe? Tenho a impressão que por causa do frio, da humidade, uns procuram o aconchego dos outros. Os pais, dos filhos. As mulheres, dos maridos. O amigo, a companhia do outro amigo e do grupo. A criança, o aconchego das outras crianças. Haverá, talvez, maior número de amizade, mais fraternidade pelo inverno. Temos necessidade do calor do próximo. Mas o verão, me destrói, me aniquila, me anula. Sinto no verão, sob esse sol tropical e impiedoso, uma inquietação dos demônios. A quentura, o mormaço, o sol escaldante, se põem entre mim e as criaturas, como as paredes de uma casa. Eu fico isolado. Talvez, se hoje fosse uma noite de verão, eu não estivesse conversando com você. Estivesse repugnando a sua companhia. Naturalmente você estaria quente, suada (Madalena faz uma careta) e qualquer aproximação entre nós se tornaria incômoda. Eu findava era lhe jogando aqui no rio para lhe esfriar...

— Virgem Nossa Senhora! Que horror!

— Mas assim, em junho... Como eu sinto necessidade de você, transformada numa coisa útil para mim, num abrigo.

— Um objeto.

— Não. Melhor ainda: uma parte de mim mesmo.

Ela aceita a docura que vem do adolescente. Teria prazer — oh! mais do que prazer: volúpia — em segurar-lhe o pescoço, docemente, correr as mãos pela nuca, dobrar-lhe um pouco a cabeça para trás, e cobrir a face dele de beijos macios. Transformar os seus lábios em veludo púrpura e correr com eles pela cara do namorado. Mas conheciam-se de pouco e seria escandaloso avançar daquele jeito. Não, com o tempo perderiam o acanhamento e Madalena mostraria a ele o quanto seria capaz de amá-lo. Pude, somente, chegar-se mais para junto, a ponto de sentir a respiração de Leopoldo, o hálito morno que envolvia as suas palavras.

— Você é de Recife?

— Não, somos do Rio. Mas vim para aqui pequena. Nem me lembro mais. Papai dizia que acaba os dias no Rio. Ele tem uns terrenos em Niterói e vai

construir lá, com um irmão que é engenheiro e recebeu uma herança da avó. Ele vai ajudar papai e quando a casa estiver pronta, em Niterói, ele chama a gente. Mas não sei se vá. Gosto daqui, dessa tranquilidade. Lá dizem que tem movimento demais; para atravessar uma rua é uma dificuldade tremenda. Comida difícil, tudo difícil. Mas a cidade é bonita, não é?

— Parece.

— E você, Leopoldo?

— Eu... Você vê esse rio, vê essas águas mansas, que correm o dia inteiro, de cá para lá, de lá para cá, como se estivessem querendo levar toda a areia do leito? Como uma amante, do mar, que se entrega a ele, mistura-se com ele e depois volta para o interior, esgotada pelo extase? Esse rio é tudo para mim. Sinto uma atração extraordinária por ele. Gosto da minha província. Tenho vontade de conhecer o Rio, não nego. Mas, viver lá, acho que não. Aqui é tudo mais descansado. Até em beber, tenho a impressão de que se bebe mais devagar, saboreia-se melhor. Nas grandes cidades os prazeres são como os de certas mulheres profissionais que procuram reduzir tudo ao menor espaço de tempo possível.

Madalena olha-o um pouco espantada, mas ele prossegue, como si estivesse a defender uma tese, o auditório sendo Madalena, o rio, os sobrados defronte e a noite com as suas estrelas.

— Gosto disso aqui. Aqueles prédios do lado de lá, a Prefeitura, aquele outro onde foi o Internacional, os outros que formam uma fieira até a ponte de Limoeiro, todos esses sobrados que marginam a rua da Aurora, vê? falam-me como se fossem amigos meus. Às vezes, quando estou muito aporrinhado da vida, venho para aqui, ou mais além e fico a espia-los, conversando com eles. Eles têm o peso da tradição, dos tempos coloniais. Sinto-os ligados ao meu passado, embora esse passado não tenha existido muito bem. Esses sobrados velhos, são como príncipes de conto de fada, que foram transformados em pedra e cal por capricho de uma feiticeira.

— E você quer desencanta-los, não é?

— Não, quero senti-los, senti-los profundamente e interpreta-los. Isso já é maneira de viver com eles e quebrar o encanto. À noite, eles se projetam sobre a água de maneira diferente, como si fosse a hora de cessar todo o encanto. Veem banhar-se no rio, como ninfas.

Veem contemplar os semblantes — que de graves tornam-se joviais — no espelho das águas. Veja agora, como se movem. Como se mistura com os reflexos de luz, como estão alegres! É a hora de se desfazer o encanto. Sómente eu, e agora você, podemos assistir isso. Mais ninguém.

— Ora essa, todo mundo pode ver isso.

— Não acredito, Madalena, não acredito — diz Leopoldo com tristeza.

Ele queria impregnar todas aquelas impressões de uma dócil exclusividade, que a namorada ingenuamente não compreendia. Estava fóra dela, de sua maneira de vêr as coisas, fóra da sua educação. Entretanto, Leopoldo induzia-a também a transformar aquela realidade em sonho, em poesia. A sugestão da imagem conduzia o espírito da jovem por estradas desconhecidas e que eram, sem dúvida, uma revelação fantástica.

A história de Leopoldo penetrava o passado de Madalena, corria atrás dos seus cinco anos e envolvia o fantasma da preta velha, contadora de histórias, como uma camada de poeira, que, depois de correr pelas ruas, baixa silenciosamente sobre um móvel.

Ela desceu o olhar do alto dos sobrados coloniais, para onde apontara Leopoldo, e, virando-se para ele, disse:

— Você, com suas histórias, me lembra a mãe Margarida. Não é que você seja preto como ela, não. Nem velho, acrescentou rindo. — É que mãe Margarida contava histórias para mim e para minhas irmãs. Você, moço, se liga a ela com as suas fantazias. E eu me impressiono também, como antigamente, ao pé da cama. Volto agora para a minha infância e acredito de novo nesses contos de mil e uma noites. Essa parte estava sepultada, não sabe, Leopoldo? Depois que a gente cresce, perde o gosto pela fantasia e começa a encarar as coisas através de uma realidade que deturpa e mata um pouco a beleza da nossa vida de criança. Tudo passa a se resumir no casamento. Mas eu não ligo isso não.

Leopoldo espantava-se com o modo de pensar daquela criatura.

— Quem lhe ensinou a pensar desse jeito?

— Ora, ninguém. Eu me sinto, apenas, um pouco mais velha do que você e um pouco desiludida. Acho que a vida da gente tem mais tristezas do que ale-

grias. É quem pensa como você, que é poeta, se ajuda mais, suporta a coisa melhor, não é? Mamãe diz que eu sou desequilibrada.

Ambos riem e olham simultaneamente, as estrelas. A noite avançava e os pontinhos luminosos do céu pareciam mais húmidos, mais transparentes, como si fossem desmanchar-se numa superfície líquida. O coração de Leopoldo batia mais forte, a respiração mais apressada e nada disso percebia Madalena, porque o seu espírito divagava pela infância. Mas estavam muitos juntos, como que unidos por uma palavra.

Passou um inspetor de veículos, olhou-os, quasi indiscretamente, e seguiu sob o brilho do capacete creme. Depois duas moças, depois um grupo de rapazes, alguns deles, conhecidos de Leopoldo. Uns observaram-no, outros passaram forçando indiferença. Lá adiante, um baixote, ruivo, do grupo, gritou para trás: "Leopoldo!" e virou-se imediatamente para não ser identificado. Leopoldo não ouviu.

Os bondes atravessavam as pontes, vagarosos, guiados por motoneiros de tardamento azul escuro e gola levantada sobre o pescoço por causa do frio. Um deles, ao subir a ponte, com o vento húmido a desbastar-lhe a cara de estátua, as marcas de varíola dando-lhe a impressão de mossas feitas pelo vento.

Justamente quando o bonde desce pelo outro lado da ponte, como um fardo pesado que escorrega numa prancha, Madalena e Leopoldo se voltam, de mãos dadas e iniciam o regresso. O relógio da Faculdade, como uma lua enorme sobre o prédio, dá as nove e meia. Os ponteiros estão quasi em ângulo reto. É um toque com sonoridade, mas que anuncia o tempo como uma precisão irritante. É uma balança de horas. E Madalena, apertando a mão de Leopoldo, caminha vagarosamente, procurando gosar a frescura da noite de junho. Alguma coisa renovou-se dentro dela. O namorado, esse rapaz esguio, de cabelo cortado rente, que a acompanha, dilatou

a sua experiência de jovem. É ele, a seu turno, gosando como si aquela rapariga lhe pertencesse, quasi como si voltasse de uma alcova, resvala brandamente sobre a calçada como si aquela noite fizesse parte da sua lua de mel. Amor? Absolutamente.

— Mamãe já deve estar preocupada. Vamos depressa.

Leopoldo ouve mas faz que não ouve. Não lhe preocupam os pais de Madalena. Não lhe preocupa ninguém, naquele momento, nenhum problema, nenhuma situação. Esqueceu as dores de cabeça constantes, esqueceu as insónias, as dificuldades, a fraqueza da mãe, os hóspedes. Pára, sustendo a mão da amiga.

— Vê aquilo ali!

Madalena, um pouco sobressaltada, levanta os olhos para a profundidade do céu que pareceu mais amplo com o gesto do rapaz.

— É a via Lactea.

— Ahn. Mas vamos que já é tarde, sim? Deixemos as estrelas para depois.

Leopoldo ri e continua, sem abandonar logo a contemplação do céu, como uma criança que passa por uma vitrina de brinquedos. Atravessam a praça, entram na rua da Concordia. Numa esquina, Madalena o retém, com certo escrúpulo e pergunta:

— Você volta amanhã?

— Volto, provavelmente.

— Às sete e meia eu venho para a calçada.

Aperta o braço do rapaz e sai numa disparada louca, desaparecendo na travessa sob a luz bruxoante e indecisa dos lampeões a gaz.

Entretanto, não ponde Leopoldo perceber que naquela travessa, precisamente sob os telhados da casa onde morava Madalena, alguma coisa de anormal se passava. Alguem que pedia, que suplicava numa voz sufocada por lágrimas e por um sofrimento de longos anos. Uma voz de mulher, quasi profissional de dor, e que fazia os vizinhos colarem-se às paredes, transpondo-as através de aguda curiosidade.

UMA MULHER VESTIDA DE SOL.

(Romance popular trágico em 3 atos e 7 quadros)

ARIANO SUASSUNA

E viu-se um grande sinal no céu
Uma mulher vestida de sol,
E a lua debaixo dos seus pés,
E uma corôa de doze estrêlas
Sobre a sua cabeça.
E estava grávida, e com dores do parto,
E gemia com ansias de dar a luz.

(Apocalipse de São João)

(*) Com esta peça ARIANO SUASSUNA conseguiu o 1.º lugar no concurso de peças do TEATRO DO ESTUDANTE DE PERNAMBUCO.

PERSONAGENS

FRANCISCO
ANTÔNIO
JOAQUIM
O CÔRO DE TRABALHADORES
RETIRANTE
HOMEM
RAPAZ
HOMEM DA CRUZ
DOIS CANTADORES
O PROFETA
ROSA
QUATRO CABRAS

A MOÇA
DONANA
INOCÊNCIA
CÔRO DAS DONZELAS
DUAS MOÇAS
MULHER DE PRETO
UMA VELHA
MULHER DO RETIRANTE
MENINA
O VULTO DE MARIA
PESSOAS DO CORTEJO

CENÁRIO

Uma casa de tijolos vermelhos, à beira duma estrada. Portas e janelas sem folhas de madeira. A estrada avermelhada perde-se numa curva por trás da casa. Muito além, morros pelados de cor vermelha — parda. Tudo nú e desolado. Apenas uma silhueta de cardo quebra, ao longe, a monotonia da paisagem. A casa dá uma impressão de abandono e solidão. O vento levanta nuvens de poeira dourada e todas as coisas têm uma tonalidade rubra sob o sol que dentro em pouco se afundará no poente.

É tempo de seca. Ambiente violento e severo. Entra o Còro dos Trabalhadores. Quatro homens vestindo apenas calças arregaçadas, de mescla, velhas e manchadas de terra. Trazem enxadas ao ombro e aparecerão sempre deste modo. Vêm vagarosamente pela estrada até à porta da casa. Param e encostam-se às enxadas, olhando a casa e a paisagem cheia de sol. Suas vozes demonstram estarem eles possuídos dessa união quase mística que a proximidade do crepúsculo incute nos homens.

UMA MULHER VESTIDA DE SOL

1. ATO

- 1.^o TRABALHADOR — Que lugar!
- 2.^o " — O sol está vermelho.
- 3.^o " — A casa parece abandonada.
- 4.^o " — Uma casa vive de quem mora nela. Se o povo vai embora, ela cai.
- 2.^o " — Mas aqui...
- 4.^o " — (sem interromper) É a mesma coisa. Parece que o povo foi embora.
- 1.^o " — Quando um homem faz correr sangue.
- 3.^o " — Agora a casa está sozinha.
- 2.^o " — Eu não queria morar nesta por nada nesse mundo. A gente tem a terra e tem o céu. De noite pode-se dormir no chão, sentindo o vento pelo corpo. Mas aqui.
- 4.^o TRABALHADOR — Linda tem Rosa. A moça.
- 1.^o TRABALHADOR — Mas a mulher.
- 3.^o " — Está na terra!
- 2.^o " — (olhando para longe) É tarde. Vamos. (Dobram na curva da estrada, por trás da casa. Imediatamente a luz vai se avermelhando mais a mais, até cair quase penumbra. Sob um silêncio absoluto, a Moça surge em cena. Vestido vermelho e rosa da mesma cor nos cabelos pretos. Entra vagarosamente e, detendo-se no meio da estrada, põe um olhar demorado em tudo, como se quisesse gravar bem o lugar na memória. Retira-se sempre devagar, sempre silenciosamente. A cena volta, à sua luz primitiva e há uma pausa, durante a qual apenas o vento quebra o silêncio noturno criado pela misteriosa aparição.

De dentro da casa, sai Rosa com um pote de barro novo ao ombro. Chegando à calçada, depõe o potezinho no chão e fica olhando para longe, pensativa. Os seus movimentos são ágeis e elegantes. É morena e tem um porte de garrota altiva. Grandes olhos escuros e selvagens. Toda ela respira vida e sensualidade, apesar da inocência que lhe paira sobre a fisionomia. É uma virgem arisca e soberba. Veste um vestido vermelho simples que deve modelar o seu corpo bem feito. As âncas firmes sob a fazenda. O fulgor vermelho do sol ilumina-lhe os cabelos e ela permanece longo tempo parada, cismando.

Também de dentro da casa, sai Donona. É velhinha, já. Criou Rosa e a mãe dela também. Vestido cinzento fosco: casaco e saia pelos tornozelos; mangas compridas. Entra suavemente e coloca-se ao lado de Rosa).

ROSA — (virando-se, com doçura) Mãe!

DONANA — Mãe! Eu bem queria que fosse mesmo!

ROSA — E não é, Mãe — Ana?

DONANA — Não. Eu lhe criei e você tomou o lugar dos meus filhos há muito tempo. Mas, mãe, não. Mãe-Ana. Isso sim!

ROSA — É porque você não gosta de mim como dos outros!

DONANA — Não. Você sabe que pra mim não tem ninguém como você. Mas não sou sua mãe. Sua mãe foi quem sentiu você aqui (aponta o ventre) alegre mas com medo, sentiu você ir aumentando cada vez mais. De um dia cheio de dores, mas de rosas também, você nasceu. (olha para longe) Ela sofrendo e com mais medo ainda...

ROSA — Eu fiz sofrer também.

DONANA — Fez. (Toma-lhe a cabeça ao colo, meio triste meio sorridente) E ainda faz, de qualquer jeito. Eu gosto de você. Mas não tanto como se fôsse sua mãe. Mãe é diferente.

ROSA — (com máguia) E eu nem me lembro da minha!

DONANA — (acariciando-lhe a cabeça) Eu já estou ficando muito velha. Velha tem sempre do que se lembrar... (Com voz trêmula) De vez em quando a gente não pode mais, minha filha. E se lembra. Mesmo sem querer.

ROSA — Eu sei. Também penso muito nela. Junto o que me lembro com o que você me conta. Mas o que fica é muito pouco. Não posso saber direito como ela era. (Com desespero) E ela era minha mãe!

DONANA — E quem pode dizer como era ela? Era bonita. Mas ninguém sabe dizer como. Ninguém pode. Quando era pequena era alegre. E ficou assim até morrer. Você nasceu. (Sorri) Ela estava satisfeita. O ano foi de inverno. De vez em quando entrava gente. E ela com braçadas e braçadas de rosas! Rosas vermelhas n'um lugar, noutro bugaris e lírios. A casa estava que nem o jardim...

ROSA — (num estranho desafio) O jardim ainda é o mesmo. E as flores não morrem. Pode vir a seca que quiser.

DONANA — (distráida) Era doida por flores. Na outra casa já era ela quem cuidava. Como você. Mesmo no dia que casou, ela foi quem aguçou as plantas. E as plantas conheciam as mãos dela. Parece que eram benditas! Onde ela pegava, nascia uma roseira.

ROSA — Um pé de rosa vermelhas...

DONANA — (sempre no tom distraído) Ou de angélica... De tarde já escurecendo a gente sentava no portão e as angélicas deixavam o vento cheiroso que era uma beleza...

ROSA — Inda hoje é assim!

DONANA — Eu não posso sentir o cheiro de angélica ou de bugari. Porque me lembro de tudo. Primeiro, a outra casa. Ela mocinha... Depois o seu batisado. Até que morreu. (Rosa baixa a cabeça. Donana faz uma pausa

evocadora e continua distraída) Morta e ainda cheia de rosas. Rosas vermelhas por todo o corpo. E o corpo mesmo... como uma rosa...

ROSA — (estranhamente) Uma rosa cortada do galho!

DONANA — (estremecendo, mas ainda distraída) Cortada!... E o cemitério cheio de flores. Eu mesmo plantei. Mas nasceram outras sem ninguém plantar. Parecia até que estávamos nos baixios! (Faz uma pausa sonhadora) Nos baixios!... (Depois, timidamente) A terra lá é boa. Lá tem mais gente p'ra se vér. Conversa-se. Não é como nessas terras de fogo. (olha para longe) O sol vermelho nas estradas... (para Rosa) Não tenho mais muitos anos de vida, não. Eu quero ser enterrada lá.

ROSA — Fique descansada! Mas eu quero ficar. (selvagem) Aqui é a minha terra! Maltrata agente; mas quando meto as mãos nela, sinto que lá é viva. Viva e morna! (Está d'uma beleza selvagem. A tensão de vida do seu corpo ergue-lhe a cabeça e os peitos empinam-se sob o vestido. A força poderosa da terra passa no ar que se agita num frêmito, apesar do sol e da seca)

DONANA — Mas a seca mata tudo! Se chovesse...

ROSA — (orgulhosa) Um dia chove! E a terra só espera isso. Ela é boa. É a minha terra!

DONANA — Eu sei. Sua mãe está nela. (Triste) Com este sol... Ela, tão alegre! Agora está na terra. E o sol queimando tudo!

ROSA — (de novo estranha) Mãe tinha os olhos pretos?

DONANA — Os olhos e os cabelos também. Como os seus. Mas não era calada como você não. Cantava muito. Tinha o sangue bom.

ROSA — (fixamente) O sangue! (Ficam as duas em silêncio, longo tempo, imersas nos próprios pensamentos)

DONANA — (sonhando) Tinha o sangue bom!... (Rosa toma vagarosamente o potezinho e vai se afastando em direção à estrada)

DONANA — (acordando) Você vai p'ra cacimba?

ROSA — Vou.

DONANA — Você acorda muito cedo e já amanhece na cacimba. Podem falar.

ROSA — Quando mais cedo, melhor. A gente entra dentro da terra. O cheiro do barro acordado!... E a água está serenada... Fria e limpa do sereno da noite. E tudo calado, lá em baixo...

DONANA — Você podia mandar um dos rapazes.

ROSA — Não. Eu mesmo quero ir.

DONANA — Não sei p'ra que.

ROSA — A água. Até quando abriram foi bonito. Eu vi o povo cortando o barro vermelho. Às vezes, era escuro... E de repente a água saía de dentro da terra, espumando. Depois, a gente via o fundo de tão limpa...

DONANA — Nesses dias ela seca. Está secando tudo. (olha novamente os montes vermelhos, cheios de sol. Depois, para Rosa) Vai?

ROSA — Vou. Eu gosto de ir.

DONANA — Já aguou o jardim?

ROSA — Não. (vai caminhando pela estrada)

DONANA — Bote água no jasmineiro do canto.

(Rosa dobra a curva por trás da casa. Depois de curta pausa, Donana entra novamente em casa. A cena se ilumina novamente do vermelho misterioso e a Moça aparece, seguida do Côro das Donzelas. São quatro moças morenas vestidas como a Moça e que parecem obedecer a ela. Calçam sandálias simples, de couro. Moça, cantando com voz velada:

Quem bateu na minha porta?
Quem chamou? Quem bateu aí?
— Foi Clarinha, conde Aldano.
Sua porta venha abrir. (pausa ligeira)

2.^a Donzela — (recitando baixinho)

O conde Aldano em seu leito
Entre rosas dormitava

1.^a Donzela —

E os meus lábios macios, quentes,
Por seus beijos esperavam.

4.^a Donzela — (cantando)

Quando sai do seu quarto
A madrugada começava
E nas veredas acordadas
Rosas rubras desfolhava.

(A cena está quase na penumbra, uma sombra vermelha povoada de sombras)

3.^a Donzela — Este romance é um dos mais bonitos!

MOÇA — Era o romance dela. Fala de morte!

2.^a Donzela — (escutando) Vem, gente.

MOÇA — (rapidamente) Vamos! (saem depressa. A cena volta à luz anterior ao mesmo tempo que Donana retorna. Como se estivesse sob a influência do ambiente criado pelas Donzelas, vem cantando baixinho o romance do conde)

DONANA — Oh! de Casa! — Oh! de fora!
Quem chamou? — Venha logo abrir.
Vim buscar minha loura filha.
Que passou a noite aqui.

(Ouvem-se passos pesados no interior da casa. Donana volta-se. O silêncio cai de novo)

DONANA — Na algibeira do capote
Trago espada fina escondida
Para matar o conde Aldano
Que roubou a minha vida.

(Com tôda a brusquidão possível sai Joaquim de dentro da casa. O pai de Rosa vem de calças de couro avermelhado, de guarda-peito mas sem gibão. Sapatos de couro bruto. Tem uns cinquenta anos. Estatura mais do que mediana, entroncado. A pele é côr de bronze, queimada de sol)

JOAQUIM — (bruto) Que era que você estava cantando? (Donana não responde. Apenas baixa a cabeça) Não quero ouvir isso aqui nunca mais! (Pausa. Donana continua em silêncio) Meu cavalo está pronto? (Donana assenta com a cabeça. Joaquim se retira pela estrada. Donana permanece em cena, chorando silenciosamente)

DONANA — (cantando entre lágrimas)

Montes de rosas e cravos
Me caíram no alvo veu
Terá sido o meu conde Aldano
Que vai subindo p'ra o céu?

Um leve roçar de asas
Ouvi já tarde em hora morta:
Quem bateu? Fui eu Clamarinha!
Mas não há ninguém na porta. .

(Fica em silêncio limpando as lágrimas. Inocência surge pela estrada. Donana disfarça a comoção. Inocência tem ar bondoso e é mais gorda do que Donana, vestindo semelhante a ela)

INOCÊNCIA — Vocês moram é longe! Que sol! (Não demonstra notar a comoção da outra)

DONANA — É um fim de mundo... Não chega ninguém aqui. (sentam-se ambas na calçada)

INOCÊNCIA — E a estrada... Que calor!... o caminho todo. Que seca sem fim, meu Deus!

DONANA — Você ainda está numa terra melhor!... Aqui...:

INOCÊNCIA — (com desprezo) Terra melhor? De que vale? As nuvens se juntam: é cada uma torre de fazer gosto. Abrem-se as covas p'ra o milho. No outro dia a terra está pegando fogo. O sol! (com raiva) Terra melhor! E o trabalho todo perdido! (Donana não está mais chorando. Apenas uma grande tristeza paira sobre as palavras das duas)

DONANA — O trabalho!

INOCÊNCIA — Ainda se fosse moço! Mas a gente mesmo abre as covas. Meu marido e eu, com a enxada na terra desde a manhã. Cavando... Cavando ..

DONANA — Aqui ainda tem gente no roçado. Mas se o inverno demorar, eu e Rosa vamos trabalhar.

INOCÊNCIA — Deus queira que não demore. Daqui a pouco ninguém aguenta mais. As estradas já estão cheias de retirantes. Uns olhos de fazer pena. E cada dia mais. (com tristeza) Cada dia mais...

DONANA — É o gado também. Magro... É de fome. É a poeira das estradas vermelhas... Tem-se trabalho de todo jeito. Mas morre tudo. (melancólica) É a gente sem jeito que dar.

INOCENCIA — É como se fosse os filhos...

DONANA — (cheia de lembranças) É. É mesmo que os filhos da gente.

INOCENCIA — É homem. Aparece uma briga de repente ele vai para o cangaço. Passa o tempo todo no mato. Um dia aparece em casa correndo com a vólante atrás.

DONANA — É a gente fica como doida...

INOCENCIA — Mas a morte vem de qualquer jeito. O filho todo cortado, sangrando e a mãe com todas as facas do mundo por dentro. Porque o sangue dos filhos é o mesmo da gente e quando o deles vai embora, molhando a terra — como ouro derretido, é no sangue da mãe que vai dor! (Há uma pausa de tristeza silenciosa e Rosa surge de trás da casa com o pote cheio d'água ao ombro. O vestido molhado da água que escorre e ela, avistando Inocência, passa o mais longe possível, entrando em casa com uma selvagem expressão de desconfiança)

INOCENCIA — Rosa está uma moça.

DONANA — (satisfeita) Não está? Quando ela voltar eu chamo para ela falar com você.

INOCÊNCIA — É uma cabocla bonita. Mas é muito desconfiada...

DONANA — É de viver nesses matos, sem ver ninguém. Desde pequena que só gosta do mato. É mesmo que uma garrota braba. O povo daqui é assim e ela foi criada sem mãe... Solta no mato! A mãe, não. Era muito mais alegre!

INOCENCIA — (baixando a voz) Ela sabe?

DONANA — Quem sabe (Dolorosamente) Às vezes ela diz umas coisas de cortar o coração. É de fazer medo.

INOCENCIA — Já fez quinze anos!

DONANA — Ela tinha três. Pode ser que se lembre... Mas Deus queira que não.

INOCENCIA — Deus queira... (pausa) Quinze anos!...

DONANA — E eu aguentei calado, só por causa da menina. No começo era como estar no inferno. O sangue dela em todo canto. Nas paredes... nas camas... até na água que ele me dava! Mas fiquei calada por causa de Rosa.

INOCENCIA — Você sofreu muito.

DONANA — Sofrer! Aquilo é sofrer? De noite, na cama, tudo calado. É a gente pergunta onde está a pessoa. Mas de dia fica-se com a boca amargando

porque não se pode dizer o que quer. E com vontade de matar, também, (com raiva) Porque tudo era mentira!

INOCÊNCIA — (comovida) Eu sei...

DONANA — Ela não enganava êle. Êle matou porque quiz. Porque ela era alegre e boa e êle não pode aguentar isto. Quando você entrou...

INOCÊNCIA — Você estava chorando.

DONANA — Êle me proibiu de cantar o romance que ela cantava. Ela era alegre...

INOCENCIA — Foi a vontade de Deus!

DONANA — A vontade de Deus! Aqui só manda a vontade dele. Você devia ver êle loteando os filhos. Como se fosse com o gado: "Você casa com uma das Rodrigues, você com uma das Maranhão... Rosa fica p'ra cuidar da casa".

INOCÊNCIA — Êle não quer que Rosa case não?

DONANA — Não. E ela agora está aí. (Com mágua) Me diga: foi p'ra isso que ela nasceu tão bonita? Não. Ela nasceu p'ra gostar dum homem e p'ra ter filhos. Muitos filhos. E p'ra isso que a gente nasce. Não p'ra cuidar da casa do pai. (pausa curta) E todo mundo casando...

INOCENCIA — Casar! (Com uma ponta de despeito) Só falam em casar!... Tudo sêco... tudo morrendo e povo casando!...

DONANA — (enternecida) Deixa, mulher! O que é que se tem agora, fora isso O sol queima tudo. A terra... O corpo da gente também. Deixa casar!
• E' melhor do que ficar tudo queimado, por dentro e por fora... Deixa os pobres de Deus!

INOCENCIA — (no mesmo tom) Eu sei, mulher. Eu sei. (Triste) Você não vê que esta raiva é maior por mim mesmo? Vejo tudo quanto é de gente casando, mesmo com a sêca. E meu rapaz por êsses mundos, sem ninguém saber dele. A sua, você está aqui com ela. E eu não sei nem notícias... (O silêncio cai novamente. Tempo)

INOCENCIA — Ninguém sabe. Brigou com o pai. Depois me tomou a benção, e foi embora...

DONANA — (distante) Anda com os cangaceiros...

INOCENCIA — Eu só faço esperar. Já estou velha. Velha e cansada. E é de tanto esperar... (Rosa sai novamente de casa, agora com o pote vazio)

DONANA. — Rosa!

ROSA — Senhora, Mãe-Ana?

DONANA — Venha falar com Inocência. (Rosa aproxima-se timidamente)

INOCÊNCIA — Foi você que passou por mim inda agora?.

ROSA — Onde?

INOCENCIA — Junto da brauna grande do caminho.

ROSA — Foi sim senhora.

INOCENCIA — (sorrindo, amistosa) Você entrou no mato. Estava com medo?

ROSA — (sem sorrir) Não senhora.

INOCENCIA — (avaliando-a) Você está ficando bonita. Cuide de casar. (Rosa baixa a cabeça e não responde)

DONANA — Aguarda o pé de bugari?

ROSA — Aguarda, as roseiras vou aguardar agora.

INOCENCIA — Rosas! Eu gosto tanto de flores...

DONANA — Quer ver o jardim?

INOCENCIA — (alegre) Você deixa?

DONANA — Vamos. (Já saindo) Era o gosto da mãe de Rosa. É ela quem cuida das plantas. (Entra em casa, acompanhada de Inocência. Rosa permanece em cena. Passados alguns instantes, o Retirante aparece na estrada. Trás pela mão uma meninazinha que coxeia, estropiada pela distância. Sua mulher o acompanha, um pouco atrás, com um menino ainda de peito, ao colo. Vêm esmolambados e cheios de poeira. Os olhos da menina, escuros e redondos parecem maiores por causa da enorme magreza. O rostinho rajado de sujo. Tem aproximadamente dez anos. O vestido é maior do que seu tamanho: a cintura fica nos quadris. O pano é de cor parda. Ela confrange a primeira vista, pelo abandono que se reflete nos olhos espertos)

RETIRANTE — (da estrada) Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

ROSA — Para sempre seja louvado!

RETIRANTE — Moça, me dê uma esmola p'ra minha família. (Rosa assente com a cabeça e vai se retirando) Se pudesse ser de comida eu agradeceria muito. (A mulher lança olhares inquietos na direção da estrada. Está presa de uma angústia inexplicável e muda)

ROSA — (com ar comparecido) O snr. está com fome?

RETIRANTE — Não é por mim não, dona? Mas a menina está tão cansada... Desde ontem que a gente não come. (a voz é distante, cansada e meio enrouquecida pela poeira. As poucas coisas da família, enroladas num cobertor, pendem-lhe dos ombros, à bandoleira)

ROSA — Onde o senhor vem?

RETIRANTE — De muito longe, moça. Nós somos das Vertentes. A gente andou muito...

ROSA — E essa menina desse tamanho aguentou a viagem?

RETIRANTE — Não tem outro jeito, moça. Pobre tem de aguentar tudo.

ROSA — E p'ra onde se destinam?

RETIRANTE — Vamos por aqui, em procura do Joazeiro. Me disseram que o governo está pagando aos cassacos p'ra endireitar a estrada. Vou ver se acho trabalho.

ROSA — Por que o snr. não vai p'ra o brejo?

RETIRANTE — Se eu pudesse... A gente tem quer ir à serra do Lima com a mulher pagar uma promessa. Mas não adiantava... O brejo também está ruim...

ROSA — Pode entrar. (Faz um gesto em direção à casa)

RETIRANTE — Não precisa não, dona. A gente se senta aqui mesmo. (sentam-se na calçada, sombreada pela casa)

ROSA — Eu guardei uns pratos de comida. É leite com farinha. A gente não tem muito p'ra dar...

RETIRANTE — (com voz trêmula) O o que a snra. trouxe é bom, moça. A gente aceita tudo. Não acredite naquilo que eu disse: faz dois dias que a gente não come. (Vira o rosto) É que a gente tem vergonha... (Rosa, como-vida, entra bruscamente em casa. A família fica em silêncio, esperando. A mulher continua olhando para longe, inquieta)

RETIRANTE — (de repente, um acento machucado) Eu só penso, mulher é a gente esmourear tanto e terminar sem um pedaço de terra p'ra deixar p'ra os filhos!

MULHER — (inquieta e distante) Terra!

RETIRANTE — E dava p'ra tudo...

MULHER — Homem, não reclame não. Pode vir um castigo!

RETIRANTE — (com ar envelhecido e fatigado) Maior do que este? A gente trabalha até as mãos ficarem em carne viva. A vida tôda. É o que é que se arranja? Vem a seca e morre tudo... Ai botam a gente p'ra fora da terra!...

MULHER — Se a gente tivesse um açude num pedaço de terra... (olha novamente para longe)

RETIRANTE — (notando) O que é mulher?

MULHER — É por causa de Neco. Estou com cuidado.

RETIRANTE — Ele ficou de se encontrar com a gente na estrada. Foi ver se arranjava alguma coisa.

MENINA — Ele disse que ia tirar uma abelha para mim.

MULHER — Eu estou com medo. Nessas terras...

RETIRANTE — Ele já é quase um homem. Fique descansada. (Rosa volta trazendo dois pratos de leite cobertos de farinha de mandioca e três colheres de prata. Bota os pratos na frente da mulher e da menina e entrega uma colher a cada um dos três. A mulher e a menina começam a comer avidamente. O homem hesita um pouco, combatendo contra a fome intolerável. Por fim, não resiste mais e tira uma colherada no pra-

to da filha. A cena é rápida e tocante. A meninazinha protege com os bracinhos magros.)

MENINA — Não, pai. É meu. Não tire, não!

RETIRANTE — (tremulo) Deixe, minha filha... Seu pai... (cobre o rosto com as mãos. Rosa está horrorizada pelo aspecto da extrema miséria.)

ROSA — (recobrando-se) Pode deixar. Ficou outro prato lá dentro. Eu ia buscar agora. (entra novamente em casa, e volta com outro prato)

RETIRANTE — (recebendo-o) Dona, muito obrigado. Depois a senhora recebe isso. Eu venho pagar... n'um tempo melhor.

ROSA — (Emocionada) Não precisa não, meu senhor... A gente deve fazer o que pode uns pelos outros. (pausa. A família come em silêncio) Saiu muita gente de sua terra?

RETIRANTE — (tristemente) Muita. Quase todo mundo foi embora...

ROSA — Tem muita fome na Espinhaça.

RETIRANTE — (parando de comer tragicamente) Moça, eu vou lhe dizer uma coisa: esta terra é amaldiçoada!

MULHER — Homem! Pelo amor de Deus não diga uma coisa dessa!

RETIRANTE — (amargamente) Só a sura, vendo. Os meninos morrendo aos montes e o pai pelas portas pedindo esmola p'ra enterrar... (Uma angústia pesada parece dansar no calor do sol. Do lado da estrada, por trás da casa, ouvem-se vozes e tropel de cavalos e Joaquim volta acompanhado do Primeiro Cabra e o Segundo Cabra, vestidos como ele. Está encolerizado, com um aspecto feroz. Atravessa a cena sob silêncio, com as esporas tilintando. Entra rapidamente em casa. Os cabras se detêm à porta, e Joaquim volta com dois rifles).

JOAQUIM — (entregando as armas aos cabras) Atirem p'ra matar aqueles cachorros.

ROSA — Pai! (Joaquim olha-a. Os rapazes se detêm)

JOAQUIM — (para os dois) Que é que vocês estão esperando? (Os rapazes saem correndo. Joaquim entra novamente em casa e sempre depressa, volta armado, apertando a cartucheira).

ROSA — Pai, o que é que há?

JOAQUIM — Os flagelados estão no cercado, roubando madeira. (Sai pela estrada. A mulher do retirante está angustiada, cheia de pressentimentos. O marido acompanha-a um tanto agora, assim como Rosa. Há uma pausa curta e tensa)

MULHER — (sem se poder conter) Pelo amor de Deus vá atrás de Neco. (O retirante se levanta)

ROSA — (agitada) O que é?

MULHER — (com angustia) Meu filho está lá fora! (Como se estas palavras aumentassem a tensão nervosa dos três. Rosa corre para a estrada seguida pelo Retirante. Então soam dois disparos, distintamente)

MULHER — (levantando-se grita) Meu filho! (Há uma cena de confusão e desespero e enquanto Donana e Inocência acorrem, ouve-se o choro da mulher e o pano se fecha aos golpes, bruscamente)

SEGUNDO QUADRO

— Dois sólidos muros de pedra, encontrando-se à esquerda, em ângulo. Porta terminada em arco no muro da esquerda. O sol vermelho da tarde ilumina tudo com sua luz sangrenta e acentua a magestade monumental do rústico cemitério perdido na vastidão da terra vermelha. Uma estrada passa pela porta e atravessa a cena paralela aos muros, perdendo-se à direita. Céu avermelhado. Terra pardo vermelha, árida e seca.

Entram em cena um homem e um rapaz vestido com o Coro dos Trabalhadores. Um trás um alvião e o outro uma pá. Sentam-se na caçada à sombra do muro. Têm o olhar distante.

HOMEM — Agora estão na igreja.

RAPAZ — Pasei a noite ouvindo o marceneiro.

HOMEM — E fazendo o caixão. Você se acostuma. Eu ouço aquilo desde pequeno.

RAPAZ — O barulho do serrote na madeira... e as pancadas...

HOMEM — E o martelo batendo nas táboas.

RAPAZ — Eu não dormi nada. A noite foi comprida... muito comprida. Ouvi os galos cantando! E a lua estava bem na minha cara.

HOMEM — Foi. A lua ontem estava muito grande...

RAPAZ — Ficou tudo claro. (semicerra os olhos) Claro, não. Vermelho. Ficou tudo vermelho...

HOMEM — Hoje então...

RAPAZ — A lua hoje é cheia! (pausa)

HOMEM — (olhando longe) Estão custando. Pobre rapaz.

RAPAZ — (com raiva) Viveu... trabalhou... P'ra que? Me diga; p'ra que?

HOMEM — Isso é assim mesmo.

RAPAZ — Estava tirando mel p'ra irmã. (estende a mão) Dêsse tamanho. Eu vi. Ela estava com os pés em carne viva de tanto andar!

HOMEM — As mãos dele ainda estavam molhadas. Mel e sangue. Uma mulher que faz quarto a êle me disse!

RAPAZ — (Amargo) Esse ainda teve sorte. Pagaram o caixão p'ra êle.

HOMEM — Os outros é em rede.

RAPAZ — Balançando de um lado p'ra outro. Eu fico que não posso nem olhar...

HOMEM — Tanto faz! Depois de estar na terra, tanto faz...

RAPAZ — Às vezes nem rède tem. Como outro dia...

HOMEM — O cassaco... Caiu na estrada...

RAPAZ — Aquele não tinha ninguém. Ficou estirado na calçada, no sol. Morto de fome...

HOMEM — A gente tem de se conformar. É o sol e a seca. É o sangue nas estradas... (ao longe um sino começa a dobrar a finados. As lúgubres pancadas continuarão durante as cenas sub-sequentes.)

RAPAZ — O sino!...

HOMEM — Agora dobra até de noite.

RAPAZ — Duas vezes esta semana!

HOMEM — Duas vezes.

RAPAZ — Badalando... badalando...

HOMEM — Badala até de noitinha. (Ficam em silêncio. O sol violento parece aumentar.)

HOMEM — (protegendo o rosto com o braço) Esse sol... Que sol!

RAPAZ — (com raiva) A culpa é dele! Sai de lá de cima seco de sede e enche tudo de fogo! Os olhos da gente ficam parados...

HOMEM — É de poeira.

RAPAZ — É não. É raiva. O sol queima tudo e se mete no sangue dos homens. (Fixamente) Ele bebe o sangue da gente! Fica tudo queimado, por dentro!

HOMEM — E mesmo. É a raiva...

RAPAZ — É a morte. (o sino bate com mais força)

HOMEM — (olhando) Tem um homem na torre, batendo.

RAPAZ — (distante) É lá na torre. Fica tão longe, daqui... a rua... o povo... Tudo mundo lá e a gente aqui...

HOMEM — O sol está baixando. Vamos cavar.

RAPAZ — Já está quase terminado. Mas é bom que ela seja bem funda.

HOMEM — Pois vamos cavar bem fundo.

RAPAZ — A terra, p'ra ele. (Como acento pungente) Pra tão moço!

HOMEM — É o que matou?

RAPAZ — Está na sombra. O outro é que vai p'ra terra.

HOMEM — Vamos. (entra um trabalhador com uma cruz de madeira bruta. O homem e o rapaz erguem-se.)

HOMEM DA CRUZ — Vim avisar. O povo já vem.

RAPAZ — E a mãe?

HOMEM DA CRUZ — Vem também. No começo estava chorando. Mas agora está calada. (Vira o rosto) É muito pior!

HOMEM — Eu não sei p'ra que ela faz isso. Não dá jeito nenhum.

RAPAZ — (com voz surda) Nessa seca agente morre de qualquer jeito!

HOMEM DA CRUZ — Vocês vão cavar?

HOMEM — Vamos.

HOMEM DA CRUZ — Acho bom começar logo.

RAPAZ — Já está quase pronta. Vamos terminar. (Entram os três no cemitério. Bruscamente a luz cai na penumbra avermelhada e surge a Moça com o Coro das Donzelas. Entram silenciosamente na penumbra e falam em voz baixa e misteriosa)

MOÇA — Daqui a pouco estão aqui.

1.^a Donzela — O sino está batendo. Parecem ondas douradas no sol.

2.^a Donzela — Ele bate assim quando um moço morre...

1.^a Donzela — Agora vêm cantando por causa dele.

3.^a Donzela — O sol estava em redor quando atiraram.

MOÇA — É quando o sangue molhou a terra...

2.^a Donzela — (com volúpia) Estava morno!

MOÇA — Vamos. Eles vêm aí. (A luz cai completamente. Quando tudo volta a iluminação natural, elas têm desaparecido. Ao mesmo tempo sôa o cântico das "excelências". É a cantilena da morte. O cântico vem se aproximando. Por trás do muro, sôa a picareta cavando a terra.)

VOZ DE HOMEM (lúgubre) Chega, irmão das almas.

VOZ DE MULHER — (cantando:)

Tenho o meu rosário
P'ra nele eu rezar
Mas Nossa Senhora
Quando eu lá chegar.

CORO DE VOZES de homens e mulheres entrando:

Quando eu lá chegar
Com muita alegria

Rosário de prata
Da Virgem Maria.

VOZ DE HOMEM — (bem perto) Chega, irmão das almas!

VOZ DE MULHER — Nossa Senhora.

TODOS — Oraí por êle.

VOZ DE MULHER — Espada de ouro.

TODOS — Oraí por êle.

MULHER DE PRETO — (Aparecendo no limiar da cena)

Mãe de Deus, mãe de Deus
Oh! mãe de Deus
Oraí por êle, mãe de Deus!

(Todos vão entrando. Enchem o palco. São trabalhadores e mulheres do campo. Repetem o cântico, cantando com voz monótona e solene)

TODOS — Mãe de Deus mãe de Deus
Oh! mãe de Deus
Oraí por êle, mãe de Deus!

(Entra o Canto dos Trabalhadores, conduzindo o caixão preto, pesado e sem enfeites. O retirante vem também com a mulher. Ele está silencioso, de dentes cerrados. Ela alucinada pelo horror, olha p'ra todos sem compreender direito. Depõem o caixão na calçada e se dispõem em redor dele)

MULHER DE PRETO — (rezando) Ave Maria.

TODOS — Rogai por êle.

MULHER DE PRETO — Santa Maria.

TODOS — Rogai por êle.

MULHER DE PRETO — Virgem Santíssima.

TODOS — Rogai por êle.

MULHER DE PRETO — Mãe Amantíssima.

TODOS — Rogai por êle. (Rezam em silêncio. No cortejo predominam os vestidos escuros das mulheres velhas.)

PRIMEIRA VOZ — Meu Deus, tende piedade de nós.

SEGUNDA VOZ — Sangue vermelho foi derramado.

VELHA — (Com voz tremula) Estão se abrindo os portões de ouro do paraíso.

TERCEIRA VOZ — (quase chorando) Adeus. Adeus meu irmão! Até o dia do Juízo! (Resam baixo. Tempo)

PRIMEIRA VOZ — Oh! rosário de sonho de Maria!

SEGUNDA VOZ — Oh! mistério de sangue da Paixão!

VELHA — O sangue por perto dele molhava a terra vermelha.

QUINTA VOZ — Virgem Mãe.

PRIMEIRA VOZ — Estrêla matrona

SEXTA VOZ — Bugari verdadeiro.

TERCEIRA VOZ — Rosa mangerona.

VELHA — (olhando o céu) O sangue dêle molhava a terra vermelha.

1.º TRABALHADOR — A terra de poeira parda.

3.º TRABALHADOR — Os olhos dele ficaram olhando o sol vermelho.

2.º TRABALHADOR — Tinha mel e sangue na boca. Vermelho e dourado...

VELHA — Os anjos de ouro estavam no céu. E a morte, passou por eles. As asas brilhavam no vento cheio de sol...

4.º TRABALHADOR — Os tiros tinham a cor do sangue... (pausa)

PRIMEIRA VOZ — Estrêla dos heróis.

TODOS — Oraí por êle.

SEGUNDA VOZ — Santelmo deslumbrante.

TODOS — Oraí por êle.

MULHER DE PRETO — Rosa de prata pura do levante.

TODOS — Oraí por êle.

MULHER DE PRETO — Virgem Maria.

TODOS — Oraí por êle.

MULHER DE PRETO — Estrêla matrona.

TODOS — Oraí por êle.

MULHER DE PRETO — Bugari verdadeiro.

TODOS — Oraí por êle.

MULHER DE PRETO — Rosa mangerosa.

TODOS — Oraí por êle.

(Quando a Mulher de Preto diz "Estrêla matrona" o homem da Cruz aparece na porta, caminhando para o ângulo do muro, onde para. Só o notam ao dizer o último "orai por êle". O homem, grave e solene, baixa a cabeça afirmando duas vezes. Levantam-se todos, retomando o caixão, o Côro dos Trabalhadores. Forma-se o cortejo vagaroso, em direção à porta)

MULHER DE PRETO — Cantando:

Tenho o meu rosário
P'ra nele eu rezar,

Mas Nossa Senhora
Quando eu lá chegar.

TODOS

Quando eu lá chegar
Com muita alegria
Rosário de prata
Da Virgem Maria.

(Há uma pausa, com silêncio absoluto. Então se ouve distintamente um grito abafado de mulher. Os sinos continuam a dobrar, longe, tornando o silêncio posterior ao grito ainda mais angustiado. E, enquanto por trás do muro soa surdamente a terra atirada contra o caixão, a mulher do retirante surge desesperada à porta e dirige-se quase correndo para o meio da cena. Vem com o meninozinho ao seio e aperta-o contra si. Chegando ao muro da direita, senta-se pesadamente sobre a calçada, cobrindo o rosto com o braço.)

MULHER — (com acento alucinante) Meu filho! Mataram! (pausa. Os soluços sacodem-lhe os ombros.) Era moreno... e tão moço... Agora dorme na terra! O sangue dele... Somente o sangue... molhando a terra... terra... (Fixamente) O sangue... A terra!... Meu Deus. (tapa a boca com o punho. A cena é de uma angústia violenta e confusa)

MULHER — (Quase com medo) A noite, tudo calado. É o escuro na terra. Os passos dele... passos leves... A risada alegre (Põe a cabeça entre as mãos) É a lua cheia... Agora ele dorme! Todo tempo... de olhos fechados na terra... (O Retirante sai do cemitério. Vem com a filhinha)

MULHER — (Sem vê-lo) Meu Deus! Onde está meu filho? (Com angústia, novamente) Tinha só dezoito anos! (O Retirante chega por trás dela e põe-lhe a mão no ombro)

RETIRANTE — (Com ternura) Não fique assim não! (Com ódio) Um dia eles pagam isso! (Tem os dentes cerrados e fala com voz surda) Venha! Vamos embora. (A mulher vai se erguendo vagarosamente. Então rapidamente, Rosa entra pela direita e dirige-se para a mulher)

RETIRANTE — (embargando-lhe os passos, com dureza) Que é que você veio fazer aqui moça?

ROSA — (para a mulher) Dona, pelo amor de Deus me escute!

RETIRANTE — (com dureza) A snra. foi muito boa! A gente comeu na sua casa. (Rosa baixa a cabeça) Era melhor que não tivesse dado nada. Se a gente não morrer de fome até chover eu venho pagar sua esmola amaldiçoada. Eu e minha mulher! (A mulher baixa a cabeça e vai se retirando)

ROSA — (num apelo) Dona! (a mulher estaca de cabeça baixa)

RETIRANTE — Eu venho pagar. Fique descansada! Mas é p'ra mandar uma pessoa entregar. A gente não pisa mais naquela casa maldita. (Aponta os pés da filhinha) Veja, moça. Os pés sangrando de andar. Era melhor que a gente tivesse ficado. Ao menos meu filho não tinha morrido aqui... (vai saindo mas volta-se ameaçando) Diga a seu pai que eu volto. (Sai com a menina. A mulher vai acompanhá-lo)

ROSA — (Corendo para ela.) Dona, eu não tive culpa não. Eu não estava com a snra.? Foram os homens que meu pai mandou (Para levantando o

belo rosto transtornado) Ele matou minha mãe também! Esconderam de mim, mas eu sei. Ele matou minha mãe! Tinha sangue no quarto dela! (A mulher está chorando silenciosamente e olha-a com alguma simpatia. A luz tem diminuído progressivamente; já é quase noite. A cena agora é melancólica; a terrível melancolia dum pôr de sol sangrento. Rosa e a mulher vão se apaziguando dolorosamente, aos poucos)

MULHER — (Depois dum longo silêncio) Eu sei que você não teve culpa, moça. Mas quando a gente olhou p'ra você, foi mesmo que estar vendo meu filho de novo...

ROSA — Eu sabia. Mas quiz vir assim mesmo...

MULHER — Criei meu filho. Dezoito anos... Ele era bom. Como vou ficar agora? Quando todo mundo for embora, fico só. O sol já vai se encobrindo. (Com angústia) Vou ficar sozinha no escuro!

ROSA — (comovida) Veja se pode chorar. É melhor.

MULHER — (lembrando) Dezoito anos! Parece que eu estou vendo ele pequeno, andando... (Com tristeza) Agora está na terra. (olha para longe) No começo não acreditei direito. Só quando vi aqueles homens enterando ele. Ai não pude mais. (pausa)

ROSA — E eu, Dona? A snra. me perdôa?

MULHER — (sorrindo heroicamente) Pode ficar descansada, moça. Eu lhe perdôo. (A filha aparece à direita)

MENINA — Vamos, mãe?

ROSA — Vá p'ra junto de sua família. E Deus lhe pague o que fez! (A mulher sai com a menina. Começam a passar de volta as pessoas do cortejo. Rosa entra no cemitério; ao mesmo tempo saem dele o Homem e o Rapaz. Vem de cabeça baixa, silenciosos. Então pela estrada, aparece Francisco. Tem uns 25 anos. Magro, alto, de olhos escuros e profundos. É feio mas simpático, não lhe faltando certa doçura na fisionomia. Veste simplesmente camisa de mangas arregaçadas e calças, quase nova, mas empoeirada. Cinturão de couro forte com uma faca de Itabaiana atravessada nele. Calça alpercatas de couro.)

FRANCISCO — (para os dois) Isso foi um enterro? (O rapaz assente com a cabeça) Quem morreu?

HOMEM — Um rapaz. Não era daqui não. Era um retirante que ia passando.

FRANCISCO — (gravemente) Fome?

RAPAZ — (com raiva) Tiro. Pelas costas.

FRANCISCO — Aonde?

HOMEM — Na fazenda. Estava tirando mel e mataram ele. Morreu como um homem.

RAPAZ — E era mocinho. Um menino. (Rosa sai do cemitério e atravessa a cena, enxugando as lágrimas. Está magnífica, de belesa selvagem)

FRANCISCO — (Fascinado) Quem é essa?...

RAPAZ — É a filha.

HOMEM — O homem que matou o rapaz é o pai dela.

FRANCISCO — (Sonhando) Rosa.

RAPAZ — (admirado) Você conhece ela?

FRANCISCO — Conheci. Eu sou daqui. Sai há muito tempo...

HOMEM — Ela é boa. Mas que adianta?

RAPAZ — O homem mata, quem olha para ela. (para o homem) Vamos. (Saem pela direita. Francisco permanece em cena, de costas para a porta. Inocência sai do cemitério e vai passando. De súbito, Francisco a avista, corre para ela)

FRANCISCO — Mãe! (Inocência volta-se. De repente reconhece-o)

INOCÊNCIA — Francisco... (Fica trêmula, olhando-o. Os dois estão parados). Então Francisco abraça-a, timidamente)

FRANCISCO — Mãe! Minha mãe! (passa-lhe a mão no cabelo)

INOCÊNCIA — (Chorando) Meu filho! É você mesmo?

FRANCISCO — (comevido) Sou mãe! (De dentro do cemitério sai a Moça que observa silenciosamente a cena. Tudo se ilumina de vermelho)

INOCÊNCIA — (chorando) Você voltou!...

(Pano)

FIM DO PRIMEIRO ATO



Fonseca & Irmão

Casa fundada em 1875

SABOARIA DO RECIFE

Querozene, Gasolina, Óleos lubrificantes

Matéria Agrícola

AUTOMÓVEIS FORD — LINCOLN — PREFECT — ANGLIA

CAMINHÕES FORD

OFICINAS DE CONCERTO PARA FORD

Posto Fonseca

Para todos os modelos de automóveis

ÚNICO DISTRIBUIDORES

das legítimas peças FORD — Armazém de recolher

COMPANHIA DE SEGUROS — CALEDONIAN E EQUITATIVA

cumprimentam a revista

ESTUDANTES

e oferecem seus serviços e produtos

Grandes Moinhos do Brasil S. A.

Farinha de Trigo

“OLINDA”

Qualidade — Rendimento — Lucro
Rações balanceadas para animais

Farelo	Bovinovita
Avevita	Suinovita
	Equinovita

FONES:

9017 — Vendas

9015 — Gerencia

Recife — Pernambuco

Pernambuco Autoviaria Ltda.

OFERECE

O MELHOR
TRANSPORTE

Pêlo

Menor

Preço

COMPANHIA PHOENIX PERNAMBUCANA

Fundada em 1870

A mais antiga do norte do país

Seguros terrestres marítimos e acidentes

Opera nos ramos:

Fogo, Transportes Marítimos, Ferroviários, Rodoviários e Aéreos
e Acidentes Pessoais

Com agentes ou representantes em todos os estados

SEDE:

ED. ARNALDO BASTOS -- AV. GUARARAPES

End. Telegr. PHOENIX -- C. P. 104 -- Tel. 9271

Recife

—

Pernambuco

Companhia Industrial Pernambucana

Fabrica Camaragybe

Fundada em 5 de Fevereiro de 1891

Escritório de Informações

Livramento, 80 — 1.º
RECIFE

Fones: Gerência — 6434
Diretoria — 6352

Sede:- CAMARAGIBE

S. Lourenço da Mata

PERNAMBUCO

Fone — 28535

END. TELEGRÁFICO — ESPERANÇA

C A P I T A L

Cr\$ 10.000.000,00

Esmerada fabricação de tecidos de Algodão, tais como: Brins,
Zefires Linon, Merinó, Flanelas, Cobertores

DIRETORIA:

Sr. Arnaldo Almeida Alves de Brito

Dr. Antônio Muniz Machado

Dr. Camilo Collier

Sr. Miguel Santos

CARVALHO & CIA.

Avenida 10 de Novembro, 154

CAIXA POSTAL, 465 — EDIFÍCIO ALMARE

TELEFONES: { 6852, 7329,
6130, 7217, 7330,
7328, 7331

END. TELEG.: A L M A R E — R E C I F E

CAPITAL REGISTRADO: Cr\$ 12.000.000,00

Distribuidores dos famosos automoveis

Kaiser

Frazer

Frazer - Manhattan

LIVRARIA CENTRAL

M. Azevedo & Cia.

Livros em geral

Tipografia

Artigos para

Encadernação

escritorio

e

e

Papelaria

Pautação

RUA NOVA, 370

RECIFE

PERNAMBUCO

GUARANÁ
FRATELI VITA

Gelada ou natural
Paladar sem igual

Uma indústria nacional

RENÉ DE PONTES & CIA.

O MAIS COMPLETO SORTIMEN-
TO DE PEÇAS DE

AUTOMOVEIS

Para todos os tipos

PAREDES HUMIDAS?

SAÚDE EM PERIGO

Qualquer que seja a natureza da
humidade poderá ser corrigida com
o emprego de impermeabilizantes

" S I K A "

FOSSAS SEPTICAS

" O M S "

Se na sua zona não tem rede de
esgoto, instale uma fossa patentea-
da "OMS". Nossas fossas funcio-
nam cheias e as águas servidas não
exalam mau cheiro. Temos em es-
toque tipos residenciais até 200 pes-
soas. Fabricamos no local até
50.000 pessoas destinadas a quar-
teis, colégios, vilas, cidades, etc...

CONSULTE

L.U. BORBA & Cia. Ltda.

Tel. 2354

Rua da Aurora, 463

Recife

Dentre as Melhores
DESTACA-SE

Chica-Boa

PEDIDOS A

S O D E C O

Rua Floriano Peixoto, 41

Recife

Pernambuco

ROYAL

A Máquina de Escrever
N.º 1 do Mundo

Ramiro Costa & Cia.

Rua 1.º de Março, 14-21

RECIFE

PERNAMBUCO

ANTES DE ADQUIRIR UM REFRIGERADOR, EXAMINE O

“NORGE”

MENOR ESPAÇO OCUPADO

MAIOR CAPACIDADE INTERNA

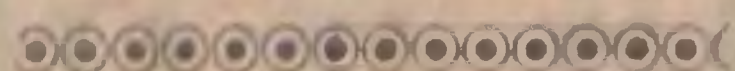
MENOR CONSUMO DE ENERGIA

GARANTIA REAL DE DANOS

ASSISTENCIA PERMANENTE

NORGE: FOGÕES — MÁQUINAS DE LAVAR — AQUECEDORES — RÁDIOS

VEJA “NORGE” ANTES DE COMPRAR



DISTRIBUIDORES: SOC. EXP. COM. PERNAMBUCO LTDA. “SEPA”

AV. MARQUES DE OLINDA, 214 — FONE 9374

Livraria Universal

A. PEREIRA

Os melhores sortimentos de

LIVROS

Recife

Pernambuco

FABRICA
SIPOS

Graude Fabrica

— DE —

OLEOS

Recife

Pernambuco

Inv. 191

ce. do na últi
a carimbada

F.D.R.

doago

340.05

R. 297e

NÃO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA

Composto e impresso
nas oficinas gráficas
da Imprensa Oficial
Recife — 1948,

ESTUDANTES

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
ANO III — OUTUBRO, 1948 — N.º 4

DIRETOR — MARCELO PESSOA
REDATOR GERAL — CARLOS FREDE-
RICO MACIEL

— COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO —
DUARTE NETO
ANTÔNIO CAVALCANTI NEVES
NEWTON VIEIRA
THALES RAMALHO

CAPA DE NEWTON NAVARRO
ILUSTRAÇÕES DE
F. BARRETO CAMPELO

